

# A Defeza Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

ANNO VI

Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1919

Nº 69

Grupo mantenedor: B. Klinger, Pompeu Cavalcanti, Pantaleão Pessoa, (redactores); Lima e Silva, Euclides Figueiredo, Maciel da Costa, Parga Rodrigues, J. Ramalho, Leitão de Carvalho, Newton Cavalcanti, Daltro Filho, F. J. Pinto, Nilo Val.

## SUMMARIO

### PARTE EDITORIAL

Recapitulando e proseguindo

### PARTE JORNALISTICA

	Pag.	
Serviço de recrutamento .....	302	Cel. José Joaquim Firmino
Seleção de recrutas .....	306	Cap. A. Faria Corrêa
Escola Preparatoria .....	308	Major Chauvin
Local para a Escola Militar .....	318	Cap. L. M. Fournier
Reforma do Ensino Militar .....	310	Cap. Villanova Machado
Resposta amigavel .....	312	1º Tte Daltro Filho
Themas tacticos .....	315	General Luiz Barbedo
O ingrato aviso 265 .....	316	1º Tte José Faustino Filho
Hospital para tuberculosos .....	318	Capitão Alves Cerqueira
A segunda parte do R. E. I. ....	329	Tte Mario Travassos
Noções de tiro de metralhadoras ..	322	1º Tte Maciel da Costa
Instrucções para o quartel general de uma divisão de cavallaria ..	325	Traducção
Pela Cavallaria .....	327	1º Tte V. Benicio
A artilharia de costa hodierna e a defesa de Santos .....	328	Capitão Souza Filho
Palestra sobre a defesa de costas ..	330	Major Abrilino P. Bandeira
Sapador que resmunga .....	332	1º te João Gomes
ASSUMPTOS NAVAES:— A marinha e suas escolas .....	334	Cap. de Corveta F. Villar

### NOTICIARIO

Os levantamentos photographicos e o Serviço Geographico Militar, 306—Candidatos á Escola Militar, 311—Resumo dos serviços prestados pelas aeronaves na guerra europeia, 332—Escola Pratica da Brigada Policial, 337—Regulamentos, 339—Em torno de uma conferencia, Grupo mantenedor, Publicações recebidas, 340—Na capa: Annuncio, Subscrição do Contestado, Quadros Muraes, Expediente, Reedição do 1º anno, Memorandum, etc.



# MANUAL DO ARTILHEIRO

Major Apollonio Rodrigues, Capitães Pfeil e Klinger

ENTROU NO PRÉLO O 1º VOLUME que comprehende:

PARTE I — Instrucção geral do soldado.

PARTE II — Instrucção commum á artilharia e a outras armas.

(Não confundir com o 2.º volume, constituido pela Parte III, que trata de toda a instrucção propriamente de artilharia de campanha, o qual está á venda desde Janeiro, a 2\$000 rs. o exemplar.)

**Este volume interessa a todas as armas**, pelo menos na Parte I, que corresponde á «instrucção geral» do R. I. S. G. e igualmente serve para os alumnos dos **Tiros de Guerra, etc.**, officiaes e candidatos da 2.ª linha.

Contamos especialmente com o auxilio de todos os camaradas de todas as armas, não só individualmente mas tambem — e principalmente — por meio das Bibliothecas dos Corpos que poderão facilitar a acquisição do «Manual» pelas praças, cedendo-lhes o exemplar para o pagamento em prestações.

Mais uma vez não quizemos sobrecarregar a Imprensa Militar; comtudo o preço do livro, proporcionalmente ao seu volume, ficará abaixo mesmo do de publicações effectuadas com concessões; custará **3\$000 rs.**, encadernado **4\$000**.

Para as encomendas de *cem mil réis* ou mais cederemos um exemplar gratis para cada dez do pedido e será gratis o pórté (só neste caso).

Como o trabalho **ficará prompto em fim de Junho** teriamos muita satisfação em receber desde já encomendas, com o respectivo pagamento; seria este um auxilio sobremodo agradável por nos facilitar a satisfação do compromisso assumido com a casa impressora.

O assumpto do volume é: **Parte I** — Organização geral do Exercito e do serviço militar (10 pontos) — As obrigações do soldado (10 pontos) — Conducta do soldado em diversas circumstancias (6 pontos) — Canções militares. — Rudimentos de geographia patria — Rudimentos de historia patria e militar — Noções de orientação. **Parte II** — Resumo do R. Gy. M. — Id. da nomenclatura do fusil — Id. da instrucção do soldado desarmado; id. armado de fusil. — Nomencl. e manejo da espada — Id. id. da pistola. — Id. do exterior do cavallo; cuidados com o cavallo. — Resumo da equitação elementar — Id. das I. S. — Noções do R. S. C.; arrumação da mochila e dos alforjes.

“A Defeza Nacional” acceita encomendas

**Pagamento adiantado; não esquecer o pórté** (200 rs. o exemplar, mais 200 rs. de registro por pacote de seis).



# A Defeza Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores: BERTHOLDO KLINGER, POMPEU CAVALCANTI e PANTALEÃO PESSOA

N.º 69

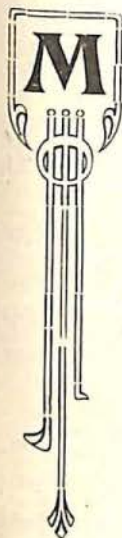
Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1919

Anno VI

Este numero, como o anterior, sae augmentado de 8 paginas. Em nove numeros deste anno (6º) a revista já deu um augmento de 52 paginas! Tiragem: 2.300 exemplares.

## PARTE EDITORIAL

Recapitulando e proseguindo



MOVIDA por um ideal, esta revista, ao surgir, definio na formula que lhe serve de epigraphe um programma de acção arduo e difficil.

Por mais legitimas que fossem nossas aspirações, quando foi desse advento, pugnando como brasileiros pela defeza patria, como militares, pela efficiencia do Exercito, appareciamos em um meio sceptico e quasi hostile que não nos dava apreço nem promettia ser de nosso lado.

Não faltou, ao entrarmos na estacada, quem procurasse diminuir nossas intenções, torcer conceitos e pre-dispôr pelo aleive e pela insinuação quantos para connosco mostravam harmonia de sentimentos e de idéas.

E' que aquelles para os quaes os progressos do Exercito significavam a asphixia das conveniencias proprias, embora nos comprehendessem, jámais nos poderiam estimar.

Revista technica, mas tambem de feição combativa, pelos objectivos evidentes, jámais se arreceou dos ataques que de certo lhe offerceriam, a peito descoberto, antagonistas leaes e valerosos como, na sombra, inimigos covardes e, em qualquer ponto da estrada, meros atiradores de calhâus.

Foi sempre honroso o prêlio com aquelles que se apresentaram á luz dos principios. As «toupeiras» da campanha subterranea minaram a propria cova. Quanto ás pedradas, ellas trajectaram sem orientação e ficaram aquem do alvo pela fraca impulsão de sua logica barata.

Seis annos quasi decorridos não demoveram a nossa pertinacia nem nos enfraqueceram as disposições para a luta. Antes, cada vez mais se nos robusteceu o ardor e maiores são as nossas esperanças.

Hoje somos uma legião que se fortaleceu na mesma crença, vibra no mesmo sentir e congregará, á primeira scentelha, esforços latentes já, talvez consideraveis.

Não venceram outros meritos senão a nossa sinceridade e independencia.

• •

Sempre repugnaram aos desta revista os recursos insidiosos e os moldes revolucionarios.

Sem a preocupação pretenciosa de sermos os mentores de nossos chefes ou de nossos camaradas, como solememente o affirmamos, sem o desejo de ferir ou o calculo de sermos agradaveis, temos tido a necessaria coragem para emittirmos com firmeza o nosso modo de vêr pessoal nas questões de interesse superior para o Exercito.

Talvez não saibamos nós, os redactores, de finir o que seja disciplina á maneira do conde de Lippe e se nos fosse imposto represental-a n'uma idéa concreta, já não seria naquella imagem anachronica do soldado de *gurião* e gravata de couro, hirtto deante do official e tendo na physionomia vaga estampado o terror.

Sentimos sim, como um dever, como um ponto de honra militar, o respeito aos nossos superiores hierarchicos, cujas personalidades estão preservadas nas paginas desta revista de qualquer ataque irreverente.

Cumpridores de ordens, devotados ao trabalho, obscuros obreiros, embora, somos tambem por convicção paladinos da disciplina.

Para nós, porém, é ella a reciprocidade de deveres cumpridos, a dedicação dos superiores e a estima cordial dos subordinados, a competencia daquelles e o acatamento destes. E' o exemplo edificante de correccão impecavel dos chefes, seu espirito de justiça, intelligente ener-



gia, elevação de vistas e compostura moral. Do commandado, é o respeito expontaneo, a confiança inabalavel, o esforço leal, a execução esmerada, o devotamento até ao sacrificio.

Seria apenas apparente a disciplina que não proviesse da ascendencia natural dos chefes sobre os subordinados. Ella transformar-se-ia mesmo em franca indisciplina a um maior rigor de exigencias, a um sentido abandono ou ausencia de solicitude e até a um mero desejo contrariado.

Vale ao nosso Exercito o ideal que defende na evolução politica e social do paiz. Todos proclamam, demais, as admiraveis qualidades dos nossos soldados, a acção energica e consciente dos seus officiaes cujo ardor profisional mais e mais se accentúa.

Por ventura, porém, não conspiram altamente contra a disciplina os corpos sem quartéis, a penuria de pessoal e de sufficientes elementos de trabalho, os soldados sem fardamento, as regiões sem chefes, os corpos sem commandantes, as unidades sem officiaes, a inefficiencia dos serviços administrativos, a burla do sorteio. . . ?

Espíritos ciosos do bom nome do Exercito e outros, ainda, *instinctivamente* ciosos da conservação do actual estado de cousas, têm emprestado á acção desta revista um effeito dissolvente e de resultados contrarios aos fins que visamos.

Por mais dignas de apreço que sejam as intenções dos primeiros — e estas são tambem as nossas — e por mais habil que se insinue a *camouflage* dos segundos, não ha nada de mais efficaz do que a Verdade que resiste á Luz e ao Tempo, nem de maiores decepções do que o illudirmos a nós proprios.

De certo nos entristece vêr simplesmente explorados em escandalos, por órgãos de nossa imprensa, em vez de apoiados por opinião esclarecida, os assumptos que discutimos, os varios factos divulgados e os clamores que aos ouvidos das autoridades procuramos encaminhar das guarnições longinquas que, pertencentes embora ao mesmo Exercito, longe das vistas, estão tambem longe do coração. . .

Mas os nossos anhelos, se é preciso que mais uma vez os formulemos, são pelo engrandecimento do Exercito a que muito amamos. Estudemos-lhe os recursos, analysemos-lhe as graves lacunas, para removel-as e o aperfeiçoarmos.

Não melhor apparelhados na sua elevada missão se apresentam em face do paiz o Congresso e a Alta Justiça, citando só os órgãos de maior responsabilidade. Não nos constrangemos, pois.

Antes, buscamos em nosso passado crescente e no crescente augmento do numero dos que communham de nossas intenções — força e incitamento para sustentar a luta.

Do passado temos onde colher fartamente a energia da coherencia, da continuidade da acção, virtudes que só a limpidez dos propositos permite manter inalteraveis com o tempo, e que a revista, para bem merecer, ha de cultivar sem deslize, sem contemplanções de ordem pessoal, si não quizer degenerar em órgão particular de seu grupo de mantenedores, ou de qualquer chefe, ou de seu vasto circulo de collaboradores.

E, assim, proseguiremos.

## Serviço de recrutamento

(Continuação)

### F — Incorporação

Occupando-se especialmente da incorporação dos conscriptos o Capitulo X, parece que nelle deverão ser incluídos o artigo 10 e seu parographo unico, que fixando a data da incorporação, figuram, entretanto, no Capitulo II sob a epigraphe «Do Exercito da 1ª linha».

Diz o artigo 102 que «terminada a incorporação, o chefe do serviço de recrutamento remetterá ao D. G. e ao Commandante da região, até 31 de Março, a relação dos conscriptos convocados, grupando os que foram incorporados definitivamente, os que tiveram isenção e os insubmissos». Ora, a ultima convocação, para preencher faltas do contingente annual, é feita a 1.º de Março, e só 30 dias depois, isto é, a 31 desse mez, poderão ser declarados insubmissos os conscriptos então convocados, tudo de accordo com o disposto no Aviso do Ministerio da Guerra, n.º 1543 de 12 de Dezembro de 1918. Em taes condições, impossivel se torna remetter até 31 de Março a relação a que se refere o artigo 102, que deverá, por este motivo, ser alterado, substituindo-se nelle as palavras «até 31 de Março» por «até 30 de Abril».

### G — Editaes

Quasi todos os artigos que se referem á affixação de editaes, mandam que sejam os mesmos publicados na imprensa local, *si possível fór*; o artigo 82, porém, determina imperativamente que, após a revisão, as relações, por municipios, de todos os alistados sujeitos ao serviço militar e delle isentos, sejam publicadas na imprensa local, além de affixados na sede da Junta de Revisão. Parecendo conveniente harmonisar a disposição deste artigo com as dos outros, não seria fóra de proposito addicionar-lhe a condicional «*si possível fór*». Esta medida encontra, além disso, plena justificação na reconhecida deficiencia da verba destinada ás publicações relativas ao alistamento e sorteio. O caso assumio taes proporções que muito raramente se encontra, na imprensa local, quem se promptifique a publicar editaes de alistamento do Ministerio da Guerra. E, como não convem de modo algum manter na lei uma disposição imperativa que não possa ser cumprida, acarretando, assim, a nullidade do alistamento e consequente sorteio, parece de bom aviso realisar a modificação proposta, a não ser que se prefira resolver o caso pela dotação das necessarias verbas, facilitando-se, ao mesmo



tempo, o complicado e moroso processo do pagamento das contas apresentadas e competentemente visadas.

### H — Isenções

Aos casos de isenção, em tempo de paz, figurados nos números 1º e 2º do artigo 114, seria justo, talvez, acrescentar os seguintes:

«3º) — aquelle que fôr o unico arrimo de irmã honesta, solteira ou viuva, vivendo em sua companhia»;

«4º) — aquelle que alimentar e educar irmãos, orphãos de pai e mãe, menores de 21 annos».

Não estando bem definida a competencia das juntas de alistamento para a concessão de isenções, o que pode dar logar a graves abusos, convem alterar o artigo 60, redigindo-o do seguinte modo:

«Cabe á Junta receber e despachar as reclamações, que lhe forem apresentadas, contra enganos manifestos ou inclusões indevidas no alistamento; quanto, porém, ás solicitações de isenção do serviço militar, uma vez recebidas, com os documentos que as instruírem, só lhe compete conceder as de que trata o artigo 66, sendo todos os outros casos submettidos á decisão da Junta de Revisão.»

O artigo 66 obedecerá a esta redacção:

«As juntas só poderão conceder isenção aos individuos de notoria e incontestavel incapacidade, isto é, aos aleijados, mutilados, paralyticos, cegos e loucos. Em todos os outros casos serão enviadas as petições, com os respectivos documentos, á Junta de Revisão.»

### I — Reclamações

No intuito de sanar as difficuldades analysadas na alinea *b* destas considerações, convem que fique assim redigido o artigo 134:

«A Junta de Revisão funcionará diariamente, de 15 a 31 de Janeiro de cada anno, para attender:

*a*) — as reclamações relativas exclusivamente á operação do sorteio;

*b*) — as que tendo sido feitas em tempo opportuno sobre o alistamento, venham a ser recebidas depois de encerrado o primeiro periodo de que trata o artigo 76;

*c*) — as que, embora apresentadas fora do prazo, exigirem immediata solução por versarem sobre provas de menoridade, excesso de idade para o serviço no Exercito de 1ª linha, nacionalidade estrangeira, incapacidade physica absoluta, transferencia de classe, flagrante incompatibilidade com o serviço militar e, por ultimo, exhibição de patente do Exercito de 2ª linha, de caderneta de reservista naval ou de 1ª e 2ª categoria do Exercito de 1ª linha.»

Ao paragrapho unico do artigo 48 deverá ser acrescentada a alinea

«*a*) — attender ás reclamações a que se refere a alinea *c* do artigo 134, desde que a Junta de Revisão tenha encerrado os seus trabalhos do 2º periodo.»

### J — Recursos

O paragrapho 1º do artigo 134 concede aos reclamantes o direito de recorrerem das decisões da Junta de Revisão para o Supremo Tribunal Militar, dentro do prazo de 10 dias contados daquelle em que tiver sido apresentada a reclamação. Esse prazo é evidentemente insuf-

ficiente, attendendo-se á difficuldade das communicações, que torna impossivel, na maioria dos casos, fazer chegar, dentro delle, ao conhecimento dos interessados o theor dos despachos, contra os quaes poderá ser interposto o recurso. Assim, pois, seria mais acertado substituir o referido paragrapho primeiro do artigo 134 pelo seguinte:

«Das decisões da Junta haverá recurso voluntario para o Supremo Tribunal Militar, dentro do prazo de 10 dias, contados da data em que forem ellas levadas ao conhecimento dos interessados por meio dos editaes affixados nas sedes dos respectivos municipios.»

Torna-se tambem necessario modificar o artigo 79, que poderá ficar assim redigido:

«Os interessados terão conhecimento das decisões da Junta por meio de editaes affixados nas sedes dos respectivos districtos de alistamento e publicados, si possivel fôr, na imprensa local.»

Por outro lado, o artigo 80 poderá tomar a seguinte redacção:

«Das decisões da Junta haverá recurso voluntario para o Supremo Tribunal Militar, dentro do prazo de 10 dias, contados da data da affixação dos editaes a que se refere o artigo anterior.»

A vantagem das modificações propostas consiste em evitar que o prazo comece a correr da data de uma publicação que é inteiramente problematica, podendo mesmo, em muitos casos, jamais verificar-se.

### K — Franquia Postal e Telegraphica

O artigo 73 diz que os presidentes das juntas de alistamento terão franquia telegraphica e postal *unicamente* para a correspondencia com o chefe do serviço de recrutamento; entretanto o paragrapho unico do artigo 57 diz que as listas a que se refere a letra *c* serão entregues *em registrados do correio*.

Ora, si um presidente da Junta, de accordo com o artigo 73, só gosa de franquia postal na correspondencia com o chefe do serviço de recrutamento, como poderá elle servir-se do correio para registrar listas destinadas a outras autoridades ou a simples particulares?

A necessidade de harmonisar esses dois dispositivos contradictorios é indiscutivel. Além disso, é preciso que o presidente da junta possa corresponder-se officialmente não só com as autoridades federaes, estadoaes ou municipaes que tiverem sua sede no respectivo districto de alistamento, como tambem com os simples particulares (directores de estabelecimentos de instrucção, commerciaes, industriaes e agricolas, ministros de qualquer religião, alistados, aos quaes tenha de remetter certificados, etc.).

Em taes condições, parece impracticavel que seja alterado o artigo 73, ficando assim redigido:

«O presidente da Junta gosará de franquia telegraphica e postal em sua correspondencia official, não só com o chefe do serviço de recrutamento, como tambem com as autoridades e simples particulares residentes nos respectivos municipios, respondendo cada um pelos abusos que commetter.»

Convem ainda que seja obtida do Congresso Nacional a modificação do disposto no artigo 1º n. 50, letra *e* da Lei de Receita para o



exercício de 1915, revigorado para os exercícios posteriores, de modo a tornar-se effectiva a concessão da franquia postal aos presidentes das juntas de alistamento militar; uma vez que, segundo a doutrina contida no aviso n.º 367, de 28 de Junho de 1918, do Ministerio da Viação e Obras Publicas, a que se refere o de n.º 84, de 6 de Julho do mesmo anno, do Ministerio da Guerra, não é possível actualmente autorisar-se aquella concessão.

### L — Disposições penaes

O capitulo XV relativo ás «disposições penaes para o alistamento e sorteio», deverá ser completamente remodelado, de modo a satisfazer, entre outras, ás seguintes condições:

1a) — qualificar precisamente os factos criminosos, isto é, as acções ou omissões que, constituindo crimes ou contravenções, importem na infracção da lei penal;

2a) — comminar penas que sejam proporcionaes aos factos delictuosos, estabelecendo-se diversos grãos de penalidade em relação a cada delicto, ao qual não corresponderá mais de uma pena;

4a) — estabelecer a marcha a seguir administrativamente para que seja promovida, perante o Poder Judiciário, a responsabilidade criminal daquelles que se acharem em qualquer dos dispositivos penaes da lei;

5a) — indicar como se deve proceder para dar execução ao disposto no paragrapho 2º do artigo 123, tornando-se effectiva a cobrança das multas a que se referem os artigos 119 e 123;

6a) — prescrever a pena que deva ser applicada não só ao reservista que deixar de cumprir as obrigações que lhe são impostas pelo artigo 18, como também ao individuo que se recusar a prestar informações ou que não restituir, dentro do prazo estabelecido e satisfeitas as exigencias legais, as listas que lhe forem enviadas de accordo com o disposto na letra c e no paragrapho unico do artigo 57;

7a) — estender ás autoridades estaduais e municipais a pena imposta, no artigo 122, ás autoridades federaes que negarem o seu auxilio para o cumprimento da lei de serviço militar.

### M — Registro militar

Os artigos 124 a 127, que constituem o capitulo XVI, combinados com os artigos 82 e 102, mandam encerrar a escripturação dos registros militares nas antigas regiões de alistamento, passando a ser feita essa escripturação na 8ª Divisão do Departamento do Pessoal da Guerra, que, para esse fim, receberá dos chefes do serviço de recrutamento e dos commandantes das unidades de tropa as informações e os dados indispensaveis: relações de alistados, isentos, incorporados, insubmissos, voluntarios, engajados, reengajados e excluidos do serviço. Por outro lado, a alinea d do paragrapho unico do artigo 48 incumbe ao chefe do serviço de recrutamento de «manter em dia o registro dos individuos sujeitos ao serviço militar, fazendo nelle as alterações que interessarem ao mesmo serviço.»

Collidindo, evidentemente, taes disposições, deverão ser, quanto antes, harmonisadas de modo que permittam evitar inutil desperdicio de esforços, normalisando, ao mesmo tempo, o serviço. Ora, a escripturação do registro militar de todas as circumscripções de recrutamento, em

que se divide o nosso vastissimo territorio, é um trabalho que, si não é de todo impraticavel, mui difficilmente poderia ser executado por uma só repartição, que ficaria, além disso, na dependencia de remessa de listas contendo centenas de milhares de nomes. Parece, pois, mais curial que seja commettido esse importante serviço aos chefes das circumscripções de recrutamento que ao D. G. remetterão, annualmente, apenas os manhas numericos e os dados estatisticos necessarios para que seja allí anurado o movimento geral dos alistados, sorteados, isentos, incorporados, insubmissos, reservistas, etc., em todo o territorio nacional.

Para esse fim será preciso que os commandantes de todas as unidades enviem mensalmente, ás respectivas circumscripções de recrutamento, e não ao D. G., como preceitua o artigo 125, as relações dos reservistas incluídos e excluídos e bem assim as dos voluntarios, engajados, reengajados e excluídos do serviço etc., convido também que os instructores dos institutos de ensino e das sociedades de tiro lhes remetam sem demora, as relações dos alumnos que, tendo prestado seus exames, receberam as respectivas cadernetas de reservistas.

Assim delineada a marcha do serviço de registro, não haverá mais necessidade da remessa de relações nominaes, com excepção da dos insubmissos, ao D. G. e ao Commando da Região, conforme exigem os artigos 82 e 102, dos quaes poderá ser eliminada essa exigencia.

Convem, por ultimo, outorgar aos chefes de serviço de recrutamento a faculdade de se entenderem sempre directamente com o Chefe da G. 8, desaparecendo a restricção contida no artigo 126 *in fine*.

Uma vez adoptadas as medidas propostas e reformados, de accordo com ellas, os alludidos artigos, parece que melhorará consideravelmente o serviço do registro militar.

### Considerações finais

Examinados, como ficaram nas treze alíneas anteriores, diversos dispositivos do decreto n.º 12790 de 2 de Janeiro de 1918 e indicadas as principaes modificações que segundo nos parece, com urgencia elles reclamam, entraremos agora nas considerações finais que se seguem.

A nossa Constituição, em seu artigo 34, numeros 18 e 34, diz que compete *privativamente* ao Congresso Nacional legislar sobre a organização do Exército e decretar as leis organicas para a execução completa da mesma Constituição. Nos artigos 86, 87 e seus paragraphos, estabelece as bases daquella organização, que será determinada por uma lei federal, de accordo com o numero 18 do artigo 34. Ora, uma lei federal só poderá ser elaborada pelo Congresso, a quem não compete *subdelegar* attribuições que lhe são *privativas* por força do preceito constitucional.

Não basta uma simples autorisação do Poder Legislativo ao Executivo para que este, por um decreto, *altere* ou *modifique* a lei anterior. Isso importaria em flagrante transgressão da lei fundamental, que, traçando a esphera de cada um dos poderes politicos, não permittio absolutamente que a funcção legislativa fosse attribuida ao Executivo.

Já no antigo regimen imperial, em que existia um 4º poder — o moderador —, delegado



ao monarcha, a quem competia até dissolver um dos ramos do Poder Legislativo, não era, ainda assim, permittida a subdelegação da função legislativa ao Executivo.

Éis o que, a tal respeito, ensinou o grande constitucionalista Pimenta Bueno:

«O que respeita aos limites e attribuições dos poderes politicos e constitucional e não pode ser alterado pelas legislaturas ordinarias. Sem duvida não é lícito usar da delegação ordinaria do povo contra o direito fundamental do povo. Este organisou os seus poderes politicos, assignou suas competencias, estabeleceu claramente os limites destas no fim de garantir suas liberdades; era consequente que dissesse, como diz, vós não podeis alterar estes limites, usurpar attribuições alheias, nem ceder das que vos confio; nenhum dos poderes tem direito de exercer senão as funções que lhe deleguei; todo o acto praticado contra minhas determinações é illegitimo e arbitrario. O poder nacional, em seu todo, é um unico; tem, porém, funções distinctas, como as de legislar, executar e julgar. Cada função destas constitue a alçada, os limites, as attribuições de cada poder separadamente delegado; a differença de cada um delles é inseparavel da differença de suas attribuições e limites. Ora, se estes principios são exactos, se a Constituição extremou o poder executivo do legislativo, se deu a este por attribuição o fazer a lei e áquelle a executá-la, se esta determinação é constitucional, se não pode ser alterada por lei ordinaria, como se poderá sustentar que uma legislatura, que não tem missão para reformar a Constituição, possa alterá-la?» (*Direito Publico Brasileiro*, I, pag. 41).

Dizia ainda o mesmo publicista, commentando o artigo 102, paragrapho 12, da Constituição do Imperio «que o Poder Executivo tinha por attribuição executar e não fazer a lei, nem de maneira alguma alterá-la e commetteria grave abuso ampliando, restringindo ou modificando direitos ou obrigações, porquanto a faculdade lhe fôra dada para que fizesse observar fielmente a lei, e não para introduzir mudança ou alteração alguma nella, para manter os direitos ou obrigações como tinham sido estabelecidos e não para accrescental-os ou diminuil-os, para obedecer ao legislador e não para sobrepôr-se a elle.» (*Obra citada*, I, pagina 237).

Poder-se-á objectar que ao Poder Executivo compete «sanccionar», promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso, assim como expedir decretos, instrucções e regulamentos para a sua fiel execução» (artigo 48, n. 1, da Constituição de Republica); mas é o proprio Pimenta Bueno quem responderá á objecção do seguinte modo:

«Os regulamentos não são leis, são somente actos de administração, que estabelecem, por via de disposições methodicas e dentro da orbita das attribuições do Poder Executivo, os meios e detalhes convenientes para que as leis tenham boa e effectiva execução.» (*Obra citada*, I, pagina 17).

Em face desta doutrina, que já era professada ao tempo do decahido regimen imperial, não se pode admittir que em pleno regimen republicano e na vigencia da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891, seja permittida a subdelegação das funções privativas de um dos tres po-

deres constitucionaes independentes a qualquer dos dois outros.

Toda a lei que fôr decretada pelo Poder Executivo, mediante uma simples autorisação do Legislativo, será inconstitucional e, consequentemente a ninguém obriga. Com effeito, si, por um lado, a lei ordinaria só pode ser feita pelo Congresso Nacional, sob pena de inconstitucionalidade; por outro lado, «ninguem pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei». (Artigo 12, paragrapho 1 da Constituição). Ora, qualquer acção coercitiva, emmanada da applicação de uma lei inconstitucional, importa em violencia, coacção ou constrangimento illegal, que legitima a concessão do *habeas corpus* ao individuo que, em tal caso, soffre ou se acha em imminente perigo de soffrer semelhante abuso de poder (artigo 72, paragrapho 22, da Constituição).

Não nos move, nesta apreciação, o espirito de critica nem ha a menor exaggeração no que affirmamos. O que desejamos, apenas, é evitar que a lei do serviço militar seja, por insanavel vicio de origem, inquinada de nullidade, tornando-se letra morta.

A propria lei vigente (decreto n.º 12790 de 2 de Janeiro de 1918), que, pelo menos ate agora, não foi julgada inconstitucional, contém dispositivos taes que, cerceando a acção das autoridades e da justiça militar, conforme vimos na alinea b, dão logar a que os interessados recorressem á justiça civil, livrando-se do sorteio e da incorporação. Bem consideravel já é o numero de ordens de *habeas corpus* que a Justiça Federal tem concedido, em favor de sorteados, pelo simples facto de não haverem estes obtido as transferencias de classe, que, fóra do praso marcado pelo referido decreto, requereram ás Juntas de Revisão e Sorteio, com recurso para o Supremo Tribunal Militar. Dahi tem resultado o facto de serem muitos conscritos afastados das fileiras, logo após a sua incorporação, o que aliás, impressiona mal e concorre para o desprestigio das autoridades militares.

E' isto o que desejamos evitar, quando solicitamos a attenção dos poderes publicos para a feitura de uma lei perfectamente constitucional, inatacavel, justa e de todo exequivel, sem que, de nenhum modo, dê logar a attritos ou lesão de direitos.

Tratando-se de uma lei organica, que visa directamente a garantia da defesa nacional e interessa á universalidade dos brasileiros, como acontece com a do serviço militar obrigatorio, imprescindivel se torna que seja ella discutida e votada, na forma dos artigos 36 a 40 da Constituição, pelo Poder Legislativo, ao qual poderá o Executivo remetter o respectivo projecto, acompanhado de uma mensagem.

Para a elaboração desse projecto, convem que seja nomeada uma comissão composta de pessoas competentes, não só dotadas de reconhecida cultura juridica, como tambem familiarisadas com o serviço de recrutamento.

Taes são, em resumo, as considerações que me foram suggeridas pelas imperiosas necessidades daquelle serviço durante um anno de observação e estudo ininterrupto.

Rio, 28 de Fevereiro de 1919.

Coronel José Joaquim Firmino



## Seleção dos recrutas para as armas

Havia já ha tempos rabiscado as linhas abaixo para dirigir á redacção da revista. Ora por um, ora por outro motivo, ia sempre protelando a remessa; a leitura de um artigo do numero de Março (66), me convencendo que estava em boa companhia apressou a decisão.

Eis o assumpto:

O criterio até hoje seguido na distribuição dos sorteados pelos corpos e armas consiste apenas em designar os procedentes de taes e taes municipios para taes e taes corpos; é de uma grande simplicidade, obedece *sómente á lei do menor esforço*.

Tenho para mim que não é o mais logico e racional, nem o que melhor attende ás exigencias da instrucção e o escopo que se tem em vista attingir, «**formação de reserva efficaz no mais curto prazo**». No entretanto, com um pequeno accrescimo de trabalho penso se conseguiria tornal-o racional.

Este augmento de trabalho consistiria simplesmente em distribuir, tanto quanto possivel, os homens pelas armas de accordo com as necessidades destas e as aptidões por aquelles adquiridas em suas profissões civis. Assim, para a arma de cavallaria, estariam naturalmente indicados os individuos que em sua vida civil se dedicavam a trabalhos de campo, sendo um certo numero delles designados para a artilharia onde seriam conductores; os agricultores levariam para a engenharia suas aptidões em trabalhos de sapa, devendo tambem, para esta arma ser designados operarios sorteados, cuja profissão anterior lhe fosse util; para a infantaria iriam, de um modo geral, individuos provenientes das cidades que são mais desembaraçados e de mais garbo...

A' artilharia que não pode ensinar as funcções de apontadores aos analfabetas, se não distribuiria mais de um terço de individuos nestas condições, o que um regulamento já prevê relativamente aos voluntarios.

Em cada unidade de cavallaria e artilharia sendo necessario certo numero de ferradores era natural que para estas armas fossem designados os individuos cuja profissão fosse essa ou a de ferreiro; pois se não é de todo impossivel formar-se um ferrador, é pelo menos muito difficil, mórmente, não tendo quem os

instrúa, o que é caso geral, pois ao fim de um anno são excluidos os que por ventura existem; do mesmo modo a estas armas deviam ser attribuidos alguns correeiros ou selleiros para concertos em arreimentos. Emfim aproveitando sempre as aptidões adquiridas pelos sorteados em sua vida civil, de accôrdo com as necessidades de cada arma, me parece, facilitaríamos a instrucção.

Quanto ao meio de saber-se a profissão dos sorteados bastava que se exigisse declaração a respeito no respectivo alistamento.

Margem, 31. 3. 19.

Capitão Acacio Farla Corrêa.

## Os levantamentos photographicos e o Serviço Geographico Militar

Pode-se dizer, foi a guerra de trincheiras que deu nascimento e vulto á photographia aerea.

Tão assignalados serviços prestou esta ao commando, proporcionando-lhe rapidos e minuciosissimos levantamentos das posições inimigas, que, dentro de pouco tempo, a sua exploração exigia os esforços de numerosos officiaes de todas as armas e impunha uma ampla organização de serviços, abrangendo n'um mesmo objectivo varios órgãos technicos diferentes.

Não foi de certo facil aos belligerantes proporcionar sempre ás suas tropas as informações colhidas pelas objectivas dos aviadores e tão preciosas a uma acção esclarecida no campo de batalha. Além dos embaraços oppostos de lado a lado pelas baterias anti-aereas e pelas esquadrilhas de aviões, *camouflages* habeis e trabalhos simulados foram recursos inexgotaveis de que se utilisaram os adversarios no fito principal de impedirem as investigações inimigas.

D'ahi a necessidade de se confiar esse importantissimo serviço a experimentados officiaes especialistas, perfeitos conhecedores dos regulamentos e das organizações do adversario e que além disso no desempenho da missão recebida, se apoiavam, no maior numero possivel de meios de *contrôle* e de verificação.

Não nos deteremos na presente noticia sobre o exame e descriminação dos órgãos e serviços encarregados de estudarem as photographias aereas, e assim nas relações entre os mesmos. Consignemos apenas que o estudo completo dessas photographias comprehendia tres operações distintas a que as instrucções francezas denominavam *interpretação*, *restituição* e *exploração*.

Pela primeira se determinavam a natureza, o valor e a importancia dos trabalhos e elementos diversos da organização inimiga, visiveis nas photographias. Pela *restituição*, operação distincta da anterior, mas apoiada nesta, se situava com exactidão sobre a carta as figuras mais ou menos deformadas obtidas nas placas photographicas.

A's duas anteriores se juntava uma terceira — a *exploração*, esta verdadeiramente de ordem



tactica, visando uma analyse dos planos de defesa do inimigo ou a discernir as suas intenções de ataque, tendo em vista o combate, por isso que ao commando não bastava conhecer a natureza e detalhes das obras construídas, mas, ainda, as razões em que se inspiravam, as intenções que traduziam.

Quanto aos tipos de photographia aérea, utilisavam-se as *panoramicas* com eixo optico horizontal, dando o conjunto de um sector até o horisonte (forma geral do terreno, linhas de trincheiras, corredores de circulação, etc.); as *obliquas*, tomadas de fraca altitude, comapparehos de grandes focos e cobrindo pouca superficie, permitindo porém apanhar o relevo do terreno e o interior das obras; as *verticaes*, dando segundo a altura e a distancia focal, isto é, segundo a escala, um maior ou menor numero de detalhes planimetricos.

Não se limitaram os progressos da technica e o aperfeiçoamento dos serviços a proporcionarem o valiosissimo auxilio da photographia aérea tão sómente ao periodo da preparação. No decurso da batalha, ella constata as destruições, permite seguir a progressão da infantaria amiga, determina a linha de avanço do inimigo, seus novos trabalhos, posições de acolhida successivas, installações das reservas, e das baterias...

Do problema do levantamento photographico na guerra, ao problema do levantamento photographico na paz, não ha senão a differença que resulta dos seus objectivos.

Embora, na presente guerra, como já tivemos occasião de frisar, em nosso n.º 61, não tratassem as *équipes* topographicas verdadeiramente de levantarem pela photographia um terreno que já antes da guerra se achava detalhadamente cartographado, mas de consignarem as modificações continuamente occorridas n'um serviço permanente de *manutenencia de cartas*, é incontestavel que os fundamentos technicos de ambos os problemas se confundem, expurgado o segundo até das complicações e tropeços oriundos das vicissitudes do campo de batalha.

Em nosso paiz, o problema topographico desde muito reclamava uma solução que só poderia afinal ser encontrada na photographia.

Os processos em uso, além de proporcionarem sómente resultados approximados, discordantes dos methodos e calculos de geodesia — como se comprehende *a priori*, se se reflecte que elles pretendiam representar linhas e superficies por um numero limitado de pontos, — exigiriam um praso incompativel com o tempo imposto por qualquer problema de vulto.

Coube á acção conjuncta e de alto descortino do tenente-coronel Alfredo Vidal e do capitão Alípio di Primio, distinctos officiaes nossos, a resolução do problema topographico pela acção da photographia e isso quando, antes da guerra, apenas a Austria o havia resolvido.

A primeira demonstração entre nós do methodo estereophotogrammetrico com o estereoautographo de Orel e o phototheodolito de Zeiss foi executada em fins de 1914 pelo engenheiro Emilio Wolff, austriaco, e capitão Alípio di Primio; e o primeiro levantamento, em 1919, quando foi feita a orographia da ilha do Governador por este ultimo official, auxiliado pelos então tenentes Alfredo Alencastro e P. Cavalcanti.

Agora, em inicio de organização do Serviço Geographico Militar sob a direcção competente do coronel Vidal, acha-se prestes a ser concluida, em quatro folhas, a primeira carta militar, abrangendo a zona de instrucção das tropas desta guarnição, carta essa que, não fôra a dependencia em que ficou a sua conclusão dos trabalhos da tacheometria das estradas, já de muito estaria attendendo ás necessidades da instrucção tactica.

Mas a solução trazida pela objectiva photographica não se limitou á estereophotogrammetria, isto é, ao emprego dos phototheodolitos e estereoautographo.

A aviação veio ao seu encontro, dando ás operações de campo precisão e rapidez tão grandes que é difficil conceber uma installação de escriptorio sufficientemente rica para acompanhar-as.

No dia 24 de Abril ultimo foi emprehendida pelo capitão Alípio a primeira demonstração da photogrammetria aeronautica, levantando este official n'um aeroplano pilotado pelo aviador Verdier, da missão franceza, uma faixa de terreno de 1600 de largo por 9.000 de comprimento, mais ou menos, desde Madureira até além da Villa Militar, sendo a duração do voo util de 41½ minutos.

Nossa gravura, annexa a este numero, representa uma parte dessa faixa. O appareho photographico empregado, na falta de outro, foi um estereo Palms de amador de 9×12, munido de objectiva Goerz, que apenas cobria uma placa de 8×10 cm, e de um nivel adaptado.

Dadas a distancia focal da objectiva, dimensões das placas e velocidade do aeroplano, de accordo com a escala desejada, foram calculadas a altura do voo e successão dos clichés, seja o intervallo de tempo entre duas exposições successivas, e a equidistancia entre os parallellos de voo.

O resultado dessa primeira demonstração está inteiramente de accordo com as previsões theoricas.

O estereoautographo, substituindo todos os antigos apparehos da photogrammetria e o aeroplano dirigivel os *cerfs-volants* e balões, resolveram o problema topographico não só expedito como de precisão.

Por mais que o futuro aperfeiçoamento da solução do problema, ella pertence ao presente.

Os antigos processos terão assim de ser relegados para os trabalhos de pequena monta, para os particulares ou empresas de poucos recursos. Os Estados ou Empresas que não tiverem esta orientação erram ou se conservarão atrasados com prejuizos para as proprias rendas.

Felizmente, tanto o nosso Estado Maior como a alta administração da Guerra têm dado as mais exuberantes provas do grande descortino com que encaram o problema da cartographia nacional, como os factos dentro em breve o provarão.

---

**Art. 7.º dos Estatutos — Aos redactores effectivos cabe a responsabilidade da edição, aos collaboradores a das opiniões que emittirem em seus artigos.**



## A Escola Preparatoria

A leitura do artigo do 1º tenente Furta-do Sobrinho, as ponderadas notas da redacção da *Defeza Nacional*, e a minha observação pessoal, embora modesta, inspiram as presentes linhas que, talvez, mereçam o acolhimento dessa illustrada redacção.

A restauração dos antigos cursos preparatorios de escolas militares tem, não ha duvida alguma, ao lado de grandes vantagens, gravissimos inconvenientes, reconhecidos em uma longa experiencia. Entretanto, com o estabelecimento do serviço militar obrigatorio, obra patriótica em que se tem empenhado todos os verdadeiros brasileiros, e para o exito da qual tanto tem contribuido a *Defeza Nacional*, a instrução militar tem sido paulatinamente introduzida em todos os estabelecimentos de ensino secundarios da Republica.

Os alumnos dos gymnasios uniformisam-se. Popularisa-se continuamente o nosso kaki. Desapparece por completo a repugnancia antiga e censuravel pela gloriosa farda do exercito. Mais um passo, e a solução do problema do ensino militar, mais completo e mais proveitoso, e que deve ser prodigalisado sem a menor avareza, seria uma realidade, pouco dispendiosa para os orçamentos, ás vezes reduzidissimos do Ministerio da Guerra.

O que de inconveniente apresentavam os cursos preparatorios das Escolas Militares, os grandes dispendios com a manutenção dos Collegios, as anomalias apontadas, de officiaes de nosso exercito ensinarem caligraphia a meninos de oito annos, paulatinamente desapareceriam. Os diferentes gymnasios existentes na Republica, pelo menos um em cada estado, seriam belissimos focos de recrutamento de verdadeiras aptidões militares.

Bastaria, para tanto, uma ligeira modificação na lei organica do ensino, methodisando, positivando, realisando afinal, o verdadeiro ensino militar nas instituições civis de ensino equiparadas. A organização, em cada uma dellas, de um corpo de alumnos, modelado pela unidade do exercito correspondente ao effectivo de matriculados, organização presidida por officiaes da guarnição designados para tal fim, não seria muito difficil. Exigindo-se, para o effeito da equiparação, a existencia de uma tal organização, ficaria, para os orçamen-

tos federaes, reduzidissima a despeza, limitada unicamente, talvez, ao internato e externato Pedro II, que se apresentam espontaneamente como typos de nossos estabelecimentos de ensino secundario.

Organizado o corpo ou a companhia de alumnos, desenvolver-se ia espontaneamente o estímulo. Premios noderiam ser estabelecidos, tendentes ao recrutamento dos mais aptos, para a matricula nas escolas militares a exemplo do que out'ora se praticava com relação á Escola de Aprendiz Artilheiros.

E' esta, ao meu ver, a maneira mais pratica e mais racional, de terminarmos esta grande obra em que nos empenhámos de preparar, pela instrução militar, a nossa defeza nacional. E' uma solução simples, não ha duvida alguma. E, por simples, como ensina o nosso R. E. I., será a unica que venha a dar serios resultados, provindo a difficuldade de sua execução, unicamente de sua extrema simplicidade.

Manãos, Abril de 1919.

Major Chauvin.

## Local para a Escola Militar

Sobre este assumpto ou mais especialmente sobre o artigo editorial a respeito publicado em nosso n.º 63 recebemos uma carta do nosso prezado camarada capitão Barros Fournier, da qual com o maximo prazer extrahimos o que abaixo vae publicado. Para facilitar ao leitor o acompanhamento desse commentario fazemol-o preceder de um excerpto do dito artigo.

Preliminarmente, urge organizar um plano geral obedecendo ao grande objectivo da resolução do problema da Educação Nacional para a Defesa da Patria.

Quando esse plano estiver segura e criteriosamente assentado, cumprirá ao Estado Maior do Exercito leval-o, sem demora, á execução assumindo, pelos seus órgãos competentes, a responsabilidade de velar pela continuidade dos esforços que houver a desenvolver afim de que nenhum damno ou estorvo sobrevenha á unidade de orientação e de objectivos.

Desnecessario é dizer, não só, que a execução de tal plano poderá se fazer em periodos de duração variavel, como tambem que será imprescindivel submettel-a ás vistas de consultores technicos de comprovada idoneidade.

O problema geral que o Estado Maior do Exercito tem de resolver em relação á educação militar da mocidade brasileira consiste essencialmente em — crear um meio no qual os individuos devam adquirir robustez physica, manter-

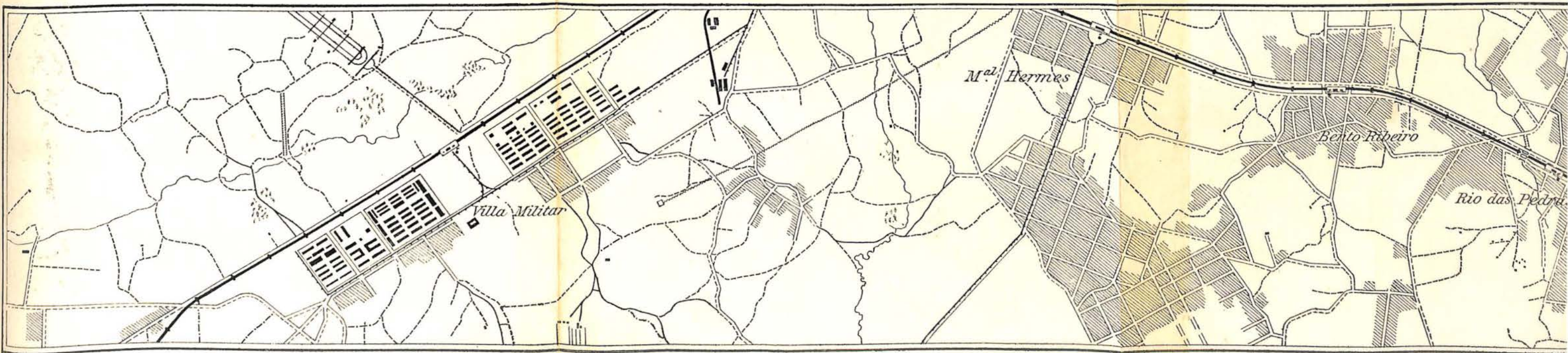


# Primeira operação de Photogrammetria Aeronautica realizada no Brazil sob auspícios do Serviço C

Executada pelo Capitão Alipio di Primio em Abril de 1919.



Coordenação dos elementos para a formação da photocarta entre Madureira e a Villa Militar (Fac-simile do original photographico obtido com um aparelho formato  $8 \times 10$  cm ope



Carta na escala de 1:20.000 organizada exclusivamente com os dados principaes da photocarta (os de mais facil interpretação) sem reambulação topographica.

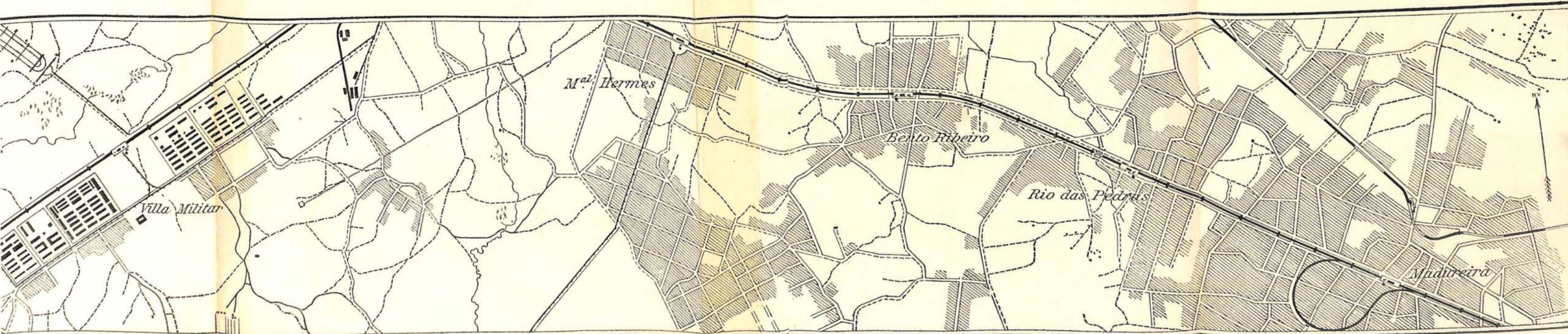


# Operação de Photogrammetria Aeronautica realizada no Brazil sob auspícios do Serviço Geographico Militar.

Executada pelo Capitão Alipio di Primio em Abril de 1919.



Coordenação dos elementos para a formação da fotocarta entre Madureira e a Villa Militar (Fac-simile do original photographico obtido com um aparelho formato  $8 \times 10$  cm operado a mão livre.)



Carta na escala de 1:20.000 organizada exclusivamente com os dados principaes da fotocarta (os de mais facil interpretação) sem reambulação topographica.



se sadios, receber o treinamento apropriado, conquistar uma educação scientifica efficiente firmada em solidos conhecimentos fundamentaes, e — acima de tudo *formar a envergadura moral* que lhes será necessaria para a exacta comprehensão da função importantissima que tem de representar na constituição e na defesa da nacionalidade brasileira.

Encarado assim este problema geral deverá ser desdobrado no estudo e resolução das seguintes questões parciaes:

a) Achar um local onde as condições topographicas e climatericas concorram para uma acção benefica permanente sobre o organismo e o moral dos educandos, estimulando-lhes ao mais alto gráo possível a *capacidade* de trabalho physico e intellectual. E' necessario ainda que essas mesmas condições permitam com o maximo resultado possível, a execução de exercicios e os treinamentos exigidos, não só pela technica militar como tambem pela educação physica racional adequada ao nosso clima.

b) Aproveitar na execução criteriosa dos programas de ensino essa capacidade de trabalho e auxiliar-a com um aparelhamento efficiente installado em edificios que, além de racionalmente planejados, sejam construidos em um meio topographico, cuja escolha resulte de um estudo completo sob todos os pontos de vista.

c) Relacionar convenientemente entre si os edificios e respectivos aparelhamentos, relativos ao ensino elementar e tecnico (secundario e superior) de modo que a execução dos programas de cada curso sirva de base logica á interpretação e execução dos programas dos cursos seguintes, proporcionando aos educandos e educadores, em cada um destes cursos, o indispensavel e constante contacto com os trabalhos e objectivos dos cursos superiores, com o que se terá por fim estabelecer um systema homogeneo de educação pelo qual se atinjam com o maximo de efficiencia os objectivos finaes dos respectivos programmes.

d) Reunir todos os institutos militares de ensino em uma mesma localidade que seja servida por communicações rapidas com a Capital Federal com o fim de utilisar os seus recursos de ordem moral e material, comquanto que essa localidade esteja, ao mesmo tempo, isolada das influencias perturbadoras dos grandes centros populosos.

Para chegar á organização de um projecto que corresponda ao problema geral deste modo formulado não bastará que se confie essa tarefa a um profissional idoneo, experiente e dotado de elevados sentimentos patrióticos; será igualmente imprescindivel que além de possuir estes altos dotes, elle ainda disponha de largo tempo para os seus estudos e trabalhos e conte com auxiliares competentes e dedicados e com amplos recursos para poder enfrentar energicamente o estudo completo dos assumptos comprehendidos pelas questões geraes e particulares que reclamam soluções originaes e modelares, de accordo com as exigencias do meio brasileiro.

Attendendo-se á avultada despesa a fazer com a execução de um plano de tal ordem, será conveniente que a organização do projecto seja desde logo subordinada á hypothese da subdivisão em periodos correspondentes aos exercicios financeiros, porém, de maneira tal que nenhum edificio seja entregue sinão depois de aparelhado para

entrar immediatamente em pleno funcionamento normal.

.....  
Escreve-nos o capitão Fournier:

Com a independencia que sempre me orientou o modo de proceder, sem temer a excommunhão de quem quer que seja, tenho procurado escrever alguma coisa sobre o «local para a Escola Militar».

Mas, tão completo está o artigo publicado no numero 63 da «A Defeza Nacional», que tenho perdido meu tempo inutilmente.

Tenho sómente a dizer que é indispensavel arrancar a Escola Militar do Realengo, onde, sómente por castigo, ou por sentimentos menos confessaveis, e isto sob qualquer ponto de vista, poderiam ter tido a triste idéa de collocar-a.

Eu, que ali estudei durante dous annos e que ha onze venho ali mourejando pela instrucção de nossos jovens camaradas, bem o conheço, bem o posso julgar.

Quanto ao local a escolher, bem poderia ser em Friburgo, em Petropolis ou em Minas, onde, além do clima, teria o Governo a facilidade da escolha do melhor terreno e, possivelmente, de um menor preço.

Nessa escolha, penso que só deve ser encarado o interesse do Exercito, pon-do-se á margem, com a necessaria repul-são, todo e qualquer interesse individual. (\*)

Penso, tambem, que, em vez de proceder-se como está indicado no artigo citado, relativamente á despesa, deve evitar-se, tanto quanto possível, a subdivisão dos trabalhos respectivos, o que, como todos nós bem sabemos, além de encarecer a obra, em toda uma serie dos mais perfeitos inconvenientes.

Assim, suppondo que importaria toda a obra em *seis mil contos*, deveria ser essa importancia posta, de uma vez, á disposição do Ministerio da Guerra, ou ser elle autorizado a destacal-a do respectivo orçamento, mesmo com o sacrificio que possível fosse de alguma coisa dentre aquellas de sua attribuição. Assim, poderia ser ella atacada com justeza, com economia e sem os prejuizos das *modificações ultteriores*, sempre lamentaveis.

Além disso, de pleno accordo com aquelle artigo que eu assignaria envaidecido.

N. da R. — Diante do applauso que o illustre camarada nos manifestou ás ideias do artigo do n. 63, a redacção pediu-lhe que collaborasse no estudo e na discussão do importante assumpto.



# Reforma do Ensino Militar

(Continuação)

O curso unico, tal como o imaginamos, pôde ser feito commodamente em 3 annos.

Os assumptos são grupados em cadeiras como a seguir:

## 1ª CADEIRA

*Parte I.* — Organização da infantaria brasileira (material, apenas referido). Propriedades tacticas da infantaria. Marchas e estacionamento de columnas isoladas de infantaria, e da infantaria enquadra em unidades mixtas. O combate da infantaria. Themás tacticos na carta, até regimento de infantaria.

*Parte II.* — Organização da cavallaria brasileira (material, apenas referido). Propriedades tacticas da cavallaria. Marchas e estacionamento de pequenas columnas isoladas de cavallaria (até regimento), e da cavallaria enquadra em unidades mixtas. O combate da cavallaria. Themás tacticos, na carta, até regimento de cavallaria.

*Parte III.* — Organização da artilharia de campanha brasileira. Propriedades tacticas da artilharia de campanha. Marchas e estacionamento da artilharia. O combate da artilharia de campanha, precedido de estudo technico e tactico do tiro. Themás tacticos, na carta, até regimento de artilharia (material, apenas referido).

*Parte IV.* — Organização da engenharia militar brasileira. Propriedades tacticas da engenharia. Marchas e estacionamento da engenharia. Estudo summario de como collabora a arma de engenharia no combate.

*Julgamos mais facil, mais logico e portanto, mais didactico estudar primeiro a organização de arma, e sua tactica regulamentar, mas dando-lhe fórma explicita, tal como na guerra as operações se succedem em «marchas, estacionamento e combate», para depois tratar das demais partes do organismo militar e da tactica das armas combinadas. E' ir naturalmente de baixo para cima, do simples para o complexo.*

## 2ª CADEIRA

*Parte I.* — Estudo descriptivo das armas portateis e das metralhadoras adoptadas. Technica do tiro do fusil e da metralhadora.

*Parte II.* — Descripção e funcionamento do material de artilharia de campanha em serviço no Exercito.

*Parte III.* — Estudo do material da artilharia de bôrdo no que interessa á defesa de côsta. Material de artilharia de côsta e seus principaes accessorios (descripção e funcionamento): observatorios e holophotes.

*Parte IV.* — Material de engenharia.

*Nesta 2ª cadeira reunimos o estudo do material das armas, do ponto de vista de sua descripção e funcionamento incluindo a artilharia de bôrdo, apenas no que possa interessar á defesa de côsta.*

## 3ª CADEIRA

*Parte I.* — Topographia (instrumentos, os principaes). Levantamentos, nivelamentos, locações e reconhecimentos para fins militares. Desenho topographico.

*Parte II.* — Serviços da arma de engenharia.

*Parte III.* — Explosivos e polvoras, especial-

mente dos adoptados no Exercito (menos fabrico). Pyrotechnia militar (sem exaggeros de confecção), minas e destruições com o emprego dos explosivos.

*Parte IV.* — Fortificação de campanha: estudo technico e tactico dos typos de defesas accessorias, construcção. Ataque e defesa dos entrincheiramentos.

*Cadeira dos servicos da arma de engenharia por excellencia em tudo mais que lhe está ligado como meio por afinidade.*

## 4ª CADEIRA

*Parte I.* — Organização da artilharia de côsta brasileira. (material, apenas referido). Noções sobre o valor combativo das varias unidades navas. A technica do tiro e a tactica da artilharia de côsta. A artilharia de côsta em ligação com a segunda linha de defesa no mar, e com a defesa movel em terra, no caso de um desembarque inimigo.

*Parte II.* — Fortificação permanente sobretudo de côsta: localisação, descripção summaria dos principaes typos, resistencia passiva, valor activo. Noções sobre o ataque e defesa das posições interiores permanente fortificadas.

*Organização, technica e tactica da artilharia de côsta, fortificação permanente, sobretudo de côsta, precisadas ali as questões principaes, porque na America do Sul não ha praças fortes, avultando para o Exercito a necessidade de saber principalmente fortificação de côsta, cujas obras lhe pertencem.*

## 5ª CADEIRA

*Parte I.* — Organização dos serviços. Ligação dos serviços e das armas formando as grandes unidades. Funcionamento dos serviços em campanha.

*Parte II.* — Serviços especiaes da cavallaria em campanha, precedidos do necessario estudo dos respectivos destacamentos, columnas e patrulhas.

*Parte III.* — Marchas, estacionamento e combate das armas combinadas. Themás tacticos e jogo da guerra das armas combinadas, na carta.

*Parte IV.* — Estudo de conjunto da organização do Exercito. Noções de estrategia. Resumo da Historia Militar do Brasil, a partir da campanha que nos deu a Provincia Cisplatônica, feitas apenas referencias technicas, quanto á Revolução de 1893, campanhas de Canudos e Contestado.

*A 5ª cadeira vem completar, pelos serviços, o estudo por partes da organização do Exercito: armas, serviços e grandes unidades; razão de ser das brigadas de cavallaria independente e dos serviços especiaes dessa arma; marchas, estacionamento e combate das armas combinadas; revisão de conjunto da nossa organização militar; simples noções de estrategia; resumo das nossas campanhas principaes.*

*E' para bem dizer, a cadeira final da Escola. Não se julgue que com as noções de estrategia se pretende ensinar a conduzir uma campanha, mas pôr os novos officiaes ao par de uma certa nomenclatura, e do espirito da guerra, como seria executada, dentro da doutrina dos nossos regulamentos, sem o que pensamos, estes não podem ser bem assimilados. Assim, por ex., os serviços se escalonam por zonas estrategicas. E como suas unidades ou formações, como queriam, podem ter para chefes officiaes do exercito*



activo, não nos parece racional deixá-los na ignorância dos nomes dessas cousas, e do conjunto do mecanismo.

O curso proposto já é por demais facil, mas que se não prejudique o estudo da guerra por um lance de olhar pouco extenso.

Não pensando necessaria ao official de tropa a mathematica superior, qualquer que seja a arma, a balística só pôde ser a elemental, e principalmente, julgada em seus effeitos.

#### 6ª CADEIRA

Parte I.—Conhecimentos essenciaes de direito constitucional brasileiro e de direito internacional.

Parte II.—Direito penal e processual militar brasileiro. Administração e serviço nos corpos de tropa; escripturação militar.

#### 7ª CADEIRA

Parte unica.—Balística elemental. Tiro individual e colectivo; julgamento do seu resultado.

#### 8ª CADEIRA

Parte I.—Noções geraes de hygiene.

Parte II.—Hygiene militar (individual e colectiva).

Parte III.—Noções geraes de hippologia e de veterinaria.

A 6ª e a 8ª cadeiras são complementares, mas não se comprehende, em um Paiz quasi sem estradas, onde os trens, parques e comboios terão de ser organisados com grande numero de animaes de carga e de tracção, verdadeiras tropas em muitos casos, que o official de engenharia deva saber menos hippologia e veterinaria que o de cavallaria. E' ainda um dos muitos argumentos para o curso unico.

Pôde parecer exquisito, se nos mantemos dentro da rotina, um official de engenharia sem preparo de mathematica superior. E' que estamos acostumados a ver os engenheiros militares para os corpos de tropa e para as commissões technicas as mais difficeis. Agora, o que se visa de accordo com as novas bases do ensino militar, é separar os technicos da artilharia e da engenharia dos officiaes de tropa destas duas armas, fazendo-os a todos, especialistas, respectivamente, nestes dois ramos de actividade militar bem distincta.

Aos technicos da engenharia, por ex., de accordo com o Estado-Maior, tocaria projectar as pontes das equipagens e varios typos de outros e improvisar, bem como certa variação de galpões a construir, conforme as circumstancias, na zona de retaguarda, etc., etc. A' tropa de engenharia caberia transportar em parte e montar o material, fazendo portanto a construcção.

Queremos chamar a attenção do Conselho para um assumpto, que se nos afigura importante. Dêmos ao professor ou adjunto o encargo de praticar na carta o thema tactico e o jogo da guerra, mas fazendo este ultimo depois de se ter estudado a organização do Exercito; o material, e neste o armamento; o terreno, do ponto de vista militar, pela topographia e fortificação; a tactica individual de arma; a tactica das armas combinadas; uma orientação estrategica por simples noções.

O thema tactico e o jogo da guerra no terreno, só dando resultados apreciaveis pelo tratar a variedade dos casos concretos, creando um methodo de resolução por um habito, segundo uma doutrina, exigindo longo tempo, principalmente para mudar posições, de modo a que sejam estudadas sempre situações differentes, só o instructor, em epoca apropriada, em Janeiro por ex., pôde pratical-os.

Eis como, do exposto em linhas geraes, sem preconceito, se pôde concluir, acceitando, como uma necessidade, a unidade de curso para o official de tropa de qualquer arma.

(Continúa)

1 Tenente R. Villanova Machado.

## Candidatos á Escola Militar

Das salutare disposições contidas no Regulamento da Escola, agora em vigor, destaca-se, entre outras, a que exige aos candidatos um estagio prévio de seis mezes em um corpo de tropa, ou de tres mezes, se possuidor da cader-neta de reservista, obtida fóra da tropa.

Manifestamo-nos ao lado desta idéa, quando em elaboração ainda o regulamento de 1918.

Em nossos editoriaes dos n.ºs 53 e 54 procurámos salientar as vantagens que decorreriam desse estagio na tropa em que o aspirante ao officialato, submettido a provas convenientes, não só patentearia a sua vocação e aptidão natural para a carreira das armas, como permittiria um juízo seguro da officialidade, respeito ás qualidades imprescindiveis a um recrutamento de selecção.

Effectivamente, se quizermos seguir a trilha bem orientada, que é a das melhores organizações existentes, é na tropa que o pretendente á carreira de official terá de dar o primeiro passo no dominio militar.

Como tivemos então ensejo de detalhar, analysando essas organizações, aos candidatos, sob os cuidados de um subalterno designado, é ministrada, além de todo o ensino de recruta, uma instrucção theorico-pratica, que mais tarde a Escola ampliará, e na qual os themas desenvolvidos por escripto constituem meio efficaç para bem se apreciar a força intellectual de cada um.

Uma observação continua por parte dos officiaes e investigações criteriosas conduzem, por outro lado, a se aquilatar das disposições, caracter, vocação e principios do candidato.

Podemos sentenciar pelo que se observa e quasi toda a gente o diz, que nunca nos preoccupamos em resolver com sinceridade o problema da formação do nosso quadro de officiaes.

E' incontestavel que inumeros factores estra-



E, contando, embora, com a imperfeição dos resultados, precavi-me contra o absurdo, tomando para meus calculos o lustro menos perturbado, que vae de 1912 a 1916.

Ora, quem quer que o esmiúce, acompanhando, pelos successivos almanaques da guerra, a estatística das vagas, traçará forçosamente este quadro:

ARMAS	Médias das vagas abertas de 1912-1916					Médias das vagas de 1º Tenente a Coronel, abertas de 1912-16	Tempo médio que, de accordo com essas médias, o official levará para ascender de um posto ao posto immediato	Ou, em numeros redondos
	1º Tenente	Capitão	Major	1.º Coronel	Coronel			
Infantaria. . . . .	45,5	23,4	11	7	3,8	18,6	6 annos, 7 mezes e 26 dias.	7 annos
Cavallaria. . . . .	18,6	12,8	4,8	3,8	1	8,2	7 annos, 1 mez e 18 dias.	7 »
Artilharia. . . . .	11,4	8	6	4,8	2,6	6,56	10 annos e 1 mez.	10 »
Engenharia. . . . .	5,4	5	3,4	3,4	1,8	3,4	7 annos, 11 mezes e 11 dias.	8 »

Os dados são vacillantes. Mas unicos. E permitem, com amplitude, o traçado da relação decimal estatuida, porque a media da engenharia, attenta a idade dos seus officiaes, tende a diminuir, enquanto as das outras armas, principalmente a da artilharia, a augmentar. Consequentemente, os dez annos, com que na ultima columna figura a artilharia, diminuirão, crescendo, ao contrario, os oito da engenharia.

Bastem-nos estas razões. Seria demasiado monotono, seria mesmo pedante alongar uma dis-

cussão quasi esteril. Ha, contudo, interessante contraprova, na relação, bem proxima da que segui, entre os effectivos dos quadros supplementares presentemente em vigor. E' de hontem. Favoreceu a carreira na engenharia; e apesar das facilidades resultantes da sua recente criação, determinando promoções anormaes no seu proprio quadro ordinario, este outro quadro mostra que os contemporaneos subiram quasi ao compasso de uma só cadencia.

#### Tempo médio que alguns officiaes contemporaneos levaram para ascender

ARMAS	De 1º Tte. a Coronel			De 1º Tte. a Tte. Cel.			De 1º Tte. a Major			De 1º Tte. a Capitão			De 2º Tte. a 1º			
		annos	mezes	dias		annos	mezes	dias		annos	mezes	dias		annos	mezes	dias
Infantaria . .	A. J. L. C.	18	11	20	E. L.	15	1	14	C. E. A. L.	9	8	9	B. P. C.	4	3	5
Cavallaria. .	J. O. L.	26	7	24	F. A. B.	18		19	J. M. F. F.	9	5	11	F. C. P. B.	7	6	5
Artilharia. .	J. M. X. B.	25	10	1	R. S.	23	10	29	M. B. C. S.	11	8	29	F. B. C.	9	6	11
Engenharia .	A. H. V. L.	24	5	10	J. C. R. M.	22		15	J. O.	9	5	11	M. V. S.	8	4	15
													J. F. S. S.	6	2	22

**OBSERVAÇÃO**—Segui neste quadro, as indicações do Almanak de 1918, considerando sempre, em cada arma e em cada posto, os ultimos officiaes mais vantajosamente promovidos. O raciocinio, porém, não desmerece, por ser ainda menor o tempo em que passaram no primeiro posto, os ultimos, nota amente os de engenharia. Nesta arma, sobretudo, a rapidez, com que subiram, provem da anomalia de um quadro de segundos tenentes, (\*) quasi vasio. Mas vão adunar-se. Se permaneceria situação presente, pagarão, bem pagos, os juros desse emprestimo, na travessia já mais longa, de primeiro tenente a capitão.

N. da R. — Essa anomalia tambem existe e ainda mais accentuada na arma de artilharia e, cada vez mais perniciosa se tornaria, se permanecesse a condição de precisar o alumno 48 pontos, para poder cursar artilharia ou engenharia, condição que sobre ser difficil de satisfazer, não encontra compensação na differença de futuro promettida pelas armas citadas.

Para evitar o engano em que incide o nosso distincto mantenedor, convem argumentar só com os quadros e as vagas, deixando de parte esses accessos provocados por situações anormaes e onde não ha culpa dos favorecidos.

Por exemplo: Com as melhoras excepcionaes decorrentes da passagem dos professores para o Q. S. e da diminuição da idade compulsoria, no decenio de 1909 o 1918, em média a artilharia deu 14 vagas por anno e a engenharia deu 7 vagas tambem por anno.

Assim sendo, logo que voltem os quadros de segund'os-tenentes de artilharia e engenharia á situação normal, devidamente preenchidos como breve se dará em consequencia do actual processo de distribuição dos alumnos, o segundo-tenente levará  $\frac{176}{14}$  ou 12 annos e meio para ser promovido a 1º tenente e o de engenharia levará  $\frac{45}{7}$  ou 6 annos, 4 mezes e 7 dias para ir ao segundo posto.

Os quadros que illustram a «Resposta amigavel», estudados na logica dos seus numeros, completam a prova de que a engenharia ainda não está pedindo providencias especiaes para evitar estrangulamento na carreira dos seus officiaes.

Convem ainda lembrar que os officiaes transferidos de arma devem ser considerados como si 2ºs tenentes fossem na data das suas transferencias e que, portanto, não podem allegar a antiguidade do 1º posto perdida para o calculo da sua carreira na arma que preferiram, depois de pertencer algum tempo a outra.



Não é preciso esforço para ver-se que a engenharia já começou a soffrer as consequências dos seus quadros reduzidissimos, prenunciando aos officiaes mais novos um futuro desatrahente e quasi desalentador.

Outro ponto merecedor de reparo, é a desmedida elasticidade que V. V. imputaram ao meu quadro supplementar.

Quer pelo artigo 2º, que manda constituir o com «os officiaes activos *strictamente* necessarios aos varios serviços do Exercito»; quer ainda pelo paragrapho unico desse artigo, que estatue uma taxa invariavel para a sua *formação definitiva*; quer finalmente pelo artigo 29, em virtude do qual «o Ministro da Guerra *fixará definitivamente*, ouvido o Estado Maior do Exercito, o numero de officiaes necessarios á sua constituição» — o quadro supplementar só immuta, como immutaria o quadro ordinario, com as immutações organicas do nosso aparelho militar. Fixada, pois, a organização, fixados, consequentemente, os dois quadros.

O nosso desaccordo é apparente e procede de um exemplo mal escolhido.

O «addido militar no Chile» não poderia — fóra e longe do Exercito — permanecer no quadro supplementar (art. 2); estaria, ao contrario, no especial, porque sua função o exime da autoridade immediata ou directa do Ministro da Guerra (art. 3, § 2º, n.º 1). Mas como o exercicio dessa função, embora indirectamente, aproveita ao Exercito, acautelei os interesses individuaes, considerando-a, mais adiante, como serviço militar (art. 13, § 4º, n.º IV).

Compondo o quadro supplementar com «os officiaes activos *strictamente* necessarios aos varios serviços do Exercito» (art. 2), accuso, tacito, o pensamento de não dissipal-os com appendices de importancia technica secundaria. *Strictamente*... quiz dizer, consoante o maximo vigor expressivo do vocabulo — de modo restricto, não amplo, avaramente estreito, estreitamente limitado.

Assim, a Directoria e as Inspectorias do Tiro de Guerra, as proprias circumscrições de recrutamento, dado o seu character essencialmente burocratico, podem e devem de uma vez passar ás mãos dos reformados.

Alçado o effectivo do quadro supplementar, conforme os seus calculos, a 700 officiaes, lembram ainda V. V. que os procederam, «considerando os 10 capitães assistentes de brigadas e os 10 ajudantes de ordens das mesmas no Q. O., segundo se deprehende do paragrapho unico do Art. 1º do projecto».

Não foi feliz a deprehensão. O paragrapho invocado não os exclue, a esses assistentes e a esses ajudantes, do quadro supplementar. Quem, ao inverso, ali os inclui, é o artigo 2º do projecto, porque exercitam funções militares e não se acham «effectivamente arregimentados na tropa».

O sentido do paragrapho unico é outro. Regula a subdivisão de cada um dos tres quadros — Q. O., Q. S., Q. E. — em oito secções, destinadas a arrolar, separadamente, por seus postos, dentro de cada quadro — os generaes, os officiaes da infantaria, da cavallaria, da artilharia, etc. O seu texto, clarissimo, é este: «Cada um desses quadros *comprehe*nde os generaes, as armas, o Corpo de Saúde, o Corpo de Auditores

e o Corpo de Intendentes, *onde os officiaes serão alistados successivamente pela graduação e precedencia meritoria dos seus postos*».

Escapou-me, contudo, formulando-o, arredar do quadro ordinario, a que não podem em nenhum caso pertencer, os auditores, os officiaes superiores do Corpo de Saúde e do Corpo de Intendentes. Mas é facil corrigil-o, e corrigir, em consequencia, alguns outros artigos, pondo então de manifesto que os auditores só podem figurar no quadro supplementar, ou no quadro especial, neste ultimo quando afastados de suas funções por mais de sessenta dias.

«Como conciliar a proporção do § unico do art. 2º, em vista da extensão que pode ter o § 1º do art. 5º?»

Observando que só ha transferencia do quadro ordinario para o supplementar (art. 5º, § 1º), quando neste houver vaga (art. 3º, § 1º). A existencia da vaga constitue a mais formal restrictiva para a extensão do § 1º do art. 5º. Torna-o perfeitamente inelastico, excepto para os auditores, para uma parte dos medicos e dos intendentes providos do quadro especial.

Os officiaes aggregados — generaes, das armas, do Corpo de Saúde e de Intendentes até capitães — procedentes do quadro especial, são sempre incluídos no quadro ordinario (art. 3º, § 4º), e desaparecem com a sua inserção neste quadro (art. 4º, § 1º, n.º 1).

Os professores, ainda mesmo os professores do Q. E. vigente, devem ser insertos no quadro supplementar. E não resultam dahi perturbações irremoviveis á creação proposta, porque não custaria, quando procuramos um recurso para normalisar o Exercito, partilhar a totalidade dos logares, nos institutos de ensino, mediante uma taxa que não viole a relação instituida para a formação desse quadro. Haverá, certo, no corpo de professores, uma forte preponderancia de engenheiros militares; mas a docencia não perde com receber em seu gremio — sobretudo no futuro, por effeito dos novos regulamentos — os mestres de mais amplo e mais solido preparo scientifico. Nem romperiamos, sequer, com a tradição, porque sempre os tivemos, aos engenheiros, em maioria, no corpo docente das nossas velhas escolas militares.

Quanto aos segundos tenentes, exclui-os de qualquer função no quadro supplementar; e, a despeito do concurso, excluo-os do professorado, para não repetir-se, mais uma vez, o pasmoso absurdo dos estrategistas que não sabem tactica, que não sabem commandar os menores elementos de combate.

Não nos preocupem os oito e dez annos em que se passa como segundo tenente. A menos que não surja outra desordem, reeditando, com os episodios de 93, o delirio das commissões peccaminosas e peccaminosas bravuras, tenhamos como certa a media de seis annos para o accesso de um posto ao posto immediato. Os ultimos primeiros tenentes promovidos, não já os de artilharia e de engenharia, não já mesmo os de cavallaria, senão os primeiros tenentes de infantaria, entre todos os mais retardatarios, mal excedem de um lustro no primeiro posto (Vide a observação do segundo quadro de tempo medio).



Quer os officiaes que exercem commissões nas forças auxiliares, como V. V. concluíram; quer os que exercem commissões especiaes do Ministerio da Guerra, como perguntam, irão todos para o quadro especial: os primeiros porque não são «directamente subordinados ao Ministro da Guerra»; os ultimos porque não «exercitam «funções militares» (art. 2º).

Se é justo? Justissimo. —

1º) Porque são mais bem pagos;

2º) Porque, promovidos, e permanecendo nas mesmas commissões, permanecerão no mesmo quadro, determinando, em virtude do art. 4º, não apenas uma, mas duas promoções, que perturbariam, sobrecarregando-o inutilmente, o orçamento da guerra;

3º) Porque as desempenham a convite, e podem livremente exonerar-se;

4º) Porque, finalmente, equivalendo esses serviços a serviços militares (art. 13, § 4º, ns. I e III), irão occupar, tanto que voltem para o quadro ordinario, o seu lugar de direito, attenta a precedência meritoria (art. 23).

Relativamente aos commandas de forças auxiliares, nem ha, ao menos, prejuizo de ordem collectiva, porque taes commandos, sempre mais altos do que no Exercito, para quem vem do Exercito assumil-os, proporcionam aos officiaes o exercicio de funções que lá, mesmo quando promovidos, não lhes seriam tão amplas. Não havendo, pois, para o individuo, grandes males; e resultando grandes lucros para o Exercito e mórtmente para o Thesouro—dessa preferições voluntarias—conservemos, sem remorso, o dispositivo do projecto que os ensarta e provisoriamente os sopeia no quadro especial.

O artigo 13 proscree, de facto, o accesso por antiguidade e proscree-o completamente para a totalidade dos officiaes. Proscree-o com Feuquière, para quem «a promoção é tão sómente o premio da capacidade manifesta e nunca a recompensa exclusiva de serviços prestados»; e proscree-o com Lewal, para quem «a antiguidade — favor que se confere aos medíocres—devêra desaparecer».

Não lhe contesto a feição precisa de um direito, de um pessimo direito que torna a hierarchia num vexame e a subordinação num supplicio. Mas, contrariamente a V. V., creio que vem sendo pouco a pouco contornado; e que vem, não obstante os accordãos do Supremo Tribunal Federal, cedendo sempre, sempre e cada vez mais logar ao merito.

Começou a ceder em 91, quando o decreto de 7 de Fevereiro limitou em seis annos o praso, após o qual ninguem mais seria promovido a segundo tenente, sem que ao bom comportamento civil e militar associasse o curso de infantaria. (Decreto n. 1851 de 7 de Fevereiro de 1891). Cedeu com respeito aos proprios officiaes, pela excepção de um terço das vagas, com que, entre nós, se instituiu, nos primeiros postos, a promoção por estudos. (Ibidem). Cedeu mais tarde, em 12 de Maio de 1899, pelo equiparar aos antigos dos quadros de infantaria e cavallaria os officiaes illustrados, mas excedentes, dessas mesmas armas. Cedeu ainda, após essa primeira compressão, com a lei que mandou, em 12 de Julho de 1905, preencher «as

vagas abertas, á razão de dois terços por estudos e um terço por antiguidade absoluta», tanto que se egualassem no mesmo quadro, aos subalternos escolados, os subalternos sem curso. E cedeu, finalmente, com o regulamento desse mesmo anno, que firmou para o primeiro posto, mercê de um criterio nunca mais abandonado, o accesso por «ordem de merecimento intellectual, avaliado pela media dos grãos» dos aspirantes, ainda quando promovidos no mesmo dia.

Não ha, que eu saiba, concernente á seriação de aspirantes, parecer tribunalicio que revogue a precedencia meritoria, superpondo-lhe a classificação por antiguidade. Sómente num caso, quando ha igualdade de medias, prevalece, a titulo de desempate, a antiguidade de praça, como poderia prevalecer, com justiça mais proveitosa, a superioridade dos attributos moraes, resultante do cotejo dos assentamentos. (\*)

Accentuemos, porém, que, banindo completamente o accesso por antiguidade, não a excluo, a esta, dos elementos que concorrem para medir o valor do official. E conservo-a na IV parcella da somma positiva, apurando como um ponto cada anno completo de serviço militar (art. 13, § 1º, n.IV).

No tocante ás consequencias moraes, sempre amarradas aos signaes dos tempos, o conceito da antiguidade, ao parecer irremissivel, tem operado convulsões profundas no Almanak da Guerra, mesmo quando um simples attestado, serodio e duvidoso, vem lançar, no activo dos pretendentes, esquecidas bravuras que a historia militar não registou.

Cerrando estas linhas, sem ares de polemica, agradeço, de muito bom grado, as observações, com que me honraram, manifestando o prazer com que sou de V. V., amigo e admirador attencioso.

Daltro Filho.

Nictheroy, 22—4—1919.

(\*) Aviso n. 861 A, de 31 de Maio de 1915, resultante do parecer do Supremo Tribunal Militar de 10 do mesmo mez e anno.

## THEMAS TACTICOS

Da II Parte (S. E. M.) do Boletim de 14. 5. 19.  
da 6ª Região

Dentro de uma semana, a partir desta data, e de conformidade com o n.º 2 (pag. 17) do Guia para Ex. do J. da G., enviarei a todos os officiaes superiores de minha Divisão themas tacticos, que serão preparatorios de exercicios de Jogo da Guerra e no terreno que pretendem mandar realizar no corrente anno.

Para a execução da ordem acima, resolvo:

1º) Que os themas com as cartas sejam enviados aos destinatarios em envelope registado;

2º) Que quarenta e oito horas depois de recebido o thema, o official destinatario deverá restituil-o a este Commando, em carta registrada, com a solução;

3º) Que cada official conserve uma cópia de sua propria solução, e os exemplares das car-



tas remetidas, pois servirão de base a trabalhos ulteriores;

4º) Que a melhor solução seja publicada em boletim regional;

5º) Que, ao ser enviado um novo thema, cada official receba a solução que eu mesmo lhe daria, afim de ter elementos de critica ao seu trabalho;

6º) Que os themas propostos e as soluções sejam encaminhados por este Commando ao Chefe do E. M. E.

*Do Boletim Regional, 21. 5. 19.*

De accordo com o determinado na II parte deste Boletim, de 14 do corrente, expeço hoje o primeiro thema aos meus camaradas, officiaes superiores da 4ª D. E.

Não preciso salientar quanto os estudos de tática applicada são necessarios aos officiaes de todas as armas, e quanto será util, para a efficiencia da nossa Divisão, a constante ligação intellectual entre o commando e aquelles que têm de dirigir, em acção, as diferentes unidades que a compõem. Desse estudo em common surgirão uma doutrina e um methodo, que nos serão uteis se um dia enfrentarmos o inimigo. A guerra é assumpto de convergencia de esforços moraes, intellectuaes e materiaes. Tal convergencia será obtida, em primeiro logar, pelos trabalhos em common e pelo convívio intellectual do estudo dos problemas concretos da guerra, que hoje iniciamos na 4ª D. E.

Depois dos dois primeiros themas, estudaremos na carta o projecto das manobras para o corrente anno.

Espero de todos os meus camaradas collaboração e dedicação em nossos trabalhos e estudos communs.

### 1º THEMA

*Situação geral.*— Depois de uma batalha perdida ao Sul do rio Parahyba, o exercito azul, perseguido pelo vermelho, consegue subtrahir-se a essa perseguição passando-o pela ponte a N. O. de Tremembé e por outras a Oeste da mesma cidade.

Na tarde de 25 de Abril de 1919, a 4ª Divisão, vermelha, em paiz inimigo, occupando a extrema ala direita do seu exercito, acantona em Tremembé, encontrando a ponte sobre o Parahyba incompletamente destruida, podendo, porém, ser reparada com muitas horas de trabalho.

*Situação particular.*— A's 22 horas de 25 o coronel A., commandante do 6º R. I., recebe a seguinte ordem:

«Com o vosso Regimento, o 43º Caç., os 1º e 2º Esq. do 2º R. C., a 6. C/M., o III Gr. do 2º R. A. M. e sua Cl. L. M., a Comp. de Sap. do 4º B/E. e uma Ambulancia deveis marchar amanhã ás cinco horas para Pindamonhangaba, occupal-a, defender a ponte sobre o Parahyba, tendo em vista sua provavel utilização pelo nosso Exercito e a segurança do nosso extremo flanco direito.»

A ponte da E. F. Campos do Jordão—Pinda foi completamente destruida pelo inimigo.

Comunicações para a estação da E. F. Central em Tremembé.

General B.

Pedem-se:

1º) A apreciação da situação;

2º) A ordem de movimento do destacamento em sua marcha de Tremembé para Pindamonhangaba;

3º) A ordem de movimento dada pelo commandante da vanguarda;

4º) Justificação da ordem de marcha de todo o destacamento;

5º) O graphico de marcha do destacamento, uma hora e meia depois da partida da ponta da vanguarda.

General L. Barbedo.

*N. da R.*— Os resultados deste trabalho, onde transparece a intelligente applicação dos regulamentos vigentes, já se fazem sentir fóra da 6ª Região Militar.

A officialidade da 4ª D. E. manifesta diariamente, atravez de actos varios, o interesse com que sahio dos exames do anno passado onde não faltou a critica opportuna que distingue a verdade e consequentemente instrue—e entra agora no estudo do terreno onde, provavelmente, terá que realizar manobras.

Ah! si os regulamentos fossem lidos sempre com boa fé, procurando nelles o seu objectivo real e claro em vez de erros preconcebidos a que, ás vezes a inercia ou a mentira dá tons de escandalo!

Resta a certeza de que só a verdade resiste ao tempo e o tempo a todos reunirá na mesma estrada...

## O ingrato aviso 265

Entre as multiplas difficuldades que provocam ojeriza pelas transferencias, uma sobrepuja as demais, e esta, talvez, seja de facil remoção pela propria administração da guerra; referimo-nos ao ingrato aviso 265 de 20-3-917, o qual veio estabelecer que o official só tem direito ao transporte de 90 kg. de mercadorias e igual peso de bagagem, quando em viagem por estrada de ferro.

Esta fixação tão diminuta, só poderia ser considerada sufficiente, por quem nunca viajou; podemos garantir por experiencia propria, que um caixão contendo sómente os diversos regulamentos adoptados no exercito e mais alguns livros de assumpto puramente militar, prefaz os 90 kg. que constituem a mercadoria que o official tem direito de transportar, pois um dos caixotes de livros que trouxemos com este peso, não continha nenhuma obra de litteratura profana.

Os restantes 90 kg. da bagagem serão consumidos, como nos aconteceu, com qualquer mala de roupas, ás quaes tragam envolvida alguma louça.

Eis o que pode conduzir um pobre desprotegido que seja mandado servir na provincia; a sua familia que durma em es-



teiras e faça mesa com cavalletes e portas da casa em que fôr residir.

A familia do official do *exercito provincial* não precisa ter conforto, este é reservado para os que têm a dicta de pertencerem á *guarda republicana* e serem ahi inamoviveis.

Pensaria, quem teve a infeliz idea dessa taxaço, que poderia o *desterrado* vender seus *cacarecos* no logar de onde sahisse e adquirir outros onde chegasse?

Isto só passaria pela mente de quem nunca fez tal operaço, nem me atrevo a conmentar-a, pois para quem já a praticou em nada viria isto constituir novidade, e os que nunca a tentaram, supporiam exaggerada a minha asserço; quem disto duvidar e queira tirar a prova, venda ahi os seus utencilios e venha adquirir outros em qualquer lugar de provincia.

E depois, temos ainda que levar em linha de conta um outro obstaculo que se nos depara, quando temos de viajar em estradas não pertencentes ao governo, pois que entre as clausulas de seus *impagaveis* contractos existe sempre uma que define o que sejam: carga, bagagem, mercadoria e encomenda, classificaço esta que muito varia de uma estrada a outra.

Assim é que numas deixa de ser bagagem para ser carga todo volume que exceda de 150 kgs.; noutras não se leva em consideraço para uma tal classificaço o peso, e sim a especie do volume; si é engradado, mala ou caixão.

Emfim é tal a especulaço adrede preparada pelos capciosos contractos, que dentre outros factos, cito, pelo absurdo que encerra, o não considerarem como bagagem uma bacia para banhos, pois julgaram-na objecto de luxo, e lá veio como encomenda com frete pago; é que talvez presupponham que só nos mandam servir em cidades cujas casas possuam banheiros e lavatorios, quando damos graças a Deus si encontramos agua encanada. E não se supponha que a actual ajuda de custo dê para cobrir todas as despesas de viagem, e ainda chegue para os excessos de bagagem e fretes pagos á parte. (\*)

Em fallando no augmento equitativo que acabamos de obter na ajuda de custo, não podemos a elle nos referir, sem que aqui deixemos consignados os nossos agradecimentos aos illustres representantes da na-

(\*) N. da R. — Nem se supponha que a ajuda de custo seja facil de receber, mesmo quando se tenha todo o direito!

ção, que nas casas do Congresso procuram minorar a má situaço das forças armadas do paiz, alli apoiando as medidas que são apresentadas por aquelles que conhecem de *visu* as suas necessidades.

Convem tambem que aqui deixemos consignado, que este augmento veio melhorar um pouco, a situaço deprimente em que ainda nos achamos, com relação aos funcçionarios civis dos diversos ministerios, os quaes ao serem removidos, além da ajuda de custo (que equivale á de major), tem um quantitativo para a primeira installaço.

Com a remoço de diversos funcçionarios civis do Ministerio da Guerra que foram mandados servir no C. M. do Ceará, deu-se um facto verdadeiramente singular que irá causar espanto aos mais ingenuos. E' que, segundo noticias até aqui chegadas, diz o regulamento da Contabilidade que em taes casos se proceda com os funcçionarios, que por felicidade não têm hierarchia militar, como si fossem funcçionarios de Fazenda; e dahi um simples continuo receber mais do que o proprio cdte., pois que conforme o numero de pessoas de familia, tem elle direito a 600\$000 Rs. de ajuda de custo e mais 600\$000 para a sua primeira installaço, ou seja 1:200\$000; emquanto o cdte. recebe apenas 800\$000!...

A' vista do exposto cremos que o mal-fadado aviso 265 tenda a desaparecer, pois assim aconselhará o espirito de justiça de que é dotado o actual gestor dos negocios da guerra e a sua acço far-se-á sentir immediatamente. Si preciso fôr, empregará elle tambem, estamos certo os seus bons officios junto ao Ministerio da Viaço e ainda, si apresentar tão temerosa hydra, algum tentaculo que não possa ser cortado pelo Executivo, por achar-se o mesmo emmaranhado lá pelos meandros da nossa complicadissima legislaço, contamos mais uma vez com os esforços daquelles que no Congresso são os incansaveis defensores dos interesses de sua classe.

*Rem bene gerere.*

Primeiro Tenente, José Faustino Filho.

## Incompetencia, Burocracia & C.

### RECTIFICAÇÃO

N. 68, pag. 277, 2ª columna, ultimo §, leia-se: «Mas, para fazerem-se projectis é preciso fazerem-se as analyses do ferro e do aço com que são esses projectis fabricados... Tem-se feito ahi essas analyses? Não.»



## Hospital para Tuberculosos

O artigo com que collaborei no numero 67 d' «A Defeza Nacional» suggerio á sua brilhante Redacção uma *nota* que muito me penhorou por mostrar que o meu modo de pensar encontrou echo no seio dos redactores da revista; a ultima parte da nota, porém, occulta uma leve sem-razão que convem não fique sem um pequeno reparo: é a que se refere ao Hospital para Tuberculosos.

Se me fôra lícito occupar-me do assumpto com a largueza de que elle ha mistér, claro que seria induzido a vastas considerações que me tomariam muito tempo e espaço de que não disponho e me faltariam, o que seria peor, leitores que não se decidiriam de boa-avença a gastarem seu ocio com dissaboridas arengas.

Contando, todavia, com a sua benevolencia, faço sob a forma de carta um breve arrazoado que a meu ver esclarecerá plenamente o assumpto.

A idéa da creação de um Sanatorio Militar para tuberculosos não é nova entre nós e a prova, aqui mesmo a temos concretisada no Sanatorio Militar de Lavrinhas, dos Campos do Jordão, em cuja construção o capricho sobrepujou á sciencia e o Sanatorio teve de ser abandonado e lá se acham soffrendo a acção destruidora do tempo cerca de 800:000\$000.

A necessidade, porém, de que elle exista é palpavel e nem se veja nisto uma intuição philanthropica porque sou daquelles que pensam convictos de que o Exercito não é asylo de invalidos e quando em assembléas da Sociedade Medico-cirurgica Militar se discutia o thema proposto pelo capitão-medico Dr. Alarico Damasio «Qual o destino a dar-se aos incapazes para o Exercito», e em que se discutiam arraigadas opiniões philanthropicas, tive occasião de formular o seguinte voto: «Deixo de dar o meu apoio ao brilhante parecer da commissão em cuja companhia desejaria estar sempre, porque o Exercito encarado do ponto de vista moderno é uma escola em que o cidadão civil vem se instruir no mistér das armas de que elle tem de servir-se para a defeza de seu lar, e depois regressa á sua vida civil que deixa accidentalmente. Quando o cidadão civil vem livremente procurar as fileiras do Exercito e que por consequencia é um voluntario, sabendo, de consequente, a natureza de vida que o espera, o Exercito nada lhe deve, se por ventura elle se torna doente, incapaz de continuar a servir nelle, porque está visto que a vida militar não offerece nenhuns attractivos e elle a escolheu ou por uma predilecção instinctiva ou como meio de vida; e ninguém vae pedir contas a uma casa commercial ou a um estabelecimento industrial porque a natureza de seus serviços fez adoecer um caixeiro ou um empregado. Quando o cidadão é sorteado e por isso vem para as fileiras obrigatoriamente, a doença que o assaltar será um méro accidente com que ninguém contava e que tanto podia occorrer nas fileiras como fóra dellas; admitta-se, porém, que a enfermidade só poderia ter como condição o serviço militar; nem se poderia deixar de tornar effectiva uma medida de utilidade geral que se torna apreciavel na occasião em que o paiz é desafiado, as instituições tremem em seus ali-

cerces, a soberania periga, sómente porque um accidente imprevisto póde vir sombrear-lhe a execução; nem é recommendavel que se contraiam obrigações que valham pela restituição de um imposto que é condicionado pelo amor da patria a que todos somos obrigados a servir com o maximo devotamento.

Ha sobejas razões para ampararmos aos que se incapacitam nas fileiras do Exercito; mas á sociedade á instituição particular, á iniciativa privada e não ao Exercito cabem estes rasgos de philanthropia porque é preciso que não nos cante-mos de proclamar que o Exercito é a nação armada e por isso não pode estar nem estará nunca divorçado della; e por isso elle tambem merece que se faça pelos seus o que elle não pode, nem deve fazer. Sempre pensei que seria mais natural que o Asylo de Invalidos da Patria fosse, não um estabelecimento militar, mas uma instituição civil em que todos estivessem assistindo a nação, a parte civil da sociedade, em um gesto de fraternidade, estender as mãos ao Exercito e dizer-lhe: «*dê-me os que já não valem*» e abrir carinhosa os braços para os receber e tratar.

O mesmo, porém, já não acontece com o caso sujeito. A utilidade do Sanatorio Militar não deixa duvida no espirito de nenhum profissional e sentindo isto, é que o Sr. Gal. Director de Saúde da Guerra propôz ao Sr. Ministro a sua creação. E quando o Sr. Director de Saúde fez esta proposta foi porque sabia que ha cerca de meio seculo já o grande professor Jaccoud sentenciava que a *tuberculose é a mais curavel das doenças chronicas*, principio que Grancher que hoje pontifica nestes assumptos continua a sustentar com o apoio de toda a classe medica. E isto é tanto mais facil de verificar-se quanto nos centenares de cadaveres que passam annualmente pelas mesas de autopsias da Faculdade de Medicina temos occasião de ver em muitos delles, de individuos victimados por doença inteiramente diversa de tuberculose, tuberculos perfeitamente cicatrizados, verdadeiras pedras de cuja formação nos dá conta a physiologia pathologica, engastadas no tecido pulmonar; e isto não significa senão que esses individuos em dada epoca de sua vida foram tuberculosos e sem se saber porque nem se explicar como, curaram-se.

O que ha, sim é que a tuberculose não se cura quando nós medicos a queremos curar, porque ainda não possuímos um agente therapeutico capaz de offerecer combate efficaz ao germen da doença; ella cura-se quando condições que são intrinsecas ao organismo e que por hora escapam á exégese biologica impedem a sua invasão pelo germen, ou a progressão d'elle quando já o invadio, e circunscrevem a sua acção.

A este respeito não poderia dizer melhor do que com as palavras do Sol da medicina brasileira, o grande Francisco de Castro: «Razões teve bem sufficientes Virchow quando vae para mais de quatro decadas, pôz em vivo destaque o officio dos nossos processos vitais physiologicos, elementos equilibradores intrinsecos ou actividades automaticas immanentes nos órgãos cujo papel é reprimir, dentro de certo limite a influencia dos agentes morbigenos.

Bastante numerosa é a familia das molestias que á revelia da therapeutica, vão, por si mes-



mas, a fio de cura; aqui mais serve ao doente o medico que menos o trata, e, de preferencia, se limita a contemplar, nos moldes do velho methodo expectante, a evolução do processo morbido, confiado na *vis medicatrix naturae*, providencia interior de que fallava Broussai. Em taes casos a hygiene que interponha a rama protectora contra as influencias damninhas do meio. E' verdade que a esta sciencia, que pela acção dos seus methodos, tantas vezes prolonga os beneficios da saúde e a duração da vida, nem sempre é dado evitar o desenvolvimento dos males physicos, mas tambem ella já mais perturba, antes acoroção os esforços da natureza individual na reacção contra elles.»

No tratamento da tuberculose o internamento no Sanatorio preenche varias indicações. Sendo assim e firmado o principio de que a tuberculose é curavel e é o quando o organismo está em condições de resistir ás investidas do germen, quando está em condições de offerecer-lhe combate vehemente, quando é capaz de crear com os elementos de que dispõe, ao germen da doença, um meio improprio ao seu desenvolvimento, um ambiente insuportavel ao seu viver que mal ha em que offereçamos a este organismo as condições de que elle necessita para triumphar, antes de restitui-lo á Sociedade doente, invalido, marcado com o ferrete da desgraça?

Desculpem meus illustres camaradas, ter voltado a tomar-lhes mais estes instantes aos seus afazeres; é uma impertinencia (\*) que se inspira no desejo de collaborar com os distinctos companheiros na obra de engrandecimento do Exercito e do Brasil.

Cap. medico A. Cerqueira.

(\*) N. da R. — Impertinencia não; é uma colaboração preciosa que desejamos ver sempre em nossas columnas. Conservamos porém a opinião que o nosso digno articulista emittiu em seu voto a proposito do destino a dar-se aos incapazes do Exercito; achamol-a inteiramente applicavel ao caso.

O Exercito é, de facto uma escola em que o curso tem duração muito reduzida e onde a assistencia medica pôde ser muito proficua, permitindo que a rama protectora acoroçoe francamente os esforços da natureza individual na reacção contra os males physicos.

Nada impede que o Governo contrate com hospitaes civis o tratamento dos infelizes camaradas que o necessitem e... caso não vença a corrente de que o novo hospital deve ser em Copacabana, é bem provavel que o resultado seja melhor e se evite a reproducção do caso de Lavrinhas.

Pensamos que são tantos, tão mais urgentes e tão interessantes outros problemas que o nosso serviço de saúde precisa resolver, que o tal hospital para tuberculosos se nos apresenta como uma providencia *pour épater*.

Em Cruz-Alta quem baixar á enfermaria, salvo modificação muito recente, tem probabilidade de ficar tuberculoso porque essa enfermaria é um pavilhão de madeira coberto de zinco onde muitas dezenas de tuberculosos já garantiram a perpetuação do terrivel germen.

Em Rio Grande e Uruguayana o typho tem ceifado muitas vidas sem que surgisse uma providencia conveniente e a maioria dos corpos da 7ª Região precisam adoptar o systema de be-

liches até de 4 andares para aquartelar os sorteados.

Precisamos, em primeiro lugar, medidas simples, elementarissimas, das quaes resulte a hygiene indispensavel e sufficiente para que o sorteado não repugne a caserna.

Depois cuidemos de toda a medicação preventiva, feita através de um ensino simples e productivo, capaz de sahir do ambito do quartel, auxiliar a formação da nossa raça.

Depois, ainda, olhemos para as enfermarias militares e para os hospitaes dos Estados; demos ao de Porto Alegre um pouco do conforto que faz o Hospital Central do Exercito tão apreciado dos parentes dos militares em 6º e 7º grãos, consanguineos e afins; depositemos um pouco de material sanitario na 7ª Região e confiemos a guarda desse material a homens que saibam para que elle existe e porque existe depositado; cuidemos da preparação de medicos militares, que conheçam perfeitamente o serviço de saúde em campanha e façamos o recrutamento do corpo de saúde com o cuidado, o carinho, que é indispensavel a tão importante questão, evitando energicamente que leis anuas o transformem em deposito de individuos que não podem provar competencia profissional.

Feito isso, não é demais que empregemos sobras de orçamentos vastos, no humano emprehendimento de curar militarmente os tuberculosos.

Estamos certos que o nosso distincto collaborador, sem duvida uma das maiores esperanças militares do nosso corpo de saúde, perdoará estas incursões na sua seára ou voltará para esclarecer as duvidas que temos em consequencia da observação de um meio onde a illusão tem sido o principal objectivo.

## A segunda parte do R. E. I.

Commentarios aos seus principaes artigos como subsidio ao estudo dessa parte do R. E. I., a mais importante e a menos explorada.

### Combate de encontro

385. A incerteza e a obscuridade da situação formam a regra na guerra.

Na guerra de movimento, os adversarios, muitas vezes, só com o contacto terão mais detalhado conhecimento um do outro.

Por isso o *combate de encontro* se desenvolve da profundidade das columnas de marcha.

E', justamente, o caso em que, inopinadamente, n'um logar e n'um momento absolutamente imprevisos, se encontra o inimigo para o qual se marchava e que por isso não adoptou a defensiva. D'ahi toda a difficuldade. Geralmente as phases preparatorias para o combate terão que se realisar vertiginosamente, sem o conhecimento necessario do terreno e da situação. Quando se *prevêja* a possibilidade de um combate de encontro, intensifique-se o esclarecimento de modo a se estar, a cada momento, prompto á articulação do desdobramento. (388)



A' vanguarda cumpre o principal papel e responsabilidade (389). Só o combate da vanguarda poderá esclarecer o cde. sobre a verdadeira direcção do ataque (391) e para que ella possa se desempenhar de sua difficil missão attribue-se-lhe artilharia (386) e a independencia necessaria para que se possa contar «com» um adeantamento na preparação para o combate» (387) — indispensavel para que se possa tomar a offensiva (ataque) ou seja, dispôr de liberdade de acção.

O combate de encontro é o menos vantajoso á victoria, e o que mais se deixa influenciar pelo collaborador cego das batalhas — o acaso.

393. Se o inimigo conseguiu se *antecipar na preparação para o combate* é preciso manter certo *retrahimento*. Para não ser envolvido desde o começo e não combater constantemente contra forças superiores, o chefe evitará empenhar-se num combate serio, até ter desenvolvido forças sufficientes.

Póde mesmo ser conveniente *fazer recuar a vanguarda*, não só para evitar grandes perdas, como para apressar o desenvolvimento da tropa.

E' quando a liberdade de acção ficou com o inimigo. A maior parte das vezes terá que se ser arrojado, arriscar muito para que se possa metter em linha todos os meios de que se dispõe para aniquillar o inimigo.

Principalmente a artilharia (394) terá que se expôr bastante para que a vanguarda «assegure ao *grosso* o tempo e o espaço necesarios ao desenvolvimento para o combate» (389).

Nestas circumstancias as tropas do grosso terão, quasi sempre de ser empenhadas ás cégas, em direcções imprecisas e a mistura das unidades raramente será evitada.

### Ataque a um inimigo desenvolvido para a defesa

396. O *atacante* terá, então, tempo para fazer o *reconhecimento da posição* inimiga e disporá de todas as vantagens da offensiva. Elle não se deve limitar a fazer reconhecer a posição inimiga pela cavallaria, e observa-a por meio de binoculo; officiaes montados e patrulhas de officiaes de infantaria devem contribuir para a exploração, completando-a á medida que diminue a distancia do inimigo.

O esclarecimento approximado avulta (G. T.) Principalmente importantes são as patrulhas de official de infantaria e artilharia. O objectivo do esclarecimento approximado é, neste caso, primeiro decidir se o terreno favorece a approximação das tropas até aos sectores de ataque ou

se será preciso realisar-a á noite (397) depois, procurar, pela investigação sobre o dispositivo das tropas inimigas as indicações para as posições da artilharia (398) e para a locação da posição inicial do ataque (400).

401. A artilharia começa a luta logo que esteja prompta para o combate; assim ella facilita o avanço da infantaria e contribue para esclarecer a situação do inimigo.

O fogo da artilharia é resolutivo sempre que o inimigo procura dissimular sua articulação. Apesar de que a defesa procure abrir o fogo desde grandes distancias, a occupação da posição exige serios cuidados (448): — occupação prematura denuncia os dispositivos da tropa ás investigações do esclarecimento; occupação tardia expõe a perdas; geralmente a posição não é integralmente occupada. Eis os motivos pelos quaes o fogo da artilharia deve começar cedo: — ao mesmo tempo que escuda a infantaria atacante, obriga o inimigo a esboçar (no minimo) os contornos da defesa e contribue para a locação de posições mascaradas, avançadas das reservas, massa de artilharia, etc.

404. Uma vez occupada pelas tropas a posição inicial, o chefe dará então a *ordem para o ataque*. Se já não o tiver sido com as primeiras medidas, essa ordem deverá indicar, ás grandes unidades, a extensão da frente para seu desenvolvimento e parte da posição inimiga que devem atacar. Dessas disposições decorrem os *sectores de ataque* dentro dos quaes as unidades têm de executar o combate. Póde-se tambem designar uma *unidade basica* pela qual as demais devem regular seus movimentos, sem com isso impedir o esforço de cada uma na marcha para a frente.

Os deslocamentos de *zona em zona* durante a marcha para a posição inicial (402) dão lugar a uma serie de *reuniões*; de uma zona a outra (de uma reunião a outra) as unidades evoluem, augmentando cada vez mais a frente de modo que em se attingindo a posição inicial as companhias das unidades empenhadas (em 1ª linha) já estejam confrontando seus sectores e que toda a articulação em profundidade já esteja alcançada (apoios e reservas). A marcha para a posição inicial é pois muito semelhante á phase do desdobramento, tendo na maioria dos casos innumerables pontos de contacto. Apenas, o reconhecimento mais detalhado que o inimigo desenvolvido para a defesa exige, obriga a avanços de zona em zona ou seja, não permite que o movi-



mento se faça ininterruptamente como no caso do desdobramento, mas por pausas, intermitentemente.

A doutrina do 404 quer que a cada pausa (zona ou reunião) se vá ministrando ás indicações sobre o ataque dos grupos de unidades que a attingem (unidade «basica», caminhamentos, sectores). Entretanto prescreve, suppondo, certamente imprecisões do esclarecimento, que se dê, juntamente com a ordem de ataque, as prescrições que porventura não tenham sido ministradas a cada *pausa*. Assim ou ordem de ataque sómente (1º caso), ou ordem de ataque e prescrições sobre sector, frente, etc.

### Ataque a uma posição fortificada

408. O ataque a uma posição reforçada com todos os recursos da fortificação da campanha, muitas vezes, só com o *abrigo da noite*, pôde ser executado.

Trata-se primeiro de rechaçar os destacamentos de cobertura afim de que se possa fazer reconhecimento do terreno, já se vê, no ponto de vista do acesso e das posições a ocupar pela artilharia (409).

Mais que no ataque a um inimigo apenas desenvolvido para a defesa, tomam vulto as patrulhas de official de infantaria e artilharia e mais as de engenharia (esclarecimento approximado) por isso que são sobretudo importantes dados technicos sobre a posição inimiga. Para se attingir taes resultados recorre-se a destacamentos cuja missão é repellar as linhas inimigas e obrigar o adversario á occupação, parcial que seja, da posição (410).

411. As *baterias de ataque*, protegidas por essas tropas avançadas, iniciam o fogo, quanto possível, de dia. A artilharia pesada produz efeitos particularmente poderosos. Para assegurar unidade de direcção na luta de artilharia, é vantajoso collocar todas as baterias sob o commando de um *chefe unico*.

Se o apoio prestado pela artilharia é sufficiente, a *infantaria* poderá approximar-se da posição inimiga, mesmo de dia e emprehender o assalto. Em caso contrario, será preferivel esperar o cair da noite para fazer avançar a infantaria, protegida pela *escuridão*.

Quasi sempre a acção das baterias de ataque não consegue senão que a infantaria reconheça a posição. O ataque, propriamente, na maioria dos casos, não pôde prescindir da aproximação á noite, operação melindrosa, que exige severa preparação, instrucção e abnegação das tropas e grande capacidade dos che-

fes (412). O combate pelo fogo, nestas circunstancias passa a segundo plano (413) pois o mais ligeiro erro de direcção e reconhecimento pôde causar desastrosas consequencias, isso, além de outros prejuizos (efficacia, locação de linhas pelos clarões, etc.). Os atiradores e apoios devem marchar *na mão* (intervallos e distancias reduzidas); toda a tropa deve marchar de bayoneta armada.

Quando uma noite não seja bastante para se attingir uma boa posição de ataque, pára-se onde se tenha chegado e recorre-se, mesmo á noite, á sapa para que, ao vir o dia, se possa resistir ás investidas que, naturalmente, o inimigo intentará (415). E' indispensavel não precipitar o ataque, que só deve ser realizado quando a escuridão tiver permittido reunir a curta distancia do inimigo (414) as tropas necessarias ao emprehendimento.

420. O *fogo da infantaria e das metralhadoras* conjuntamente com o da *artilharia* deve obrigar o inimigo a conservar-se abrigado em suas trincheiras, de maneira que se possa concluir a destruição dos obstaculos e marchar ao *assalto*, quando preciso, após se ter approximado mais da posição inimiga.

Depende do resultado dos reconhecimentos, se é necessario levar utensilios para o assalto, e de que natureza devem elles ser. Por falta dessas precauções o assalto pôde falhar.

Por isso é que se exige (419) que a artilharia continue o fogo durante a noite, augmentando-lhe a intensidade ao romper do dia e ainda, que baterias isoladas avancem para posições junto ás da infantaria. Quanto mais se inquietar e molestar o inimigo melhor rendimento terá o esclarecimento e mais facilmente se destruirão as defesas accessorias (418) e se reunirão os elementos para o assalto (420—2).

### Envolvimento

428. A combinação do ataque de frente com o ataque envolvente constitue o processo mais seguro de exito no combate. E' condição preliminar para o envolvimento, *fixar o inimigo sobre sua frente*. Para isso o meio mais efficaç é *atacal-o energicamente*.

E' preciso, porém, não esquecer que o ataque frontal pôde fracassar, se o envolvimento não fôr executado a tempo. Quando as forças de que se dispõe não são sufficientes para fazer um vigoroso ataque de frente, ou quando, por qualquer outro motivo, é preciso renunciar a esse ataque, um chefe habil poderá, ainda assim, tornar possível a efficacia do movimento envolvente, por meio de um *combate para ganhar tempo* ou mesmo pela simples *ameaça de um ataque de frente*.

As posições defensivas sendo natural-



mente fortes em sua frente (433) indicam ao ataque o «envolvimento» como o meio de se attenuar os inconvenientes do ataque frontal e de tirar partido da fraqueza dos flancos d'aquellas posições. A combinação do ataque de frente com o de flanco tem exigencias delicadas que implicam principalmente com os effectivos a applicar sobre a frente e o flanco escolhido (ataque principal e secundario), com a maneira destas tropas se conduzirem (momento e logar de onde deve começar o movimento excentrico e quando a conjuncção dos dois ataques attinge o maximo — decisão).

Neste ultimo ponto de vista é preciso que se decida se o envolvimento parte do desdobramento ou se de tropas já em reserva ou ainda se de tropas em 1ª linha (429).

Geralmente o envolvimento parte do desdobramento quando elle é decidido com retardo, por isso que do desdobramento só raramente se conseguirá envoltimentos, mas sim fogos envolventes, a não ser que se disponha de uma topographia privilegiada ou da escuridão. Em regra o envolvimento é intentado por tropas da reserva o que exigirá verdadeira percepção da situação para que o golpe não falhe devido a falsas apprehensões, ficando assim reduzidos os effectivos do ataque frontal por este desperdicio inutil de tropas.

Tle. Mario Travassos.

## NOÇÕES DE TIRO DE METRALHADORAS

Do «Manual do Soldado de Metralhadoras», de Friedrich von Merkatz. Trad. do 1º Tenente Maciel da Costa. (\*)

### 4 — A OBSERVAÇÃO DO FEIXE DA METRALHADORA DURANTE O TIRO

A experiencia mostra que a observação illude muito, e por isso torna-se muitissimo necessario apreciar com justeza os pontos de queda visiveis.

Pela observação se escolhe como se deve atirar:

- a) se com os freios de altura e direcção fixos, ou
- b) se com os freios de altura e direcção frouxos, ou
- c) se com o tiro em profundidade.

a) O feixe com os freios de altura e direcção fixos.

Sómente no tiro por serie se faz fogo com esse feixe tão fino, representado na fig. 2. Todas as balas cahem muito proximas umas das

(\*) Esta nota, por engano, deixou de ser publicada no artigo anterior, n. 68 desta revista.

outras, de forma que se póde determinar exactamente a situação de todo o feixe por *alguns poucos* pontos de queda. Ali onde se poude observar alguns pontos de queda, cahem tambem as restantes balas do feixe. Por isso, logo que, em geral, se descobrem pontos de queda, póde-se dar ordem para a conveniente correcção da alça ou para o tiro de efficacia.

b) O feixe com os freios de altura e direcção soltos.

Em regra só se emprega esse feixe no tiro concentrado; em comparação com o precedente, vd. fig. 2, elle augmenta em profundidade pouca cousa e muito consideravelmente no sentido lateral.

c) O feixe no tiro em profundidade.

Pelo emprego do tiro em profundidade, augmenta o espaço batido pelo fogo mediante o levantamento e abaixamento de todo o feixe, mas de tal maneira que com um tiro em profundidade de 50 m apenas, só com a observação de alguns pontos de queda não se póde ainda fazer *nenhuma* ideia da situação do resto do feixe. O que importa é fazer uma ideia da *profundidade do feixe no alvo* e é preciso ter observado bastantes pontos de queda até que se possa dizer com segurança: «*Estes pontos de queda são da parte anterior do feixe, aquelles outros são da parte posterior*». Só então se póde julgar da situação do feixe relativamente ao alvo e ordenar uma mudança de alça ou da profundidade do tiro.

O feixe deve engarfar de tal fórma o alvo, que dos pontos de queda observados cerca de  $\frac{1}{3}$  fique na frente e cerca de  $\frac{2}{3}$  atraz do alvo. Mas como se empregam diversos tiros em profundidade, o chefe da metralhadora deve tambem verificar em cada caso que observa se os pontos de queda vistos representam effectivamente toda a profundidade do feixe, ou apenas uma parte. *Todo o feixe* só raramente se póde observar, a saber:

1. Quando o alvo está situado numa encosta voltada para a metralhadora, fig. 11, ou

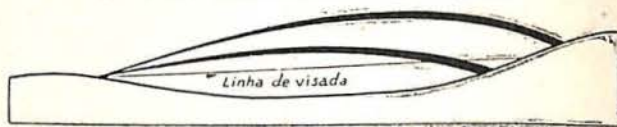


Fig. 11

Podem-se observar os pontos de queda *aquem e alem do alvo*, porque este está na encosta voltada para a metralhadora

2. Quando a metralhadora está a cavalleiro do alvo, de maneira que se póde ver o terreno junto ao alvo (fig. 12).



Fig. 12

Podem-se observar os pontos de queda *aquem e alem do alvo* porque se descobre o terreno junto ao alvo

Em todos os outros casos, que constituem a grande maioria e apparecem mais frequentemente, o alvo está de tal fórma situado que se póde bem observar *aquem* do alvo, mas raramente *além*, porque o feixe desaparece atraz da elevação (fig. 13).



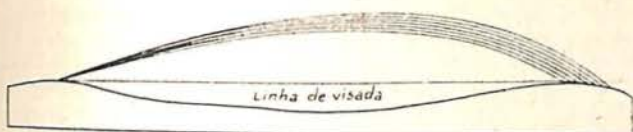


Fig. 13

Observam-se os pontos de queda aquém do alvo, mas não além delle

Em todos os casos duvidosos, em que não se pôde fazer nenhuma ideia segura da situação de *todo* o feixe, o chefe da metralhadora deve de vez em quando regular outra vez a alça com o fogo concentrado e controlar o seu feixe. Si elle não fizer isso, facilmente acontece situar-se o feixe aquém ou além do alvo e a metralhadora em geral atira sem resultado. Por esse meio o chefe da metralhadora evita o erro de corrigir a alça baseado em quaesquer pontos de queda. — *Só os pontos de queda do tiro concentrado têm valor para a correção a fazer!*

#### 5 — O QUE SE ENTENDE POR OBSERVAÇÃO

Distingue-se:

- 1) Boa observação;
- 2) Sofrível observação;
- 3) Má observação;
- 4) Observação nulla.

##### 1) Boa observação

Se a observação é boa, distinguem-se não apenas alguns pontos de queda, mas se pôde fazer uma ideia boa e justa do feixe da propria metralhadora no conjunto dos pontos de queda de cada uma. Além disso o terreno não deve offerecer grandes difficuldades; por exemplo, junto ao alvo não devem existir muitos altos e baixos, impedindo afinal que se aproveitem as melhores condições de observação.

##### 2) Observação soffrível

Se a observação é soffrível pôde-se conseguir ainda observar o resultado com a metralhadora isolada, pelo emprego do tiro por series ou do concentrado, mas no tiro ceifante não se pôde mais fazer nenhuma observação com a metralhadora isolada.

##### 3) Observação má

Nesta, sómente empregando pelo menos duas metralhadoras se pôde obter observação. Além disso, se o feixe estiver bem dirigido, reconhecer-se-á a efficacia no alvo.

##### 4) Observação nulla

Nesta, em geral não se descobre nenhum ponto de queda; nem mesmo pelo emprego de diversas metralhadoras em conjunto não se pôde conseguir nenhuma observação no tiro por serie.

#### 6 — A DETERMINAÇÃO DA DISTANCIA

Deve-se dar uma importancia toda especial á determinação da distancia, por causa do feito do feixe da metralhadora.

A avaliação sómente não basta.

A medida é verdade que é muito mais precisa que a avaliação, mas também está sujeita a grandes erros.

Não se deve confiar demasiadamente no recurso de perguntar a distancia a tropas que já estejam atirando. Na pratica as metralhadoras atiram da mesma posição de fogo que a infantaria e contra o mesmo alvo desta, em geral com uma outra alça.

A regulação da alça pelo tiro é o meio que mais convem á arma e o mais seguro para determinação da distancia. Se o emprego dos feixes de duas metralhadoras não chega ainda para permitir a observação, empregam-se em conjunto todas as metralhadoras disponiveis da companhia.

## B. O TIRO DE METRALHADORAS

### I. AS ESPECIES DE FOGO

Emprega-se

«Tiro por serie» e «Tiro continuo».

*Tiro por serie* é uma successão de cerca de 50 tiros após a qual o fogo cessa independente de ordem. Emprega-se na regulação, para determinar a alça pelo tiro. No tiro por serie atira-se sempre para um ponto, com os freios de altura e direcção fixos.

O *tiro continuo* é essencialmente empregado como tiro de efficacia e é feito com os freios frouxos. O tiro continuo se divide em:

- 1) Tiro continuo contra um determinado ponto, *tiro concentrado*;
- 2) Tiro continuo com deslocamento lateral, *tiro ceifante*;
- 3) Tiro continuo com deslocamento em profundidade, *tiro em profundidade*.

1. No tiro concentrado o apontador, tendo afrouxado os freios, deve esforçar-se durante o tiro continuo em manter a sua linha de visada sobre o ponto do alvo determinado.

2. O tiro ceifante consiste em mover a metralhadora para um e outro lado, lenta e uniformemente. Um movimento muito apressado prejudica a efficacia; com um movimento demasiadamente lento o objectivo não ficará sufficientemente batido pelo fogo.

3. O tiro em profundidade consiste em um levantamento e abaixamento uniforme do feixe feito com auxilio do dispositivo de pontaria em altura.

### II. A REGULAÇÃO

O tiro de metralhadora se divide em:

- a) Tiro de regulação;
- b) Tiro de efficacia.

A regulação se faz sempre por meio do tiro por serie e em regra *por secções*, sobre um ponto que o commandante da secção determinará. Esse ponto de regulação, quanto possivel deve estar no meio do sector da secção, afim de que cada apontador, quando passar a fazer o tiro de efficacia, tenha facilidade em achar o seu sector (fig. 14).

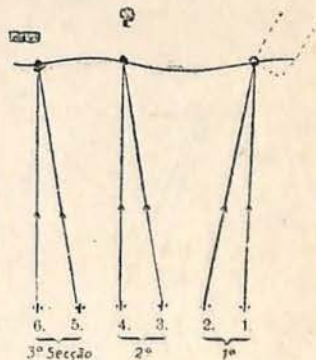


Fig. 14

Regulação por secções

Commando:

«Em frente, atiradores! — Alça 1000!» —  
«Regular a alça por secções!»



Se a observação é má, a companhia atira com todas as metralhadoras contra um ponto (fig. 15 e 16).

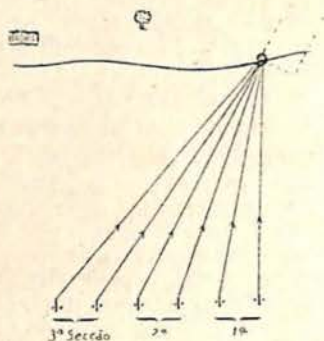


Fig. 15

Regulação, atirando todas as metralhadoras contra um mesmo ponto

#### Commando:

«Em frente atiradores! — — — Todos sobre o atirador no canto esquerdo do campo verde! — Alça 1000!»

Se não se conseguiu fazer nenhuma observação no tiro de regulação, ordena-se outra vez tiro por serie, contra outro ponto e com alça differente.

Se depois de alguns poucos disparos no tiro por serie já se conseguiu observar, manda-se antecipadamente cessar fogo levantando um braço.

No tiro de regulação convem muito fazer fogo com uma alça propositalmente mais curta, porque diante do alvo a observação será feita muito mais promptamente que atraz delle. O feixe na maioria dos casos desaparecerá atraz do alvo, ao passo que na frente delle se conseguirá observar frequentemente na subida voltada para o observador. Deve-se ter especial cuidado em examinar o terreno diante do alvo. Com os binoculos e com o telemetro se esquadrinha o terreno para ver se diante do objectivo existem dobras nas quaes o feixe possa desaparecer. Muitas vezes acontece não se conseguir nenhuma observação no tiro de regulação, e tomar-se em consequencia uma alça mais curta, porque se presume que o feixe cahiu atraz do alvo, quando na verdade deu-se o contrario e o feixe cahiu em uma dobra diante do alvo.

O ponto do terreno que serve de referencia para a designação do ponto de regulação deve estar tão proximo quanto possivel da linha de alvos; do contrario não se consegue que os feixes das 6 metralhadoras caiam sobre o mesmo ponto.

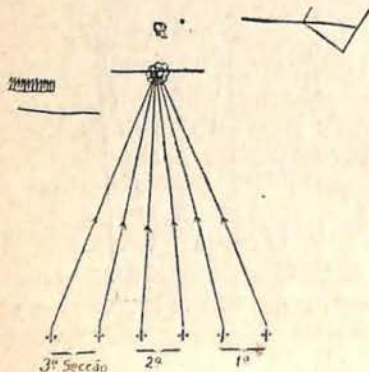


Fig. 16  
Regulação quando o alvo está escalonado

Commando:

«Em frente atiradores! — — — Todos sobre o atirador na frente da arvore grande! — Alça 1000!»

Contra linhas que não estejam todas á mesma distancia, só se pôde ordenar a alça correspondente á distancia media se todas as metralhadoras atirarem para o mesmo ponto (fig. 16).

Na regulação por secções, o commandante de secção que estiver proximo do commandante da companhia deve dizer a este em voz alta para que parte da linha de atiradores a secção atira, afim de que o cdte. da companhia possa observar.

Quando o apontador já fez a pontaria diz «prompto!»; o atirador 3 logo avisa o commandante da secção levantando o braço; da mesma fórma o commandante da secção avisa o da companhia, logo que a sua secção tenha apontado.

Terminado o tiro por serie, o apontador, sem ordem especial, afrouxa os freios e colloca a sua metralhadora voltada para o sector que lhe corresponde, afim de ganhar tempo para começar o tiro de efficacia. Cada apontador deve estar tão educado, que por si mesmo e com a maxima presteza acerte logo com o seu sector (fig. 19).

#### VOZES DE COMMANDO NO TIRO DE REGULAÇÃO

1. Regulação da alça por secções, contra uma linha de atiradores em uma altura (fig. 14).

Commandante da companhia:

«Em frente atiradores! — — — Regular a alça por secções! — Alça 1000!»

Commandantes de secções:

1ª secção: «Apontar para o atirador no canto esquerdo do campo verde!»

2ª secção: «Apontar para o atirador na frente da arvore isolada!»

3ª secção: «Apontar para o atirador na frente do canto direito da cerca!»

Commandante da companhia:

«Atenção! — Tiro por serie!»

2. Regulação da alça por secções, contra um objectivo escalonado (fig. 17).

Commandante da companhia:

«Em frente atiradores! — — — Regular a alça por secções! — O objectivo está escalonado! — Centro 950!» — — —

Commandantes de secções:

1ª secção: «Apontar para o atirador no canto esquerdo do campo verde!» — Alça 1000!»

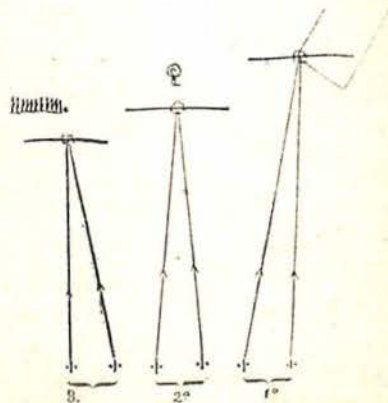


Fig. 17  
Regulação por secções, contra um objectivo escalonado



2ª secção: «Apontar para o atirador na frente da arvore isolada! — Alça 950!»

3ª secção: «Apontar para o atirador na frente do canto direito da cerca! — Alça 900!»

Commandante da companhia:

«Atenção! — Tiro por serie!»

3. Regulação com todas as metralhadoras disponíveis apontadas para o mesmo ponto (fig. 15).

Commandante da companhia:

«Em frente atiradores! — — — Todos apontam para o atirador no canto esquerdo do campo verde! — Alça 1000! — — — Atenção! — Tiro por serie!»

4. Repetição do tiro por serie sobre outro ponto, com outra alça:

Commandante da companhia:

«Todos apontam mais á direita, sobre a mancha de areia na frente do campo verde! — Alça 900! — — — Atenção! — Tiro por serie!»

#### A OBSERVAÇÃO LATERAL

Se as circumstancias permittirem, será vantajoso para a regulação mandar observar o tiro de uma posição lateral. Manda-se um sargento avançar obliquamente ou subir a uma arvore e observar de lado o feixe; d'ahi elle está em melhores condições de apreciar os pontos de queda que da posição das metralhadoras (fig. 18). Elle transmite á companhia o resultado da observação por meio de signaes feitos com o gorro. Os signaes são os seguintes:

«mais alto», fazer signal para cima;

«mais curto», fazer signal para baixo;

«bom», agitar o gorro horizontalmente para um e outro lado.

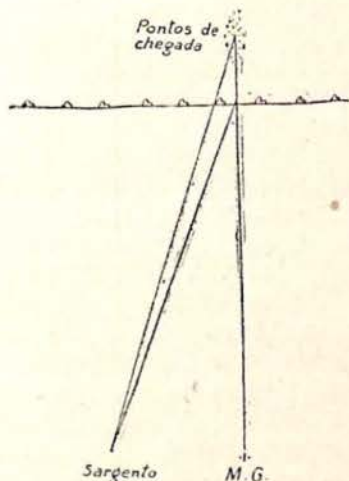


Fig. 18  
Observação lateral

Com o commandante da companhia deve ficar um homem, que vigia o sargento observador e transmite em voz alta ao commandante da companhia os signaes.

(Continúa)

**O não recebimento da revista é geralmente culpa do assignante, porque ella não se faz si- não para ser distribuida.**

Não demorar a communicação de mudança de destino, nem retardar reclamação.

## Instruções para o quartel-general de uma divisão de cavallaria (\*)

(TRADUÇÃO)

### II

#### 5. Pontos de vista para organização do serviço de communicações

A direcção de todo o serviço de communicações compete ao auxiliar de estado-maior (secção 1b).

A colheita de informações é affecta em primeira linha (quanto á cavallaria propriamente) aos esquadrões de exploração e ás respectivas patrulhas estrategicas e de segurança. Espiões ou agentes, transfugas, prisioneiros, habitantes dos lugares, noticias de imprensa, correspondencia postal e fitas de telegrapho, são fontes que podem completar os resultados do esclarecimento feito pela cavallaria.

Todas as providencias para o esclarecimento devem ser enfeixadas em uma «ordem de exploração», a qual será annexa á ordem da divisão.

O numero de esquadrões de exploração a expedir depende da extensão da frente ou do territorio a explorar. E' preciso examinar criteriosamente qual o *minimo* bastante; é que o effectivo da massa de combate da divisão deve ser o maximo possivel.

A cada esquadrão de exploração será attribuido um sector, delimitado por uma linha de exploração e por linhas topographicas naturaes. A frente ou largura do sector não excederá de 15 a 20 km., e é designada pela linha que limita a exploração para a frente; as linhas topographicas exprimem os limites lateraes.

A divisão em sectores não deve ser esquematica. Os sectores menos importantes pódem ter maior frente. As estradas principaes devem ficar no meio do sector. Isto é, importantes estradas de rodagem ou linhas ferreas não devem ser limite lateral de sector.

Nos limites lateraes da zona a esclarecer bastam geralmente patrulhas de officiaes, em vez de esquadrões de exploração. Os sectores de taes patrulhas devem ser estreitos.

Póde ser necessario alterar a divisão dos sectores no curso da exploração.

Póde haver casos em que se prescindirá da divisão em sectores. E póde ser

(\*) Vd. ns. 64 e 67.



necessario render os esquadrões de exploração.

As linhas lateraes devem ser quanto possivel levadas inimigo a dentro. As frentes a explorar não poderão geralmente ser determinadas para mais de dois dias de marcha. Ellas representam os objectivos a alcançar pelas patrulhas estrategicas emittidas pelos esquadrões de exploração. Só em situações de grande distancia do inimigo é que terá cabimento marcar objectivos para uma série de dias.

Os esquadrões de exploração e as patrulhas independentes têm a responsabilidade da conveniente execução da exploração no respectivo sector.

Como órgãos de ligação entre os esquadrões de exploração e o cdte. da D. C. podem ser empregados os *centros collectores de informações* e os *postos transmissores*. Dahi affluem então todas as informações para o *centro do quartel general*.

Os *centros collectores* devem ficar tão avançados que os esquadrões possam alcançá-los bem com seus estafetas; geralmente bastará um para a D. C., muitas vezes não será necessario nenhum. Na guerra de movimento nem sempre é applicavel esse órgão.

Os *postos transmissores* constituem-se em pontos terminaes de linhas de comunicação, entre o quartel general e os esquadrões de exploração. Cumpre resolver se é necessario haver para cada esquadrão de exploração uma linha especial de comunicação com o quartel-general, ou si as linhas de comunicação de diversos esquadrões podem convergir em um centro collector.

Os centros collectores, os postos transmissores (e o centro do quartel general caso fique isolado) precisam de uma escolta de segurança (1 pelotão até um esquadrão).

Portanto roubam força ao grosso. Por isso impõe-se a parcimonia no emprego desses órgãos intermediarios. Para os dois primeiros é aconselhado que se installe occultamente, tomando-se providencias para que os estafetas os achem.

Não se podem prescrever distancias fixas a observar entre os diversos órgãos da exploração, desde as patrulhas até ao quartel general. A decisão a esse respeito ha de attender aos dois principios: dispersão minima do effectivo de cada um, garantia de ligação rapida por estafetas.

A ligação por estafetas é a mais segura; os meios technicos podem falhar. Por isso evitar marchas exageradas. Quanto mais curto o percurso para uma comunicação, maior a certeza de sua chegada. Em médio, o percurso diario de um esquadrão de exploração não excederá de 40 km, o de uma patrulha estrategica não irá além de 60. Rendimentos maiores devem ser excepção; menores terão ás vezes justificação.

No inicio do esclarecimento o grosso da D. C. não deve vencer grandes marchas. Do contrario virá a faltar aos órgãos da exploração o tempo para ganharem o necessario adiantamento e mandarem as informações colhidas. — Nem sempre será possivel que se adiantem convenientemente os órgãos de exploração, por exemplo, quando o inimigo occupa certas linhas naturaes ou a fronteira; então as distancias só poderão ser estabelecidas mais tarde, após uma ruptura da frente inimiga.

Todas as informações precisam ser successivamente examinadas, até que cheguem ao *centro* do quartel general. O primeiro exame tem lugar no cerebro do cdte. da patrulha estrategica: elle pondera o que importa participar e o que não tem importancia. O segundo exame é feito pelo cdte. do esquadrão de exploração, o terceiro no centro collector de informações ou no posto transmissor. A redacção final do texto da informação deve ser trahida convenientemente, para a transmissão pelos meios technicos. E' de regra incluir nessa comunicação concentrada a indicação sobre o destino actual da patrulha de onde vem a informação, bem como do esquadrão.

Com o emprego judicioso dos meios technicos de comunicação poupam-se os cavallos e accelera-se a transmissão.

A ligação da D. C. para a retaguarda, com destacamentos do exercito que lhe sigam ou com o cdo. superior do exercito, é feita pelo telegrapho sem fio. Para o serviço de comunicações do grosso da D. C. para a frente empregam-se signaes luminosos, telegrapho electrico de cavallaria, linhas telegraphicas permanentes, motocyclistas e cyclistas; um dos principios para a escolha desses meios é: quanto mais para a frente, menos fio telegraphico. Na primeira linha o meio mais seguro de transmissão é o estafeta a cavallo. Na ligação entre os esquadrões de



exploração e os centros collectores ou os postos transmissores prestarão bons serviços os heliographos e os motocyclos; d'ahi até ao *centro* do quartel general terão applicação as linhas telegraphicas, os automoveis de pessoas e os motocyclos.

Póde ser necessario estabelecer uma segurança especial para a linha de transmissão. A secção de telegrapho optico terá que ser reforçada, ás vezes, por turmas de telegraphia electrica de cavallaria.

A experiencia ensinou que os motocyclos que hão de servir aos esquadrões de exploração devem acompanhá-los desde sua partida ou ser expêdidos ao encolço d'elles sem demora.

Todos os meios technicos de transmissão só prestarão bons serviços desde que obedeçam a um plano de conjuncto em seu emprego.

O cdte. da secção de telegrapho optico fará propostas nesse sentido. Em regra as linhas de transmissão se constróem ou estabelecem da retaguarda para a frente, isto é, do *centro* do quartel general ou do centro collector em busca dos esquadrões de exploração.

(Continúa).

## PELA CAVALLARIA

### INVERNADAS

A nova feição das cousas militares vae obrigando commandantes e commandados ao estudo meticoloso dos mais urgentes problemas a resolver. Dentre elles resalta, fundamental e proeminente, o da instrucção da tropa. Outros, porém, de menor importância, é certo, mas auxiliares daquelle, merecem também attenção e carinho.

Suggere-nos estas considerações a iniciativa das altas autoridades do exercito, visando dotar de invernadas os nossos regimentos de cavallaria.

Ninguém poderá negar que a nossa cavallaria vae perdendo, dia a dia, com uma rapidez muito superior á que muitos presumem, seus caracteristicos essenciaes, aquelles que a distinguem das outras armas.

A acção a pé, cimentada na guerra russo-japoneza, preocupa muito os nossos instructores e dá ao soldado a impressão erradíssima de que é esse o principal meio de acção dessa arma e que o cavallo serve-lhe apenas de vehiculo.

A muitos parecerá isso um exagero. São, porém, impressões sinceras, colhidas durante periodos de instrucção, á frente da tropa.

E este mal tem como fonte, além de outras, a falta de tempo para a instrucção completa do soldado de cavallaria e principalmente o divorcio que na grande maioria dos nossos regimentos existe entre cavalleiros e cavallos.

Um outro defeito na instrucção é a impossibilidade quasi absoluta de mostrar aos soldados e de fazel-os praticar os serviços de campanha em suas mais variadas modalidades. Marchas, serviço de segurança tanto em movimento como em estacionamento, serviço de exploração, são operações quasi irrealisaveis em certas localidades. O combate, então, encontra obstaculos taes, que sua exemplificação toma o caracter de radical impraticabilidade.

E não menos difficil é a realisação do tiro de combate. No proprio ensino do tiro individual já se encontram difficuldades a vencer, difficuldades que se avolumam enormemente quando se procura formular um thema symbolisando uma situação real.

E porque todas essas difficuldades que tiram á cavallaria seus meios de instrucção e deixam-na em situação positivamente lamentavel?

*Pelo simples facto de não disporem nossos regimentos de invernadas para sua cavalhada e de campos para instrucção.*

Por isso a nova de que os regimentos terão suas invernadas desperta justificado jubilo entre os profissionaes dessa arma.

De duas especies serão os beneficos resultados da medida: technicos e economicos.

Technicos dizem respeito á instrucção da tropa. Dispondo esta de campos para instrucção em seus variados aspectos — em ordem unida, em ordem aberta, a pé e a cavallo, instrucção de serviços de campanha, de combate, instrucção de tiro colectivo, etc. — não mais ficará presa ás pequenas áreas nos arredores dos centros povoados, aos desfiladeiros constituidos por estradas cercadas de um e outro lado, ás justificadas exigencias dos proprietarios de terras cultivadas ou tomadas pela industria pastoril.

Vantagens economicas, consideraveis ressaltam deste simples confronto numerico haurido em caso concreto:



Em 1918 um regimento de cavallaria (8º), tendo apenas 180 cavallos, recebeu massa para forragem na importancia de 44:000\$000 (11:000\$000 por trimestre).

Os melhores campos do local em que está esse regimento (aliás um dos municipios do Rio Grande onde mais valorizados estão os campos de criação) têm sido vendidos a 12:000\$000 a quadra de sesmaria (871200 metros quadrados). (\*)

Essa área, em bom campo, comporta normalmente 50 equinos. Bastariam, portanto, para aquelles 180 animaes 4 quadras de sesmaria.

Admittamos, porém, que não bastem 4 e que seja conveniente, como effectivamente é, dispor de 6 ou 7.

A aquisição importará em 72 ou 84 contos, importancias inferiores á despesa com a manutenção daquelles animaes em dois annos.

Vê-se, pois, que com o quantitativo despendido nesse tempo, o regimento poderia ter adquirido campo para invernoada, o que o tornaria quasi totalmente emancipado daquella massa annualmente concedida.

A vantagem economica é, pois, evidente.

Mas não pára ahi.

Dessa area pode ser uma pequena fracção reservada ao cultivo de forragens. Obtidas estas, o que será facil e economico, disporão os regimentos do necessario á manutenção de animaes em estabulo. E essas forragens, é sabido, não poderão ser obtidas nos campos hoje tomados em arrendamento pelos nossos regimentos. O cultivo exige que as terras sejam profundamente trabalhadas e convenientemente adubadas. Isto não se pode fazer sem despesa e não é aconselhavel que esta seja feita em campos de propriedade particular, sob pena de entregar ao proprietario os fructos do trabalho effectuado, exactamente quando delle se podia haurir resultados.

Ainda mais. Os nossos regulamentos falam em pequenos depositos de remonta. Exigirão elles, além do cultivo de forragem de que já tratamos, a divisão do campo em pequenas areas reservadas a cavallos já domados, a animaes destinados á reprodução, a animaes doentes exigindo isolamento. Instalações de maior vulto são ainda necessarios: galpões, casas ou ranchos para pessoal, depositos para forragem, etc.,

(\*) Conheço apenas um exemplo de campo vendido em Uruguayana por preço superior ao citado: é o do Sr. R. Carvalho, vendido a 15 contos.

etc. E nada disto pode ser feito, nem mesmo improvisado, em propriedade alheia, cujo uso está limitado ao tempo de um contracto e sujeito — a uma brusca e irreffectida reducção de verba orçamentaria.

Eis ahi, em rapidos traços, a synthese dos proveitos que trará ás nossas unidades de cavallaria a aquisição de campos para invernoada.

Dêem-n'os os poderes competentes aos nossos regimentos e immediatamente poderemos ver, comparando as despesas que exigirão com a dotação actual de forragem, quão espantosa é a despesa de hoje e quão reduzida a que se fará annualmente.

E si um dia alguém se lembrar de comparar os resultados praticos de um e outro systema, ficará entristecido por ver que o primeiro teve entre nós tão longa duração.

Sejam os nossos regimentos dotados de invernoadas e não se tolerarão os vícios actuaes apontados em nossa instrucção de cavallaria e serão taxadas de criminosas as despesas fabulosas que vimos fazendo na manutenção de cavallos.

Veremos, então, nas mãos de esperançosos chefes que vão chegando aos nossos regimentos, a cavallaria readquirir as propriedades caracteristicas que para sua propria ruina e grande perigo das armas irmãs vae vertiginosamente perdendo.

1º Tenente V. Benicio.

N. da R. — Por falta de espaço deixamos de tratar aqui deste importante assumpto. Fal-o-emos no proximo numero.

## A artilharia de costa hodierna e a defesa de Santos

Não é uma novidade de hontem a applicação da artilharia movel na defesa das costas.

A esplendida revista norte-americana «Journal of the United States Artillery», em seu numero de Março-Abril de 1917, traz dois bem lançados artigos sobre o assumpto. No primeiro delles, o tenente de artilharia de costa do exercito americano, Meade Wildrick, diz que «a questão de juntar-se ao nosso actual systema de fortificações costeiras, canhões, obuzes e morteiros sobre vaggons de estrada de ferro, tem sido objecto de discussão, entre os nossos officiaes de artilharia de costa, ha um anno, mais ou menos».



De modo que, desde 1916, nos Estados Unidos, onde os processos da guerra europea chegaram ao mesmo tempo que ao Brasil, cogita-se muito de um assumpto, de que em nossa Patria, quasi ninguém fala.

Em 1917, quando a fallencia das fortificações costeiras fixas, estava quasi decretada, pelo fracasso completo dos fortes dos Dardanellos, deante da potencia dos canhões de 381 m/m da esquadra ingleza, em 1917, era nomeada uma commissão nova para a defesa de Santos, commissão que tem trabalhado, até agora, para a montagem de dois velhissimos canhões de 150 m/m e que nem mascarados ficarão...

Juntando-se a estes dois canhões, os quatro do mesmo calibre, já installados, em canhoneira (!) no Forte Duque de Caxias, grande macisso de alvenaria que se divisa, a olhos desarmados, de uma distancia inaudita, teremos a obra da defesa de Santos, na qual já trabalharam tres pomposas commissões, consumindo alguns milhares de contos.

Santos está menos defendida, hoje, que quando não dispunha de obra alguma de fortificação, porque, naquella epoca, como cidade aberta, estava livre de um bombardeamento que soffrerá, hoje, sem apellação nem aggravo para o direito internacional.

Casa com para-raio mal installado, antes sem elle; porto mal defendido, antes sem defesa alguma.

Porque, em ambos os casos, o flagello é attrahido e não combatido com efficiencia. E' o caso de Santos.

Parece que já era tempo de attentarmos com mais interesse e circumspecção para os ensinamentos da guerra que acaba de findar.

A nossa costa, fosse ella mesmo muitissimo menor, não poderia, jamais, ser fortificada efficientemente, com obras fixas.

A defesa movel impõe-se, portanto, e o seu estudo deve tornar-se uma preocupação de quantos encaram com seriedade e patriotismo os altos problemas da defesa do Brasil.

Creio que já existe a concessão, ou, pelo menos, o pedido d'ella, para construcção de uma estrada de ferro electrica pelo littoral, entre Rio e Santos.

(\*) N. da R. — «... aos collaboradores a responsabilidade das opiniões que emitirem em seus artigos.» (Dos «Estatutos»).

O Dr. Paulo de Frontin, segundo telegramma que li, em jornaes de S. Paulo, disse, no Club de Engenharia que, com cem mil contos, levaria a Central do Brasil até a Belém do Pará.

Mesmo que taes obras não se façam a expensas do Thesouro, que não supporta, por enquanto, sangrios de tal natureza, e tamanho volume, é o caso de interessar em tão fecundos empregos, os capitães particulares, cabendo ao Estado Maior a missão de estudar os projectos de taes estradas e marcar-lhes o percurso, tanto quanto possível, pelo littoral, tirando-se ramaes nos pontos estrategicos importantes, aproveitando alturas, construindo plataformas, etc.

D'este modo, e com a maior economia possível, teriamos a nossa costa com a sua defesa garantida, sem necessidade de um milhão de fortes fixos, peçados de canhões que, no momento preciso, são reduzidos ao silencio e desmantelados pela possante artilharia naval.

Um argumento valioso que apresenta o tenente Wildrick, no artigo já citado, é o que se refere á condemnação em que se acham os officiaes de artilharia de costa, nas fortificações fixas, de perderem a mais importante das prerogativas militares, no momento da acção — a iniciativa.

Com as suas armas offensivas fechados em uma posição, fica localisado, deste modo, o effeito de seus fogos e, necessariamente, sacrificada a sua efficiencia combativa.

O inimigo, ao contrario, gosa de todas as vantagens que lhe advem da iniciativa, podendo escolher não só a occasião como o ponto e a formação para o ataque. Ora, a artilharia movel, na defesa das costas, vem collocar em pé de igualdade o aggressor e o aggreddido.

\* \* \*

E' claro que não deveremos destruir as nossas fortificações costeiras fixas, mas penso que bem se poderia parar de gastar dinheiro em obras novas de tal natureza, (\*) pelo menos, até se manifestarem sobre o assumpto os officiaes technicos de artilharia de costa que, para os Estados Unidos, forem mandados, com o fim de estudar o assumpto.

Trazida de lá a ultima palavra sobre tal materia, a continuação das obras da defesa costeira do nosso paiz, deverá ser



entregue a commissões mixtas de officiaes technicos de artilharia de costa e de officiaes de marinha, a exemplo do que se faz nos paizes mais adiantados.

Continuarmos como vamos é querermos marchar, com meio seculo de atraso, em relação ás nações com que convivemos.

Cap. de art. Souza Filho.

(\*\*) *N. da R.* — Salvo no caso de portos militares e bases navaes, onde essas defesas podem ser completadas e aproveitadas.

## PALESTRA SOBRE A DEFESA DE COSTAS

(Continuação)

*Pontaria da artilharia de grosso e medio calibres.* — Esta pontaria pode ser subdividida nas tres especies seguintes:

1a) Pontaria individual por meio de alças especies;

2a) Pontaria directa pelo emprego de telemetros de base horizontal ou vertical;

3a) Pontaria indirecta pelo recurso dos methodos de telegoniometria e goniostadimetria.

I. — A pontaria individual é immediatamente praticada pelo proprio apontador do canhão, graças á alça com luneta, de que este canhão é munido, e mediante o conhecimento prévio da distancia de tiro, a qual se extrae da consulta do registro de distancias, organizado de antemão pela respectiva bateria, em tempos de paz. Um tal meio de pontaria é em geral adoptado pelas baterias de ruptura que atiram contra as couraças verticaes dos costados dos dreadnoughts, quando estes entram nos seus respectivos raios de acção; portanto nunca a distancias superiores a cerca de 6 kilometros. São estas varias distancias do campo de acção das baterias de ruptura que devem ser avaliadas, bem verificadas e dispostas ordenadamente com seus respectivos pontos de referencias em registros especies. As medidas, assim realisadas com toda a antecedencia e vagar, mediante o emprego de methodos rigorosos, tornam-se, depois, de tal modo familiares aos artilheiros de cada peça que estes podem, sem difficuldade, abrir logo fogo, pela pontaria individual, contra o navio que venha a transpôr, em qualquer occasião, os limites interiores desta zona demarcada.

II. — A pontaria directa e a pontaria indirecta constituem a classe a que se costuma dar a denominação geral de *pontaria preparada*.

Esta preparação especial não somente precede, como prosegue durante a acção de cada bateria, recebendo todas as correcções que a observação methodica do tiro fornece continuamente e attendendo todas as circumstancias, quer referentes ás variações do estado atmosphérico, condições da munição empregada, etc., quer relativas á marcha, direcção, formação, etc., dos navios atacantes. E' pois, indispensavel que se disponha de instrumentos especies, manuseados por um pessoal perfeitamente adestrado, cujas observações necessitam de meios irreprensiveis para serem regular e opportunamente transmittidas aos apontadores dos canhões de cada bateria.

Estes apontadores induzem, por sua vez, de taes communicações, as velocidades medias dos navios de combate, procedendo, com synchronismo conveniente, ás immediatas correcções requeridas pela pontaria de suas peças.

A pontaria directa é menos complicada e quasi que só exige para a sua execução o auxilio de um bom telemetro. A pontaria indirecta reclama, porém, um mais complicado aparelho, tal como o telegoniometro, pois não só a distancia, mas tambem o azimute desta ou sua direcção têm de ser préviamente determinados, com certo gráo de exactidão, e regularmente communicados, a determinados intervallos de tempo, aos apontadores das peças. A duração dos percursos das trajetórias pelos projectis, a velocidade do alvo, tanto na direcção do tiro como na direcção normal ao sentido deste, tudo enfim deve ser levado em conta para que os dados de tiro sejam perfeitos, no momento em que se queira dar a ordem de fogo. Além das communicações opportunas de todos os resultados das observações directas, os apontadores precisam deduzir ou de qualquer modo se apossar de outros elementos não menos importantes e relativos á rota, sentido e velocidade do alvo, afim de que possam manter sempre seus canhões na direcção conveniente e promptos para, em qualquer momento, lhes ser possivel ferir o navio inimigo sobre o qual mantêm vigilância.

Infelizmente, porém, ha muitas cousas que vêm alterar a precisão da pontaria preparada, quer directa, quer indirecta. Dentre ellas, ressaltam as seguintes:

a) Variação da cota, para o telemetro de base vertical, devido ao movimento de marés;

b) Difficuldade de exactamente identificar a linha de fluctuação de um barco que navegue com certa velocidade, em virtude das ondas formadas ao longo de seus bordos;

c) As imperfeições do organ visual do proprio observador e os defeitos de collimação do instrumento occasionam um erro que, segundo

A. Guidetti, é em media de

3' *augmento optico da luneta do telemetro*

d) A refracção atmospherica;

e) Variações da velocidade inicial do projectil, devidas a causas multiplas;

f) Variações da rota ou da velocidade do navio, logo após as observações da determinação dos fundamentaes elementos de tiro.

Convem agora lembrar que o instrumento, permitindo o preparo da pontaria, quer seja telemetro de base horizontal, quer de base vertical, deve ser instalado fóra da bateria, sobre uma especie de pilastra, no interior de uma sorte de guarita revestida de grossas chapas de aço, afim de garantil-o contra os estilhaços dos projectis de qualquer calibre. Pintam-se estas guaritas de verde escuro ou de uma côr que, de longe, permita confundil-as com os objectos circumdantes. Para bem occultal-as ou mascaral-as ás vistas do inimigo marítimo, convem, ás vezes, circumdal-as de arbusto, mas de sorte a nunca diminuir o campo de visibilidade que o instrumento reclama para a sua acção. E' ao telemetro que A. Guidetti cognomina de *organ vital do preparo da pontaria*, tanto directa como indirecta. Aconselha o mesmo autor collocar-o no flanco da bateria e, si possivel fôr,



na linha dos canhões, devendo-se montar dois por bateria, afim de que, si um delles ficar impedido de funcionar, embora temporariamente, o outro entre logo em acção. Comtudo, observa ainda A. Guidetti, hoje em dia prefere-se muitas vezes collocar os telemetros longe da bateria, em construcções ordinarias, afim de que seus locaes de installação se tornem o menos possivel notaveis ao inimigo.

Nestas casinhas installam-se, com o telemetro, telephones e circulos horizontaes graduados que se orientam automatica e simultaneamente pelo proprio deslocamento azimutal do referido telemetro, de sorte a se obter, ao mesmo tempo, as duas coordenadas (distancia e direcção) fixando, em cada instante, a posição do alvo movel, cujo movimento se acompanha constantemente com a linha de collimação da luneta do instrumento. Compete ao ajudante do telephonista lêr os angulos azimutales, a intervallos constantes de tempo, os quaes são immediatamente communicados, com as distancias correspondentes, ás peças da bateria, afim de que ellas possam manter-se apontadas sempre na direcção do alvo.

Com os telemetros de base horizontal, é porém necessario adoptar duas estações, convenientemente separadas por distancia conhecida e que, funcionando simultaneamente a instantes communs de antemão bem convencioneados e determinados, permitam medir, para um mesmo momento, os dois angulos horizontaes que a base, ligando estas estações entre si, forma, em cada uma dellas, com as respectivas linhas de visadas simultaneas, indo convergir sobre um ponto escolhido do navio considerado. A uma destas estações chama-se a *principal*, sendo a outra denominada de *secundaria*. Em vez de uma só principal, convem organizar duas estações principaes, porque são apenas estas que, ficando nas proximidades da bateria, costumam ser providas de telemetros.

Na estação secundaria, basta que se disponha de um simples graphometro ou de um qualquer goniometro.

Compreende-se que os meios de communicação entre as estações principaes e a secundaria, como entre aquellas e as baterias, devem ser de uma irreprehensivel perfeição. Sómente as transmissões electricas podem dar a regularidade e rapidez exigidas pela natureza de uma semelhante questão.

E' preciso que a estação secundaria fique, no minimo, a uns 2.000 metros, sinão a 2.500 ou 3.000 metros da principal que, com ella, tenha de funcionar synchronicamente. Por outro lado, a base ou esta distancia ligando uma estação principal á secundaria deve ficar proximamente no prolongamento da linha de canhões da bateria; portanto, mais ou menos normal á media direcção do tiro desta bateria. A boa escolha do sitio para locação desta base e consequentemente das estações que ella reúne é, pois, um problema complexo e sempre muito delicado. Deixando, porém, de parte este lado especial da questão, aliás sempre dependente das condições topographicas do litoral da bahia a defender, supponhamos o problema resolvido; isto é, a base traçada e organisadas as estações de suas extremidades. Isto posto, é intuitivo que, si num mesmo determinado instante physico, os respectivos observadores das estações extremas

visam um convencional ponto de certo navio, em marcha ao largo do mar, lendo os correspondentes angulos horizontaes que suas linhas de visadas formam com a base ou distancia conhecida entre suas estações, facil se torna, pela resolução trigonometrica ou simplesmente geometrica do triangulo então constituido e cujas vertices são: o navio, a estação principal e a secundaria, determinar a distancia e a direcção para o tiro das peças da bateria, nesse mesmo alludido instante physico. A rapida resolução geometrica do triangulo acima especificado obtem-se mecanicamente por meio da *prancheta de levantamento*.

A utilidade deste aparelho, como parte indispensable do arsenal necessario á pratica da pontaria preparada, não requer argumentos para a sua justificação. Com o auxilio da prancheta é pois facil determinar a direcção e a distancia de tiro para uma serie de momentos igualmente intervallados, de sorte a poder-se induzir, da comparação destes elementos entre si, o valor da variação que soffre esta direcção de tiro para espaços regulares de tempo. Encontrada assim esta correcção, nenhuma difficuldade haverá mais em manter sempre os canhões convenientemente apontados para o alvo movel, uma vez que se conhece a velocidade de sua marcha ou a variação desta em determinados intervallos de tempo. O proprio apontador, sem carecer de outras indicações enquanto a situação geral da marcha do navio não mudar, poderá fazer as modificações convenientes, de sorte a conservar sempre a correcta pontaria de seu canhão que, portanto, estará apto a atirar em qualquer momento.

Com os telemetros de base vertical e munidos de circulo azimutal, uma só estação é sufficiente ás observações que permitem determinar todos os elementos da pontaria, quer directa, quer indirecta. Comtudo, sendo vertical a base conhecida do triangulo rectangulo, tambem vertical, cuja resolução fornece a distancia horizontal de tiro, será preciso que a altitude da estação desta especie de telemetro nunca seja inferior a cerca de 30 metros. E' esta a menor base que permite calcular uma qualquer distancia horizontal com certo gráo de approximação. Além disto, para a rectificação do instrumento e verificação de todas as medidas que elle faculta praticar, torna-se indispensable estabelecer tres pequenos pilastros ou marcos de referencias, situando-os a distancias diferentes, a partir da estação telemetrica para o largo mar. Um destes marcos deve ser collocado a grande distancia desta estação, embora não haja necessidade de se ultrapassar o maximo alcance dos canhões da bateria a que o telemetro serve. O segundo marco basta que fique a 3.000 ou a 4.000 metros distante da estação telemetrica. Finalmente o terceiro situa-se a 1.500 ou 2.000 metros desta estação, sendo utilisado sómente em tempos brumosos, quando nenhum dos outros dois seja visivel.

Sem descer aos detalhes do emprego e manobra de qualquer instrumento, nem discutir as vantagens do uso deste ou daquelle systema de telemetros, visto que só temos em mente dar aqui uma noticia de tudo quanto ha de especial na pratica da pontaria preparada, afim de fazer resaltar a conveniencia da organização, desde já, do quadro de artilheiros especialistas



para dirigirem a artilharia de costa, passaremos, na palestra seguinte, a falar das defesas complementares ou accessorios de uma praça marítima.

Rio, 22—12—18.

Major *Abrillano P. Bandeira*.

## Resumo de serviços prestados pelas aeronaves na guerra européa

Segundo uma informação ingleza reproduzida na revista mexicana de aviação e transcripta no «Memorial de Artilleria» é e seguinte o resumo dos principaes empregos das aeronaves na actual guerra:

a) Em terra:

1º) Bombardear as bases inimigas, destruindo vias ferreas, armazens ou depositos de material do adversario.

2º) Combater aeroplanos impedindo-lhes os reconhecimentos aereos.

3º) Effectuar reconhecimentos, determinando a força do inimigo, sua composição, disposição e intenções provaveis.

4º) Tirar photographias das posições inimigas com detalhes exactos, para que permittam sejam as operações conduzidas com as maiores probabilidades de exito.

5º) Corrigir o tiro de artilharia.

6º) Coordenar as actividades das differentes armas durante o ataque. Nesta missão o aviador se transforma em cerebro director que vigia cada um dos movimentos do inimigo, do mesmo modo que os de suas proprias forças, e transmite a estas as informações concernentes ao avanço, retirada e outros movimentos do inimigo, para a remessa de reforços aos pontos debéis ou ameaçados e para a correcção do tiro da artilharia.

7º) Cooperar com a infantaria e outras armas na tomada de trincheiras, voando a pequena altura sobre as mesmas e atacando o inimigo com metralhadoras.

8º) Atacar com bombas ou metralhadoras as forças de terra desorganizando-as e distraindo sua atenção das operações que estejam proximo de effectuar-se.

9º) Evitar que cheguem reforços ao inimigo, voando além das linhas contrarias para esperar a chegada de trens e comboios e atacal-os com bombas e metralhadoras.

b) No que diz respeito ás aeronaves navaes seus serviços são os seguintes:

1º) Atacar com bombas os barcos e submarinos (empregam-se hydroaviões e dirigiveis).

2º) Bombardear as bases e estações inimigas (empregam-se aeroplanos de terra, hydroaviões e dirigiveis).

3º) Atacar os aeroplanos inimigos no ar (empregam-se aeroplanos e hydroaviões).

4º) Servir como exploradores e observadores contra frotas inimigas.

5º) Proteger os barcos no mar e nos portos contra o ataque de submarinos e navios de guerra.

6º) Defender e proteger as bases navaes contra ataques aereos.

7º) Escortar barcos com tropas e navios mercantes no alto mar ou ao largo das costas (empregam-se dirigiveis e hydroaviões).

8º) Effectuar o serviço de patrulha nas costas, vigiando e inspecionando os navios suspeitos (empregam-se dirigiveis).

9º) Ajudar os rebocadores, destroyers e canhoneiras, capturando e destruindo submarinos e balões captivos (utilizam-se hydroaviões, dirigiveis e balões captivos).

10º) Cooperar com os submarinos, guiando-os em ataques contra os navios (empregam-se dirigiveis e aviões).

11º) Descobrir a localização das minas e ajudar os rebocadores na sua destruição.

12º) Servir como observadores para a collocação das minas, reduzindo o tempo requerido para a instalação das mesmas.

13º) Servir na vigilância dissimulada para localização dos vasos de guerra e corrigir o tiro dos canhões navaes.

14º) Servir como portadores de mensagens importantes entre os barcos, mensagens que não poderiam confiar-se á telegraphia sem fios, devido á possibilidade de serem interceptadas pelo inimigo.

15º) Levar a cabo operações em terra e no mar, com o fim de distrahir a atenção do inimigo enquanto se effectuam as verdadeiras operações estrategicas das esquadras (empregam-se aeroplanos de terra, hydroaviões e dirigiveis).

16º) Servir, tambem, para que os observadores tirem photographias das forças navaes do inimigo, deduzindo a composição e disposição das mesmas.

P. R.

## Um sapador que resmunga

Escrevendo estas linhas não tenho em vista escarpellar a organização da nossa Engenharia Militar, onde cooperaram intelligencias possantes e espiritos praticos, mas apenas dizer algo sobre o que li referente a tão magno assumpto, tal como era encarado na Europa até as proximidades de estalar a grande conflagração.

Effectivamente acho que alguma cousa escapa do dominio da pratica na organização da Engenharia do nosso valente exercito, como seja a companhia de pontes do Batalhão de Engenharia, que devendo ficar á margem de um rio, permanece no quartel do mesmo. Penso tratar-se simplesmente de mera questão de administração; mas isto não vem ao caso.

Passemos adiante.

Foi no livro intitulado *Tableaux statistiques relatifs à l'organisation militaire* que encontrei de um modo frisante, com testemunho de todos os exercitos europeus, esplanada a capital questão da organização da Engenharia Militar. Só com um confronto entre a da Engenharia dos exercitos mais adiantados é que se fica abalisado a traçar uma directriz segura que faz com



que, quem se dedica a taes estudos, firme opinião acertada.

Não quero dizer deste modo que eu, neophito ainda, já esteja tão versado em semelhante ramo de conhecimentos militares, a ponto de ver que tudo está errado; tal pretensão seria falta grave, pois que quem soffre de *myopia* em qualquer assumpto muito olha para ver pouco.

Do livro acima referido se deprehende que na Europa não existindo a denominação de Batalhão de Engenharia ha, no entanto, regimentos e batalhões de Sapadores-Mineiros ou Pioneiros, de Telegraphistas, Ferro-Viarios, de Aerostação e até de Automobilismo, nomes estes tirados de suas especialidades; assim passarei a mostrar embora succintamente, a organização da Engenharia em varios paizes.

Na Allemanha: um *batalhão de Pioneiros* tem quatro companhias, das quaes tres são destinadas á fortificação passageira e uma á fortificação permanente. Só o batalhão do 1º corpo de exercito consta de tres companhias. Na guerra uma é affecta a cada divisão de infantaria e um destacamento de 35 homens a cada divisão de cavallaria; além disso cada batalhão mobilisa tres equipagens de pontes. A companhia destinada aos trabalhos de fortificação permanente se transforma na guerra em tres novas companhias, das quaes uma é chamada de reserva. Em caso de necessidade uma segunda companhia de Pioneiros pode ser entregue á divisão de infantaria.

Existem até no tempo de paz regimentos de caminhos de ferro a dois batalhões de quatro companhias; tambem se vê batalhão independente a quatro companhias e o batalhão bavaro a tres. Passando dessa segunda especialidade á da telegraphia ali se encontram batalhões a quatro companhias.

Em seguida se notam batalhões de aerostação a duas companhias e bem assim uma bavara. Sahindo dessa especialidade se vae vêr mais adiante batalhão de automobilismo a tres companhias.

Convem, porém, chamar a attenção para o seguinte ponto de grande importancia:

Todas as unidades de caminho de ferro, telegraphia, aerostação e automobilismo, constituem o efficaз serviço denominado: «Serviço de Communicações».

Deixando a Allemanha volto as vistas para a França e a contemplo com todo o esplendor da sua organização tal como a sua velha rival:

Nella existem regimentos de Sapadores-Mineiros a quatro e tres batalhões, variando o numero de companhias de tres a seis para cada uma destas unidades. Mais uma bella criação é a formação de regimentos de Sapadores de caminho de ferro a tres batalhões de quatro companhias.

Tambem existem batalhões de aerostação a quatro companhias e batalhões de telegraphia a seis.

Uma cousa, porém, que attrahio a minha curiosidade, foi a inexistencia de Batalhões de Pontoneiros, pois as companhias de Sapadores-Mineiros devem dar 10 pontoneiros, por classe de mobilisação, chamados pontoneiros de primeira classe.

Outra unidade cujo nome para mim significava novidade era o batalhão de Sapadores Aerosteiros a quatro companhias e um grupo a duas.

Afastando-me da França, volto as vistas para a Italia que, com a sua resistencia militar constituiria, á semelhança de sua conformação geographica, uma bota difficil de ser descalçada pelos inimigos do Norte:

Nella se vêem regimentos de Sapadores a dois batalhões de tres companhias.

Regimentos de Telegraphistas a cinco batalhões de tres companhias.

Regimentos de Pontoneiros de tres batalhões com oito companhias e um *batalhão de lagunas* com duas companhias.

Até regimentos de Mineiros a quatro batalhões de tres companhias.

Regimento de caminho de ferro a seis companhias.

Passada essa ligeira revista na organização da Engenharia Italiana, dirijo-me ligeiramente para a Hespanha onde vejo regimentos mixtos de Sapadores e Telegraphistas a seis companhias, das quaes cinco são da primeira especialidade.

Regimentos de Pontoneiros a quatro companhias na paz e oito em tempo de guerra; e nada vendo mais de perto que chamasse a minha attenção, transponho as fronteiras de Oeste e piso com satisfação o rico solo Portuguez e lá vejo a concepção militar da organização de uma arma em toda a sua pujança, attrahindo as vistas de todos os doutos no assumpto para os seus effeitos na pratica.

Assim é que lá se vê batalhão de Sapadores-Mineiros a quatro companhias.

Batalhão de Pontoneiros a quatro companhias e quatro secções de conductores,



sendo uma correspondente ao batalhão de Sapadores-Mineiros.

Grupo de telegraphia de campanha.

Companhia de aerostação.

Grupo de duas companhias de caminho de ferro.

Companhia de telegraphia de praça e até secção de electrotechnica.

Deixando com saudades o velho e aguerrido torrão portuguez, sigo rumo á Suissa, joia européa e amparo de todos os povos.

Nella existem:

Batalhão de Sapadores a quatro companhias.

Companhia de trem de pontões.

Companhia de telegraphia.

Grupo de duas companhias de aerostação.

Deixando a bella Suissa, atravessei novamente a França querida de todos os tempos e vou ter com o John Bull a quem abraço pelas suas incommensuraveis provas de heroismo e dedicação em todos os tempos e em todos os lugares, uma vez mais postos em destaque na grande guerra que agitzara o mundo inteiro.

E na Inglaterra, tambem se vê:

Companhia de sapadores a pé e mais unidades que me chamaram muito de perto a attenção na qualidade de sapador, que são pelotões de sapadores montados, cuja importancia pratica resalta aos olhos de todo aquelle que pensa, mesmo por alto, em taes questões de organização.

Companhia de fortes.

Companhia de caminho de ferro.

Companhia de pontes.

Batalhão de aerostação.

Ainda poderia citar aqui a organização da Engenharia Militar austro-hungara, bulgara, grega e servia, o que deixo de fazer para evitar maior extensão destas toscas linhas.

Não vou adiante.

O estudo é importante, mas o espirito tambem cança; só de uma particularidade eu nunca esqueci, pois que não comprehendí a razão por que estando o nosso exercito neste particular em desacordo com os europeus o que não faria mal se o resultado fosse bom, mas... isto é o diabo!

Já me esqueci do que ia dizendo.

Sei que foi numa calida manhã de dezembro, quando o sol com os seus raios de fogo ameaçando queimar-me se eu falasse nestas cousas, que concebi a extra-

vagante ideia de resmungar sobre o que está feito.

E quem sabe se eu estou fazendo como o menino que sentado á mesa da refeição chorava porque o pedaço de queijo do irmão tinha mais buracos que o seu?

Que Deus queira que assim seja.

1 Tenente João Gomes.

## Assumptos Navaes

CONFERENCIA

### A MARINHA E SUAS ESCOLAS

(Continuação)

Não, Senhor Presidente, o nobre conferencista não tem a minima razão nas criticas feitas ao Regulamento das Escolas Profissionais: Si ellas não produzem um maior numero é porque evidentemente não temos ali admittido maiores turmas de officiaes e praças e é escandalosa a debandada dos nossos «especialistas»; si não têm todo o cunho pratico que deve completar o seu ensino theorico é porque *não se cumpre o que está bem explicito no seu Regulamento*, que determina de modo clarissimo: «as Escolas serão providas de todos os elementos necessarios ao ensino, segundo o que existe em Escolas congeneres nas Marinhas de maior desenvolvimento» não só no que concerne ao material de ensino, como tambem aos livros didacticos.

Tudo, Senhores, está alli sabiamente previsto. A pratica nos tem mostrado que ha pequenas, muito pequenas alterações a fazer naquelle Regulamento, que são a separação das especialidades, principalmente a de escaphandristas dos mineiros, constituindo especialidades diferentes — mesmo porque nada têm de commum — e a admissão de Segundos Tenentes com dois annos de embarque, e não Primeiros Tenentes como alli reza para a constituição das turmas, que devem, na forma daquelle sabio Regulamento ser annualmente *escalados successivamente* por ordem de antiguidade, o que não tem sido feito com a regularidade desejavel.

Eu me permitto divergir profunda e radicalmente do modo de ver do talentoso conferencista nos seus receios dos marinheiros que S. S. tão infelizmente considerou pejorativamente *sub-lettrados*! O perigo, meu nobre collega, não reside no excessivo saber do marinheiro! A disciplina não soffreu jamais porque o marinheiro fosse demasiadamente instruido! Ao contrario! Só agora temos marinheiros que são capazes de produzir tudo quanto quizermos, que nos estimam, que realmente apreciam o valor real dos seus superiores e de quem podemos verdadeiramente ser amigos sinceros e reciprocamente dedicados — porque são intelligentes, nobres, capazes e uteis. De mais restabeleçamos inteiramente a exactidão das cousas.

Não sei onde leu ou viu o conferencista que o curso theorico e pratico dos officiaes era igual ao das praças.

Não é isto o que está no Regulamento das Escolas Profissionais e seria mesmo impossivel ensinar ás praças o que alli se lê, — naquelle bello e vasto programma — discriminado para o ensino dos officiaes.



— Si o nobre collega quiz denunciar que o Regulamento não é absolutamente cumprido; que ali se ensina ás praças o que se deve ensinar aos officiaes — então a cousa é differente, e perde todo o interesse scientifico para adquirir grave importancia policial — estando, portanto, deslocada, porque outro é o objectivo deste Instituto. Aliás, os programmas — naturalmente variaveis — devem ser desentranhados do texto do Regulamento e constituir ordem a parte.

Como sabeis, Senhores, as nossas Escolas Profissionais têm por fim instruir e preparar officiaes, inferiores e praças habilitando-as perfeitamente no manejo das armas, no serviço de machinas e caldeiras e no manejo dos apparatus de governo, telegraphia, signaes, prumos, etc.

A divisão da instrucção é assim organizada:

- 1) Escola de artilharia, para officiaes e praças;
- 2) Escola de defesa submarina, para officiaes e praças («torpedistas» e mineiros-mergulhadores);
- 3) Escola de Inferiores e Marinheiros fogueiristas;
- 4) Escola de signaleiros — timoneiros para praças;
- 5) Escola de radio-telegraphistas, para praças;
- 6) Escola de officiaes marinheiros, para inferiores especializados numa escola profissional-auxiliar especialista ou não;
- 7) Escola de machinistas auxiliares;
- 8) Escola de enfermeiros;
- 9) Escola de submersiveis para officiaes e praças;
- 10) Escola de aviação, para officiaes, sub-officiaes e praças.

A simples citação dessas Escolas, o seu inexplicavel agrupamento — umas immediatamente sob a chefia do Director das Escolas Profissionais; outras independentes dessa autoridade, e ainda outras directamente subordinadas ás Inspectorias de Machinas e de Saúde, inspectorias essas que não estão sujeitas ao Estado Maior da Armada —, demonstra claramente que uma INSPECTORIA DE ENSINO NAVAL, se está impondo para a centralisação e methodisação desse serviço — que é basico para o progresso da Marinha.

Isso feito, regulamentando essa Inspectoria, poderíamos aproveitar a occasião para fazer as alterações necessarias no actual Regulamento das Escolas Profissionais e nos das outras sujeitas a diversos regulamentos, localisar convenientemente essas Escolas, provê-las com o material necessario e imprimir-lhes o movimento de que carecem para satisfazer ás exigencias da esquadra, não só sob o ponto de vista militar, como sob o ponto de vista industrial.

Repito, Senhores, o mal não é propriamente da Lei; o mal é que se não observa rigorosamente a Lei. E' uma falta para a qual não podemos encontrar remedio nas discussões academicas que aqui travarmos.

Precisamos dar á projectada Inspectoria de Ensino Naval todos os caracteristicos de uma concepção moderna, de maneira a darmos orientação industrial e scientifica á nossa Marinha, independente dos serviços militares que lhe estão affectos.

Longe de ver um perigo na instrucção dos nossos subordinados, devemos desenvolvê-la sob muitos aspectos, para que, quando deixarem a Marinha, após varios annos de bons serviços á Armada, encontrem lá fóra a fortuna ga-

rantida pela capacidade adquirida no serviço naval!

No dia em que a Marinha de Guerra tripular os navios mercantes com a sua gente «de tempo acabado» e tiver preparado os officiaes marinheiros para os commandos da grande pesca e da pequena cabotagem, injectaremos nova seiva de ordem, de patriotismo e de orientação salutar, lá onde impera a brutalidade selvagem das Associações de Resistencia, organisadas por exploradores estrangeiros e exploradas por desoccupados nacionaes.

Sim, Senhores! Não nos amedronta o saber do proximo. O que nos deve apavorar é a nossa propria ignorancia! E, se perigo ha, Senhores, numa Marinha com tão numerosos officiaes distinctos, estudiosos e abnegados, esse será individual, para as excepções, isto é, para os que teimosamente se recusarem aos estudos e aos trabalhos que facilmente conduzirão á capacidade desejada!

Desentranhemos dos Regulamentos das Escolas Profissionais os seus programmas de ensino, que pelos seus proprios estatutos não são fixos; orga-nisemos os seus «manuaes», aproveitando os interessantes trabalhos dos seus instructores, retocando-os periodicamente para pol-los em dia com os progressos das sciencias, das artes e das industrias; montemos devidamente cada Escola com os elementos em terra e no mar, quarteis e navios, necessarios á vida e ao ensino, «segundo o que existe nas melhores Escolas do mundo», como tudo está sabiamente previsto no Regulamento que as rege; enfeixemos todas ellas sob uma Inspectoria de Ensino Naval, orientada, technica e scientificamente pelo Estado Maior; *revalidemos periodicamente os diplomas dos especialistas* e teremos attingido esse nosso justo objectivo na Marinha!

Eis o nosso maximo, senão unico ideal!

Recobremos energias e, todos unidos, com os olhos fitos nos altos interesses da Marinha e da Patria, tenhamos fé no seu futuro grandioso! Não ha porque desanimar!

Passemos agora, meus Senhores, a analysar a conferencia do nobre consocio no que se refere á Escola Naval.

E' realmente lastimavel a verificação de que essa Escola não tem mantido uma mesma orientação nos ultimos dez annos porque, ao que parece, não foi possivel aos nossos dirigentes determinar, em definitivo, a directriz por que deve ser encaminhada a instrucção da officialidade da nossa Marinha de Guerra. Ainda uma vez sentimos a falta de unidade de doutrina e todas as suas lamentaveis consequencias. Mas não é a isso, Senhores, que attribue o nosso digno collega a desorientação patenteada nos regulamentos da Escola Naval, mas sim á *mira-gem enganadora* de que *advogam a fusão dos quadros* na Marinha, embora S. S. «sob o ponto de vista theorico, como um ideal, enfim, julgue deveras grandiosa a sua concepção», o que já não é pouca cousa para quem entrou na arena com tamanho «big stick behind the back».

Senhor Presidente, a mais bella das conquistas de um espirito altamente culto é a tolerancia pelas opiniões alheias e o decidido desejo de afimar sempre o seu modo de ver pelo que houver de bom e de justo no pensar dos outros,



Creio mesmo, Snr. Presidente, que esse é o melhor fructo que colhemos na Escola Naval de Guerra, de onde saímos, não amarrados a uma opinião individual, mas sim, a uma opinião que não é só nossa, a uma opinião *acceita pela maioria intellectual e honesta da collectividade*. Essa opinião pode ser textualmente a nossa, individual, como também a do mais modesto dos nossos companheiros, ou emfim uma argamassa das boas opiniões de todos nós. E' essa a indulgencia, essa elevação moral que eu espero de vós, ao ouvirdes as razões em que me estribo, para sustentar, ainda uma vez, as mesmíssimas opiniões que defendi nesta mesma tribuna, ha cerca de trez annos.

Parece, meus Senhores, que, — em boa fé —, nessa questão não ha divergencias reaes e que todo esse barulho contra a fusão dos quadros na Marinha, não passa de um lamentavel mal-entendido, levantando um temporal num

Alliado entusiasta dos que esposam a causa do *quadro unico com a especialisação dos principaes ramos da actividade naval*, não comprehendendo porque os que se oppõem a essa idéa, que são exactamente os apaixonados pela *especialisação absoluta do corpo de machinas*, recusem permittir que esses machinistas — especializados, embora como desejam — façam parte do Corpo da Armada, onde a especialisação igualmente se impõe!

Quantos de nós, visitando navios inglezes, não temos encontrado amaveis officiaes *cice-roni* que, *torpedistas*, não pejam em confessar que nada entendem de artilharia, e vice-versa, sendo, no entretanto, officiaes da Armada Britannica?!

Do alto desta tribuna dizia eu ha cerca de 3 annos: a fusão é inevitavel porque a força das circumstancias está restringindo as funcções do Engenheiro Machinista dos nossos quadros actuaes, á administração superior e conducta das machinas exclusivamente motoras, das auxiliares que dizem respeito a essas motoras, e das machinas electricas que não pertencam ás incumbencias actualmente entregues aos officiaes de Marinha a bordo dos navios da esquadra; e a consciencia dos nossos governantes ha de fatalmente *compreender que nada justifica a manutenção de um quadro aparte para serviços que cada vez mais se ligam e confundem com todos os demais*.

Si oriundos duma mesma Escola, no momento da especialisação, os nossos jovens officiaes *se recusam a acceitar a especialidade de machinas* que lhes foi determinada pelo Estado Maior, como aos nossos presados collegas Leopoldo de Gomensoro e Riecken foram impostas sem a *minima consulta*, as especialidades de torpedos e artilharia, então Senhores, o que fallece não é a fusão dos quadros, mas sim os principios severos da disciplina e vale mais a pena acabar com a Marinha, que sem elles não pode absolutamente subsistir!

As incumbencias das machinas são tão nobres e exigem preparo technico tão alto como as outras, senão mais, pois que, a *Marinha é a Machina*, sem a qual de nada valem os mais poderosos engenhos de ataque e defesa.

De mais, machina é tudo a bordo; machina é o torpedo, etc! Nunca poderia ter passado pela cabeça de ninguem fazer dos nossos machinistas officiaes de marinha e vice-versa!

Nunca ouvi, nem seria toleravel, prégao o absurdo do *homem dos sete instrumentos a bordo* — um official de Marinha especializado em tudo, capaz de tudo dirigir com a technica de um aprimorado especialista — na artilharia, nos torpedos, na telegraphia, como nas motoras de um navio moderno!

Isso seria um disparate, de que eu espero que me façam a justiça de me não julgarem capaz!

O que sempre figurou nos nossos planos foi a constituição de um *quadro unico* — com a mais profunda especialisação.

Eu nada tenho a modificar nas minhas opiniões a esse respeito, porquanto não atino porque o Estado Maior que todos os annos propõe ao Ministro da Marinha que do Corpo da Armada sejam designados tantos officiaes para se especialisarem em artilharia, tantos em submersiveis, tantos em torpedos e minas, etc., não possa igualmente fazer essa determinação para uma outra especialidade; certamente mais importante — ou pelo menos tão importante — que é a de machinas. Não comprehendendo porque, uma vez esses officiaes assim diplomados, não possam conservar a sua especialidade e ser nella constantemente treinados — como o devem ser os demais nas outras especialidades; que se possam dar 20% dos vencimentos e mais vantagens que forem estatuidas á vontade do Governo aos submarinistas; que até aos officiaes que servem nas flotilhas sejam augmentados os vencimentos, e que só aos machinistas, isto é, aos jovens officiaes do Corpo Unico, que fôrem especializados em machinas, se não possam offerecer essas e outras vantagens e recompensas pelos arduos trabalhos da sua especialidade, de modo a attrahir-os e estimulal-os nesse ramo basico do serviço naval.

Não é a fusão a causa das mutações dos Regulamentos da Escola Naval, mas sim a falta de um criterioso exame da situação, e de uma consequente decisão baseada nos principios da doutrina que rege a administração naval. O talentoso commandante Olavo Vianna acha impraticavel tornar machinistas os nossos officiaes de Marinha. E eu lhe perguntaria que outro nome merecem o chefe de uma torre do Minas, o commandante de um submersivel, um torpedista ou um telegraphista dos nossos. S. S. acha que o resultado da fusão é um desastre irreparavel em nossa Marinha porque assim pensa o velho Almirante Beresford para a Marinha Inglesa! Eu me permitto discordar do seu modo de ver e mantenho a convicção de que a constituição de um *quadro unico* com a mais rigorosa especialisação se impõe, como uma medida de efeitos Moraes e intellectuaes, consideraveis.

Para levar-nos á convicção das suas idéas, a respeito da instrucção dos officiaes da nossa Marinha, o Professor Olavo Vianna trouxe-nos as opiniões do Marechal de Wauban que viveu de 1633 a 1707, o que não é precisamente muito moderno...

No mais, porém, na distribuição das materias, penso com o nosso collega: Com um solido preparo de mathematicas, linguas e desenho, e — com um curso technico racional — poderemos proporcionar á Marinha officiaes muito preparados para o início de suas especialisações a bordo e em escolas superiores de ensino profissional,



excepção feita, talvez, dos Engenheiros Navaes, no que concerne á construcção de navios e machinas, porque esses deveriam de preferencia ter cursos complementares na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

São muito valiosos os argumentos apresentados pelo illustre conferencista a respeito da idade com que os Aspirantes são promovidos a Guarda-Marinhas, em face do código penal. E' innegavel que só maiores — em plena responsabilidade dos seus actos — podem usar galões. Ha, porém, um novo desaccôrdo entre nós, que é o que se prende á exigencia de prolongada viagem de instrucção á vela, exclusivamente á vela, para os Aspirantes e Guarda-Marinhas.

Porque? Para dar pé de marinheiro aos aspirantes? Valerá isso mais que um seguro e minucioso conhecimento dos detalhes da costa, cuja guarda lhes vai ser confiada? Não por certo!

O exemplo italiano, apontado pelo conferencista é digno de ser imitado. A instrucção é ali feita a bordo do cruzador «Etna».

Não vejo nenhuma vantagem, tampouco, em conservar a classe de instructores, afastando da actividade officiaes numa Marinha que tão pouco proporciona a instrucção na esquadra.

Que ali se conservem por um ou dois annos, apenas, os instructores de artilharia e torpedos, se comprehende, mas os das outras cadeiras e aulas devem passar para o quadro extraordinario e ali fazer carreira, depois de admisso por concurso.

Não foi igualmente feliz o conferencista no seu processo de selecção dos officiaes — para evitar os que S. S. chamou cabides de farda. As eleições propostas pelo nosso estimavel consocio cheiram sempre á politicagem, e já temos triste experiencia desse processo.

Não! A justiça humana é falha, mas confiemos esse serviço ás informações dos commandantes e ao elevado criterio do nosso Almirantado. Eu não vejo outra solução.

Si ha, como nos disse o Professor Olavo Vianna, Guarda-Marinhas «desprovidos da exacta noção do que seja espirito marinheiro e sem a mais leve intuição do que seja espirito militar», a culpa não é certamente do Regulamento da Escola Naval e as causas de tão grave falha escapam ás cogitações deste Instituto Technico. A opposição á permanencia dos Aspirantes na antiga Tapéra, que hoje tem o nome glorioso de Baptista das Neves, é abso'utamente injusta. O que se torna preciso é completar a obra com construcções que são ali indispensaveis.

**Os interesses dos professores são muito respeitaveis, mas os da Marinha o são ainda mais!**

Não é possível. Senhores, metter todos os proveitos no mesmo sacco.

Casas de moradia confortaveis, em lugares aprasiveis; vida civilisada; transportes facéis; recursos de toda especie poderão ser ali reunidos e transformada a sordida e musulmana Angra dos Reis numa linda Loyaina ou Abbazia... Teremos ali a nossa Riviera naval.

Eis-nos finalmente chegados ao termo da nossa jornada: a critica feita pelo conferencista á organização da nossa Escola Naval de Guerra. Instituição nova entre nós, não devemos extranhar que em cinco annos já tenha tido tres Regulamentos. Antes assim do que insistirmos em

conservar um máo Regulamento durante cinco annos. A pratica nos tem dado valiosa experiencia e agora mesmo o conferencista pede nova reforma para a adopção de suas idéas... Ainda bem. Si ellas fossem boas o actual Regulamento seria forçosamente reformado... Não o são, no entretanto.

Manda, porém, a lealdade que reconheçamos que parece evidente a illegalidade da matricula de officiaes subalternos naquella Escola, como demonstrou, em face da lei, o nosso intelligente consocio. Foi talvez um cochillo de quem escreveu aquelle Regulamento, cochillo esse que repetiu-se posteriormente, porque as reformas feitas importaram em retoques, não se tendo alterado essa parte.

Aliás, na turma que acabou de ser diplomada não ha um só official subalterno.

(Continúa)

Capitão de Corveta *Frederico Villar.*

## Escola Pratica da Brigada Policial

1. — Sem onus para os cofres publicos e tendo por fim realisar integralmente o que preceitua o art. 351 do regulamento vigente permitindo melhor execução subsequente das prescripções dos capitulos 23 e 24 do regulamento citado, fica creida a ESCOLA PRATICA DA BRIGADA POLICIAL.

Nessa escola que funcionará em diversos locais, de modo a permittir que o seu ensino se faça com o menor prejuizo possível para os serviços normaes da Brigada, será reunida toda a instrucção necessaria aos officiaes, inferiores e praças, excepção feita da que é peculiar ás unidades, onde continuará o treinamento do que fôr ensinado na escola referida, de accordo com as prescripções regulamentares.

2. — A instrucção da Escola Pratica da Brigada Policial será distribuida pelas cinco secções que a constituem e que são:

1ª Secção. — Curso de Aperfeiçoamento para officiaes (destinado especialmente aos capitães e subalternos, tendo a duração de nove mezes).

2ª Secção. — Curso para os sargentos aspirantes ao primeiro posto (destinado aos sargentos candidatos a officiaes, tendo a duração de nove mezes).

3ª Secção. — Curso para candidatos a sargentos (destinado a preparação de cabos e outras praças de bom comportamento para sargentos, tendo a duração de seis mezes).

4ª Secção. — Instrucção policial (destinada ao ensino da função policial a todas as praças da Brigada).

5ª Secção. — Instrucção militar dos recrutas e praças promptas (destinada a dar instrucção militar ás praças novas que não tenham cadereta de reservista, em 20 semanas, e recordar a instrucção das praças promptas que por exigencia do serviço não tiverem polido fazel-o na propria unidade, em 4 semanas).

3. — Só na 5ª secção o ensino será feito com prejuizo do serviço normal da Brigada.

4. — Todo o ensino da Escola Pratica da Brigada Policial será orientado e fiscalizado pelo Commandante da Brigada que terá como auxiliar immediato nesse serviço um official do Exercito, assistente da instrucção, da inteira con-



fiança daquella autoridade e que, no exercicio de suas funcções agirá sempre em nome della.

5.—Cada secção da Escola Pratica terá um director que será official do Exercito, commissionado ou não na Brigada Polocial, exceptuando-se o director da 4ª secção, que será um official da Brigada.

6.—Os directores serão responsaveis pelo progresso e resultado da instrucção nos cursos que lhes fôrem confiados e lhes compete propôr os instructores e auxiliares das respectivas secções que, á excepção da primeira, deverão ser officiaes da Brigada, capitães, subalternos, e na falta destes, sargentos aspirantes, todos de reconhecido gosto pela instrucção.

7.—Emquanto não houver officiaes ou sargentos aspirantes com os cursos da 1ª ou 2ª secções, os cargos de instructores nas 2ª, 3ª e 5ª poderão ser preenchidos por officiaes do Exercito e, neste caso, o mesmo instructor poderá trabalhar em cursos differentes desde que respeite o horario e o tempo minimo da instrucção.

8.—Os directores, quando tomarem parte na instrucção, os instructores e seus auxiliares, organizarão os programmas dos respectivos cursos, submettendo-os em seguida á consideração do Commandante da Brigada que os approvará ou modificará depois de ouvir o assistente da instrucção.

9.—Os directores, instructores e auxiliares, quando forem officiaes do Exercito não commissionados na Brigada, terão uma gratificação que será *pro-labore* e expressa em uma diaria.

10.—Quando o serviço e os effectivos permittirem, a escola de praças promptas de um batalhão ou esquadra será o proprio corpo, designando-se essas unidades, cada uma por sua vez, para um periodo de quatro semanas de instrucção. Neste caso o Commandante da Brigada designará um dos directores de curso para servir como assistente do commando da unidade que estiver em exercicios e determinará o programma a ser seguido nas duas ultimas semanas.

11.—Sempre que fôr possível uma unidade da Brigada tomará parte nas manobras annuaes da 5ª Região Militar, mesmo independentemente das obrigações inherentes ás forças auxiliares do Exercito.

12.—Os exercicios em que as 1ª, 2ª e 3ª secções precisarem de tropa, serão realizados na 5ª secção, aproveitando tanto quanto possível a época em que os mesmos exercicios também a ella interessem. Para esse fim os directores daquelles cursos pedirão ao Commando da Brigada a designação dos dias que lhes pareçam necessarios.

13.—Quando por motivos de força maior a instrucção das praças promptas não puder realisar-se nos respectivos corpos, o Commandante da Brigada determinará o numero de esquadras de cada unidade que alternadamente devam seguir para a 5ª secção afim de fazer a recordação de que trata o n.º 2 destas bases.

14.—O ensino das 1ª e 2ª secções será organizado de modo tal, que os officiaes da Brigada, além de se aperfeiçoarem nos assumptos da sua especialidade, satisfaçam as exigencias regulamentares para os officiaes da reserva do Exercito e os respectivos exames sejam feitos de accôrdo com o programma approved por

aviso do Ministerio da Guerra n.º 946 de 22 de Agosto de 1918.

15.—O ensino da 3ª secção será modelado, tanto quanto possível, pelo regulamento do curso de aperfeiçoamento de infantaria creado por Aviso do Minstierio da Guerra n.º 51 de 21 de Maio de 1917. O fim de preparar sargentos e não de aperfeiçoar os que já o sejam, indicará as alterações indispensaveis no regulamento citado, principalmente no que concerne ao auxilio administrativo que os sargentos devam prestar.

16.—O ensino da 4ª secção aproveitará e reunirá o que já está regulamentado.

17.—O ensino da 5ª secção será orientado pela necessidade que hoje têm as praças da Brigada de serem reservistas preparados como os que serviram no Exercito. Esse ensino reger-se-á portanto, pelas exigencias a respeito estabelecidas no R. I. S. G. (regulamento approved pelo Decreto do Ministerio da Guerra n.º 12.008 de 29 de Março de 1906 e suas modificações subsequentes).

18.—Os cursos da 1ª e 2ª secções serão iniciados em 1º de Março de cada anno e encerrados em 30 de Novembro. Os outros cursos deverão ser iniciados no dia 2 de Abril de cada anno, excepção feita do primeiro anno de execução destas bases em que elles serão inaugurados quando o commandante da Brigada determinar.

19.—A matricula dos officiaes na 1ª secção será voluntaria e feita mediante requerimento dirigido ao Commandante da Brigada.

20.—O numero de officiaes a serem matriculados na 1ª secção será estabelecido annualmente pelo Commandante da Brigada.

21.—Terminado o curso da 1ª secção, os officiaes nelle approveds serão classificados pela media de suas notas de approvação e, os seus logares bem como aquellas notas, serão averbados nas respectivas fés de officio.

22.—A matricula no curso para sargentos aspirantes ao primeiro posto será voluntaria e feita mediante requerimento do candidato dirigido ao Commandante da Brigada. Esses requerimentos deverão ser apresentados até o ultimo dia util de Fevereiro.

23.—Excepção feita dos artifices de que trata o artigo 18 do regulamento vigente, qualquer sargento poderá candidatar-se á matricula na 2ª secção; entre os candidatos porém, terão preferencia os mais graduados.

24.—Aos sargentos que terminarem o curso da 2ª secção será passado um attestado de curso. Esse curso dará direito ao uso de um distinctivo especial nos uniformes.

25.—A matricula na terceira secção será obrigatoria e feita mediante indicação dos commandantes dos corpos; para esse fim estas autoridades remetterão até o dia 15 de Fevereiro de cada anno a relação dos graduados e praças de suas unidades que merecerem ser seleccionados para o quadro de sargentos. Dentre estes o Commandante da Brigada escolherá os que devam ser matriculados.

26.—Depois de ter sahido a primeira turma com o curso da 3ª secção, nenhum graduado poderá ser promovido a sargento sem que tenha o referido curso. E' na 3ª secção que se realisa a primeira selecção para estabelecer os que futuramente poderão aspirar ao officialato.



27. — A matricula nas 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> secções será obrigatoria. Na 4<sup>a</sup> secção proceder-se-á de forma que todas as praças da Brigada nella passem com o maior aproveitamento possivel. Na 5<sup>a</sup> secção serão matriculados todos os voluntarios que não tiverem caderneta de reservista e as praças promptas que não tiverem podido fazer sua instrucção nas respectivas unidades.

28. — Para a matricula no curso da 2<sup>a</sup> secção, os sargentos de que trata o n.º 23 destas bases deverão:

a) ter menos de 28 annos de idade;

b) apresentar um attestado assignado pelo seu commandante de companhia ou esquadrão e tendo o Concorde do commandante do corpo, — abonando as qualidades de character do candidato;

c) ter assentamentos considerados optimos pelo commandante da Brigada;

d) ter exames prestados em estabelecimentos de ensino officiaes ou equiparados de: portuguez, geographia e historia do Brazil, arithmetica até proporções, rudimentos de physica e chimica e noções de geometria e desenho, ou promptificar-se a fazer, mesmo na 2<sup>a</sup> secção um exame vestibular dessas materias.

29. — Aos sargentos que já estão habilitados para a promoção ao primeiro posto, são dispensadas as exigencias do numero anterior.

30. — Todos os cursos que devem funcionar sem prejuizo do serviço terão seus exercicios entre 5 e 10 horas, cabendo aos respectivos directores organisarem o horario que deverá ser submettido á approvação do Commandante da Brigada.

31. — Na 5<sup>a</sup> secção os exercicios serão realizados das 6 ás 10 horas e das 12½ ás 15½ horas. Neste ultimo tempo, tres vezes por semana, haverá ensino policial, dado por um instructor ou auxiliar da 4<sup>a</sup> secção. Nas 8 ultimas semanas de instrucção haverá exercicios á noite, no minimo uma vez por semana.

32. — Toda a instrucção dada nas secções ou nos corpos será diariamente registrada pelo official que a dêr, logo após sua terminação, num livro para esse fim designado.

Publicada pela ordem do dia do Commando da Brigada n.º 79, de 24 de Abril de 1919. — (assignado) Cypriano da Costa Ferreira, general de brigada.

## REGULAMENTOS

Da «Revista dos Militares», P. Alegre, Março de 1919.

«Os nossos collegas da *A Defeza Nacional* acabam de declarar que não se entende com elles o aviso do Sr. Ministro da Guerra a respeito de publicações de regulamentos nas revistas, porquanto foi a propria *A Defeza* quem defendeu semelhante doutrina. Os da *Revista dos Militares*, por nossa vez, declaramos que é bem provavel que tal aviso se entenda connosco. Cada qual no seu ponto de vista.

O brilhante confrade vê a luz no Rio de Janeiro, onde, mercê de Deus, ha quasi tudo; a nossa *Revista* tem a sua maior circulação numa afastada provincia, onde os regulamentos só chegam a gancho...

Por outro lado, o *Diario Official* reproduz

todos ou quasi todos os regulamentos, sem que ninguem conteste a vantagem dessa medida. O nosso ponto de vista é o da maior diffusão de todos os regulamentos, além de que nos temos em regra, limitado a attender os não poucos pedidos de camaradas — assignantes ou não da *Revista* — quanto a cousas exgotadas ou... raras.

Deixando de parte o nosso ponto de vista, que pode de facto não ser o melhor, pedimos aos brilhantes collegas que nos ouçam no que vamos narrar, ajudando-nos, com a sua merecida influencia, a obtermos aqui no sul os regulamentos de que necessitamos.

Com as cadernetas de tiro, por exemplo: A Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul mandou imprimir na *Livraria Americana* alguns milheiros de cadernetas, que sahiram, com capa de panno, a 400 rs. pouco mais ou menos. Os corpos receberam algumas, das do E. Maior, mas como não têm recebido outras, deixam muitas vezes de cumprir o que o R. T. I. determina a respeito. O mesmo pode se dizer das cadernetas de reservistas, que os corpos estão substituindo por pedaços de papel.

Ainda a *Livraria Americana* tem pretendido adquirir por atacado as publicações do M. da G., mas os preços dos annuncios referem-se a pedidos isolados, comprehendendo o registro, no correio, de cada volume, o que não deixa de ser interessante, além de que o sello é o do serviço official.

Os illustres collegas, a quem nos ligam laços de verdadeiro affecto, comprehenderão, finalmente, que não estamos discutindo um acto superior, mas justificando o nosso ponto de vista.»

N. da R. — Animados unicamente pelo velho desejo de contribuir para a solução deste problema da facil aquisição de regulamentos e pelo dever de não deixarmos sem resposta o apello de nossos veteranos collegas da «*Revista dos Militares*», reproduzimos uma parte da nossa noticia a que se referem, que é do n.º 66, pagina 204.

«E' preciso porém que essa medida se complete com um melhoramento, embora transitorio, da Imprensa Militar para que ella possa dar as edições necessarias de grande numero de regulamentos presentemente exgotados, pois os interessados proclamam, com toda a razão, o seu direito de lêr.

«Tambem a venda dos regulamentos militares não deve continuar a ser feita unicamente no D. C.

«Os serviços de administração das Regiões, na proporção do effectivo da sua tropa e das que nella servem, poderiam receber regulamentos, independente de pedidos, procedendo á sua venda e prestando as respectivas contas trimestralmente.

«Facilitar a leitura dos regulamentos e incentivar a é melhorar a defeza nacional.»

Emquanto não se toma uma solução respeito á parte fundamental da questão, que é a da indispensavel presteza na impressão das publicações officiaes, inclusive reedição das exgotadas que são escandalosamente muitas, parte esta a que a Imprensa Nacional por mais que queira não póde corresponder, só se póde suavisar o mal. E' o que por nosso lado temos procurado,



attendendo a innumeras encomendas sem nenhum lucro, e é o que devem fazer as Bibliothecas Regimentaes, imitando o bom exemplo das poucas que já usam fazer grandes compras de regulamentos para offerecel-os, á venda mediante pequeno lucro, aos seus officiaes e praças.

**Porque não se experimenta a impressão de certos regulamentos em officinas civis?**

## Em torno de uma conferencia

No Club Militar, na presença das mais altas autoridades da Guerra e de numerosos camaradas, realisou uma conferencia o capitão Christovão Barcellos, agora recém-vindo de sua comissão em França.

Foi brilhante a palestra deste official que nos honrou no estrangeiro e aqui soube transmitir com muito criterio e commedimento quanto poudé apreciar no campo da gigantesca luta européa.

Varios episodios de attractivo aos profissinaes narrou o conferencista em linguagem tão sobria como bem cuidada, merecendo destaque a impressão que lhe causou a vida nas trincheiras e o problema difficil que ella creou para a disciplina e para a saude da tropa.

Onde, porém, sua digressão captou o maior interesse do auditorio foi ao ferir a palpitante questão das missões militares.

Neste ponto — é curioso — foram suas palavras cobertas pelos applausos não só dos partidarios como dos adversarios das missões.

Muito opportuno foi que o conferencista expuzesse suas observações a respeito do assumpto, porque as idéas baralhadas que se percebem por ali revelam que não temos em geral uma visão clara do problema.

Não basta certamente que um official francez tenha estado no *front* varios annos, conquistado as mais honrosas condecorações por bravura para se julgar á altura de vir a ser instructor em nosso Exercito, além do mais com direito a elevadas gradações e a vencimentos consideraveis.

O grão de instrução da tropa, o criterio na applicação de regulamentos, a competencia revelada em varios trabalhos de organização, o decidido amor profissional de numerosos officiaes nossos revelam que melhores progressos a respeito, no estado actual do Exercito, só poderá ser conseguido com elementos de real competencia e grande probidade.

Este ponto — para honra nossa — mereceria mesmo que se o puzesse nos devidos termos.

Um desses muitos jornaes que se publicam nesta capital e que reflectem a opinião desorientada de muita gente, chegou a proclamar, alvicaireiro, lá para o ponto de vista d'elle, que com a acção do general Gamelin (elle fazia simples visitas) já se notava maior actividade na tropa e melhor se orientava a instrução!

Um outro descobria nos aviadores francezes o proposito de fazerem «o levantamento photographico do Districto Federal com os modernos processos usados em França».

Força é convir que carradas de razão tem o estrangeiro para em troca de tanta subserviencia e deslumbramento, nos mimosear com o conceito arraigado de *paiz de botocudos*.

Mas... não se enverede em rumo opposto

para a *gabolice* e prosapia e se procure diminuir as vantagens que advirão para o nosso Exercito com o contracto de uma missão militar bem constituida.

A tal respeito já nos temos manifestado nesta Revista em varias occasões e sob varios aspectos.

Aliás a vinda de uma missão militar, já é uma realidade consagrada em um dos ultimos decretos. Resta sómente que se tenha muito em conta o delicado problema da escolha de seus elementos, e se considere que as palavras do capitão Barcellos não provém de um raciocinio apenas, mas valem como precioso testemunho.

**Grupo Mantenedor** Em consequencia do n.º 68 pediram demissão os nossos distintos camaradas J. M. Franco Ferreira e J. de Souza Reis.

Quanto a este já temos tido ensejo de render homenagem aos relevantes serviços que o illustre camarada prestou outr'ora á revista, onde perdurarão immarcessiveis as fulgurantes produções de sua penna magistral, com as quaes tão distinctamente concorreu, ao tempo, na decidida actividade d'«A Defeza Nacional».

Klinger.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos e agradecemos:

*Revista dos Militares*, Porto Alegre, Fevereiro e Março.

*O Tiro de Guerra*, Rio, Abril e Maio.

*Boletín del Ministerio de Guerra y Marina*, Perú, Fevereiro e Março.

*Memorial del Ejercito de Chile*, Abril e Maio.

*Medicina Militar*, Março.

«*A Presidencia W. Braz*». — Ligeiro Ensaio Historico, pelo capitão Pedro Cavalcanti de Albuquerque.

«*Considerações geraes sobre as quantidades negativas*», por F. Ferreira dos Santos Azevedo, Goyaz. Typ. da Revista dos Tribunaes (Rio).

*O Combate de Pelotão*, em um thema, pelo tenente Luiz de França Albuquerque.

*Revista de Engenharia do Mackenzie College*, Abril.

*Instruções para patrulhas de Infantaria*, 2ª edição, pelo 2º tenente João Pereira de Oliveira.

*Revista Didactica da E. Polytechnica*, Abril.

*Revista Maritima Brasileira*, Janeiro—Abril.

*Anuales de la Escuela Militar*, Montevideo, Anno XI, entrega XXX.

«*Memorial de Infantaria*», Toledo, Março.

«*Instrução do soldado*», pelo 2º tenente Brocardo Bicudo, Petropolis.

E' um manual completo sobre a *instrução geral do soldado*, com o qual o nosso joven camarada dá mais uma prova de sua dedicação profissional.

O livrinho, como se vê do assumpto, é de toda utilidade não só para a tropa como para os candidatos a reservistas de 2ª categoria.

Contem tambem: *alphabeto Morse, nomenclatura summaria do fuzil, limpeza do mesmo, noções de tiro, equipamento, rudimentos do serviço em campanha, noções de combate, gymnastica, esgrima de baioneta*.

A' venda na Papelaria Macedo, R. da Quitanda 74, Rio, a 3\$000.